

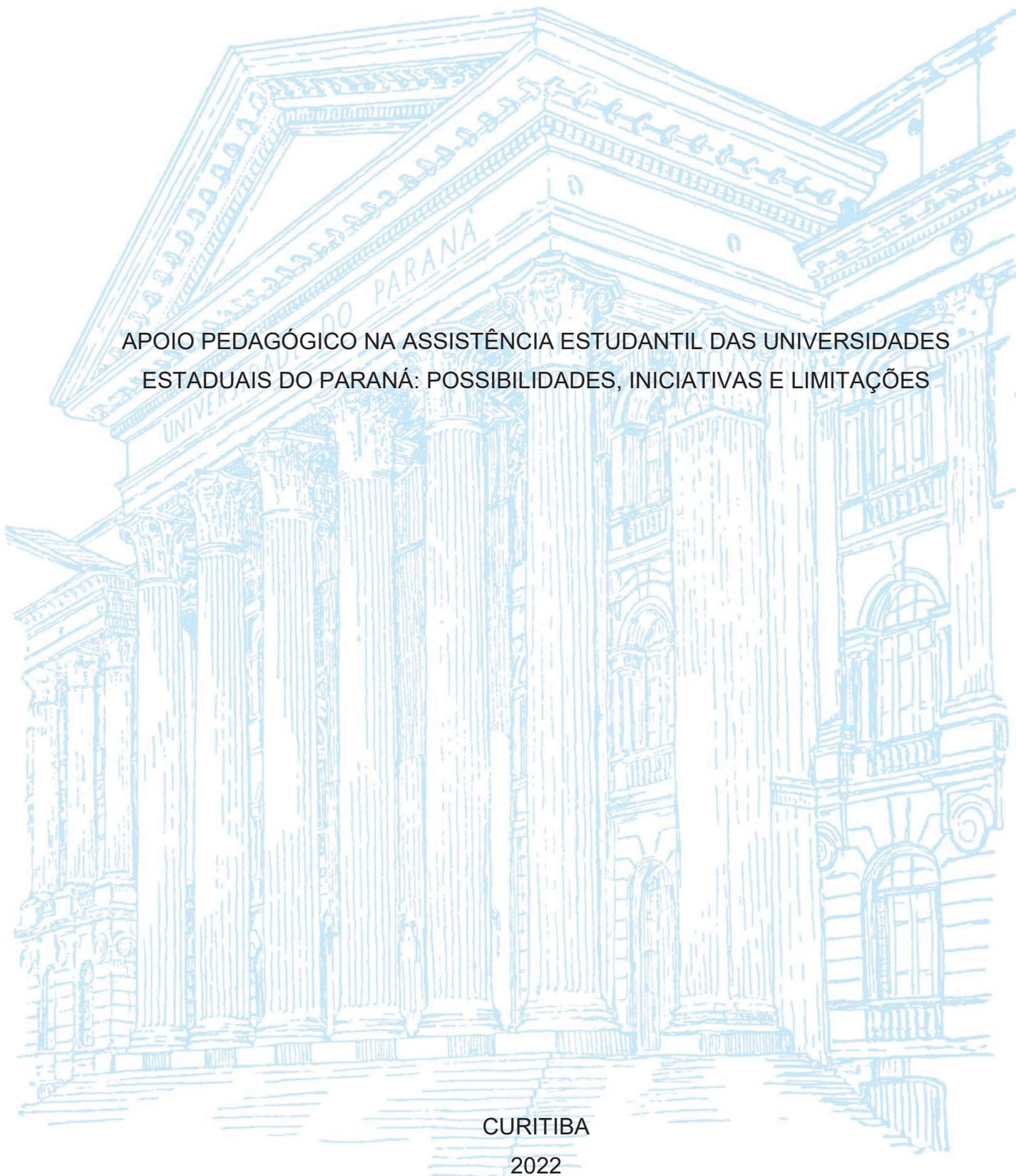
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAUANA DE FATIMA ZBUINOVICZ

APOIO PEDAGÓGICO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES
ESTADUAIS DO PARANÁ: POSSIBILIDADES, INICIATIVAS E LIMITAÇÕES

CURITIBA

2022



KAUANA DE FATIMA ZBUINOVICZ

APOIO PEDAGÓGICO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES
ESTADUAIS DO PARANÁ: POSSIBILIDADES, INICIATIVAS E LIMITAÇÕES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Mariotti

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Zbainovicz, Kauana de Fatima

Apoio pedagógico na assistência estudantil das Universidades
Estaduais do Paraná : possibilidades, iniciativas e limitações /
Kauana de Fatima Zbainovicz. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Mariotti

1. Ensino Superior – Paraná. 2. Estudantes universitários. 3.
Instituições de ensino superior. 4. Práticas pedagógicas. 5.
Educação e Estado. I. Mariotti, Milton Carlos. II. Universidade
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **KAUANA DE FATIMA ZBUINOVICZ** intitulada: **APOIO PEDAGÓGICO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ: Possibilidades, iniciativas e limitações**, sob orientação do Prof. Dr. MILTON CARLOS MARIOTTI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica
26/04/2022 22:34:47.0
MILTON CARLOS MARIOTTI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
26/04/2022 15:54:39.0
ADRIANE MARTINS SOARES PELISSONI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica
12/04/2022 19:49:58.0
ARACI ASINELLI DA LUZ
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
03/05/2022 21:19:32.0
SUZETE TEREZINHA OZECOWSKI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por permitir-me o dom da vida e a realização deste processo acadêmico.

À minha família, noivo e amigos, que me apoiaram nos diversos momentos desta caminhada.

Ao Prof. Dr. Milton Carlos Mariotti, meu orientador, que esteve disposto a me ajudar a crescer nesse percurso, com paciência e dedicação no que faz.

À CAPES/PROEX pela bolsa concedida durante todo esse período, a qual me auxiliou para que pudesse ter a dedicação exclusiva tão necessária.

À banca examinadora, por ler meu trabalho e contribuir com o conhecimento e a experiência necessários à minha pesquisa e ao meu crescimento profissional.

Especialmente à minha querida amiga, professora, orientadora de graduação e incentivadora na vida acadêmica, Profa. Dra. Suzete Terezinha Orzechowski, que é um ser humano incrível pelo qual tenho muita admiração.

Às colegas de orientação e caminhada, Fabiana Vissoto Sposito e Luiza Batista, que são profissionais incríveis e com certeza serão pesquisas maravilhosas.

Aos participantes da pesquisa, por aceitarem e se disporem a responder o questionário contribuindo com o estudo.

Ao grupo de estudos de apoio pedagógico no Ensino Superior da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em especial a Carlos Burgos Dias e Micheli Totti, que trocaram ideias comigo e me incentivaram nesse processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e à toda a organização da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de maneira geral, no período de ensino remoto durante o qual a pesquisa ocorreu.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. (FREIRE, 1997, p. 53).

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa de mestrado sobre o apoio pedagógico ao discente no Ensino Superior. Tem como objetivo descrever os atendimentos pedagógicos ofertados pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná. A pesquisa justifica-se pela necessidade de atendimento nos vários âmbitos da vida estudantil, visando o apoio e a superação das vulnerabilidades emergentes, bem como a promoção à permanência e ao desenvolvimento humano integral para os estudantes, evitando situações de retenção e evasão durante o percurso em que estão inseridos no Ensino Superior. Ações pedagógicas em diferentes níveis podem ajudar nesse processo, contribuindo com a integralização curricular e a melhora no processo de aprendizagem, dentre outros fatores. Entretanto, há muitos desafios na efetivação desse trabalho no ambiente universitário, como a formação de profissionais, a legitimação do trabalho dentro das instituições e a fundamentação teórica do trabalho do pedagogo no Ensino Superior, que tem sido pouco evidenciada na literatura. O trabalho é inspirado nas contribuições da teoria histórico-cultural de Lev Vigotski (1896-1934) e suas possíveis contribuições e reflexões acerca do processo de desenvolvimento humano no Ensino Superior. Também são apresentadas as contribuições de Pascarella e Terenzini (1991, 2005) acerca das influências na aprendizagem do estudante. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi um estudo de casos múltiplos, de caráter exploratório e descritivo. Os participantes foram profissionais responsáveis pelos serviços de atendimento ao estudante das respectivas instituições estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná. Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos os documentos de domínio público encontrados nos *sites* das universidades e um questionário eletrônico. A análise do conteúdo foi fundamentada em Bardin (1977), a partir da qual evidenciaram-se as seguintes categorias temáticas caracterizando o apoio pedagógico desenvolvido nas instituições paranaenses: setorização da assistência estudantil; legislação e regimentos sobre a assistência estudantil e apoio pedagógico; caracterização das ações de apoio pedagógico; profissionais que fazem parte das equipes; planejamentos com relação ao apoio pedagógico; e demandas e dificuldades na opinião dos participantes. A partir da análise pode-se perceber que a organização e regulamentação da assistência estudantil nas universidades, de modo geral, é uma questão decisiva para a concretização de um apoio pedagógico atento às necessidades de aprendizagem e integração dos estudantes. Destaca-se o esforço por parte das instituições em realizar as ações, pois percebeu-se que, mesmo com dificuldades e limitações, as universidades realizam intervenções junto aos estudantes. Ao mesmo tempo, em alguns casos notou-se a necessidade de compreensão do que é o apoio pedagógico no Ensino Superior e quais as diversas maneiras pelas quais se pode auxiliar esse processo, facilitando a aprendizagem dos estudantes e promovendo sua permanência nos cursos. É necessária a atuação do profissional da Pedagogia com formação didática, de planejamento, de práxis educativa e de concepção de educação para a humanização. Conclui-se que respaldar o apoio a partir de concepções de educação e planejar as ações de acordo com os valores institucionais relacionados ao tripé universitário ensino-pesquisa-extensão é uma necessidade e uma urgência.

Palavras-chave: Apoio pedagógico. Estudantes universitários. Ensino Superior. Permanência estudantil.

ABSTRACT

This work presents a master's research on pedagogical support to students in Higher Education. Its objective is to describe the pedagogical services offered by the student assistance of the state universities of Paraná. The research is justified by the need for care in the various spheres of student life, aimed at supporting and overcoming emerging vulnerabilities, as well as promoting permanence and integral human development for students, avoiding situations of retention and evasion during the course in which they are inserted in Higher Education. Pedagogical actions at different levels can help in this process, contributing to curriculum integration and improvement in the learning process, among other factors. However, there are many challenges in the implementation of this work in the university environment, such as the training of professionals, the legitimization of work within institutions and the theoretical foundation of the work of the pedagogue in higher education, which has been little evidenced in the literature. The work is inspired by the contributions of the historical-cultural theory of Lev Vigotski (1896-1934) and his possible contributions and reflections on the process of human development in higher education. Also presented are the contributions of Pascarella and Terenzini (1991, 2005) about the influences on student learning. The methodology used in this research was a study of multiple cases, of exploratory and descriptive character. The participants were professionals responsible for the student services of the respective state institutions of Higher Education of the State of Paraná. For data collection, the public domain documents found on the universities' websites and an electronic questionnaire were used as instruments. The content analysis was based on Bardin (1977), from which the following thematic categories were evidenced, characterizing the pedagogical support developed in the institutions of Paraná: sector of student assistance; legislation and regiments on student assistance and pedagogical support; characterization of pedagogical support actions; professionals who are part of the teams; planning regarding pedagogical support; and demands and difficulties in the opinion of the participants. From the analysis it can be seen that the organization and regulation of student assistance in universities, in general, is a very decisive issue for the implementation of a pedagogical support attentive to the needs of learning and integration of students. The effort of the institutions to carry out the actions stands out, because it was realized that, even with difficulties and limitations, universities somehow carry out interventions with students. At the same time, in some cases it was noted the need to understand what is pedagogical support in Higher Education and what are the various ways in which it can help in this process, facilitating and assisting students' learning and promoting their permanence in the courses. It is necessary to act the professional of the Pedagogy with didactic training, of planning, of educational praxis and of conception of education for the humanization. It is concluded that supporting support from educational conceptions and planning actions according to institutional values related to the teaching-research-extension university tripod is a necessity and an urgency.

Keywords: Pedagogical support. University students. Higher Education. Student stay

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	MODELO GERAL DE PASCARELLA (1985, APUD FIOR, 2008) PARA AVALIAR OS EFEITOS DE DIFERENTES AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO	32
FIGURA 2 –	FLUXOGRAMA DE BUSCA E SELEÇÃO DOS ESTUDOS DA REVISÃO	35
FIGURA 3 –	MAPA DO PARANÁ COM A REPRESENTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EXISTÊNCIA DE AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO.....	84
GRÁFICO 2 – EXISTÊNCIA DE SETOR ESPECÍFICO DE APOIO AO ESTUDANTE NA INSTITUIÇÃO.....	84
GRÁFICO 3 – EXISTÊNCIA DE LOCAL ESPECÍFICO PARA ATENDIMENTOS DE APOIO PEDAGÓGICO	86
GRÁFICO 4 – AÇÕES REALIZADAS	87
GRÁFICO 5 – FORMATO DE ATENDIMENTO ANTES DA PANDEMIA.....	89
GRÁFICO 6 – FORMA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES.....	90
GRÁFICO 7 – FORMA DE ACESSO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO.....	91
GRÁFICO 8 – CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECÍFICO PARA O APOIO PEDAGÓGICO	95
GRÁFICO 9 – PROFISSIONAIS QUE COMPOEM A EQUIPE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	96
GRÁFICO 10 – ÁREA DE FORMAÇÃO DOS GESTORES PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTUDOS INCLUÍDOS	36
QUADRO 2 – SETORIZAÇÃO A PARTIR DOS QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	73
QUADRO 3 – DENOMINAÇÃO DOS SETORES	85
QUADRO 4 – CARACTERÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS	88
QUADRO 5 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA PARTICIPAR DAS AÇÕES	91
QUADRO 6 – AÇÕES DURANTE A PANDEMIA	93
QUADRO 7 – PLANEJAMENTOS RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO ENCONTRADOS NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS	98

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ATAE	- Assessoria Técnica de Assistência Estudantil
BI	- Bacharelado Interdisciplinar
CAAE	- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAED	- Coordenadoria de Ações Educacionais
CAP	- Coordenadoria de Apoio Pedagógico
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDH	- Centro de Educação em Direitos Humanos
CEPE	- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COAA	- Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico
COORAE	- Coordenadoria de Assistência Estudantil
COU	- Conselho Universitário
CUIA	- Comissão Universidade para os Índios
DAAD	- Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade
DAE	- Diretoria de Assistência Estudantil
DCT	- Diretoria de Assuntos Comunitários
DeCS	- Descritores em Ciências da Saúde
DIPED	- Divisão de Integração Pedagógica
EAD	- Educação a Distância
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
ERIC	- <i>Education Resources Information Center</i>
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
FONAPRACE	- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFES	- Instituições Federais de Ensino Superior
LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MEC	- Ministério da Educação
MeSH	- <i>Medical Subject Headings</i>
NASP	- Núcleo de Assistência Social e Psicológico

NERA	- Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais
NERG	- Núcleo de Educação para Relações de Gênero
NESPI	- Núcleo de Educação Especial Inclusiva
NOAP	- Núcleo de Orientação e Atendimento Psicopedagógico
NUDE	- Núcleo de Desenvolvimento Educacional
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PASP	- Programa de Apoio Social e Pedagógico
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PIA	- Programa de Inclusão e Acessibilidade
PIAPE	- Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	- Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
PPGE	- Programa de Pós-Graduação em Educação
PRAE	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRAEC	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PRAF	- Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROAES	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD	- Pró-Reitoria de Graduação
PROINTE	- Programa de Integração Estudantil
PROPAE	- Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais
PROPE	- Programa de Apoio ao Acesso e Permanência
PTA	- Programa Tutorial Acadêmico
RAE	- Rede de Apoio ao Estudante
REPPED	- Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAE	- Serviço de Apoio ao Estudante
SAP	- Serviço de Apoio Pedagógico
SCIELO	- <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEBEC	- Serviço de Bem-Estar à Comunidade
SETI	- Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SISU	- Sistema de Seleção Unificada

TCE	- Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UEM	- Universidade Estadual de Maringá
UENP	- Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFOB	- Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	- Universidade Federal de São Carlos
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR	- Universidade Estadual do Paraná
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	- Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIFAL	- Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP	- Universidade Federal de São Paulo
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAMPA	- Universidade Federal do Pampa
USF	- Universidade Sem Fronteiras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	JUSTIFICATIVAS	18
1.1.1	Na perspectiva pessoal	18
1.1.2	Na perspectiva social	19
1.1.3	Na perspectiva acadêmica	21
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.2.1	Problemática	21
1.2.2	Problema	23
1.2.3	Perguntas norteadoras	24
1.3	OBJETIVOS DO ESTUDO	24
1.3.1	Objetivo geral	24
1.3.2	Objetivos específicos.....	24
1.4	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	25
2	REVISÃO DA LITERATURA	27
2.1	DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ENSINO SUPERIOR E INFLUÊNCIAS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES.....	27
2.1.1	Desenvolvimento humano no Ensino superior a partir da perspectiva de Vigotski.....	27
2.1.2	Contribuições de Pascarella e Terenzini sobre as influências na aprendizagem dos estudantes	30
2.2	AS VULNERABILIDADES DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO	32
2.2.1	A amplitude das demandas estudantis.....	32
2.2.2	Processo de transição e primeiro ano do Ensino Superior.....	38
2.2.3	Escassez de recursos financeiros	40
2.2.4	Desempenho acadêmico.....	42
2.3	APOIO PEDAGÓGICO: LEGISLAÇÃO E CARACTERÍSTICAS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL.....	44
2.3.1	Apoio pedagógico como política de permanência estudantil	44
2.3.2	Leis e regimentos da assistência estudantil no contexto brasileiro e estadual.....	47
2.4	PEDAGOGIA E O APOIO PEDAGÓGICO	49
2.4.1	Refletindo sobre a Pedagogia como campo de conhecimento.....	49

2.4.2	O trabalho pedagógico a luz da concepção da Pedagogia Social.....	51
2.4.3	Formação dos profissionais e acompanhamento ao docente	53
2.4.4	Alguns relatos de experiência	55
2.4.5	A pandemia da Covid-19 e o apoio pedagógico.....	60
3	METODOLOGIA	64
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	64
3.2	TIPO DE ESTUDO	64
3.3	LÓCUS.....	66
3.4	PARTICIPANTES.....	67
3.4.1	Recrutamento dos participantes.....	67
3.5	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	68
3.5.1	Dados institucionais e questionário eletrônico.....	68
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	69
3.6.1	Análise documental	69
3.6.2	Análise de conteúdo	70
3.7	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	71
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
4.1	SETORIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	72
4.2	LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO	74
4.3	CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO.....	83
4.3.1	Características das ações	83
4.3.2	Divulgação das ações	89
4.3.3	Abrangência das ações	90
4.3.4	Ações durante a pandemia.....	92
4.4	PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DAS EQUIPES.....	95
4.4.1	Formação dos participantes que responderam ao questionário.....	96
4.5	PLANEJAMENTOS COM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO	97
4.6	DEMANDAS E DIFICULDADES NA OPINIÃO DOS PARTICIPANTES.....	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS.....	110

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESLCARECIDO	123
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS PARTICIPANTES.....	126
APÊNDICE C – ROTEIRO DE BUSCA DE DADOS DOCUMENTAIS.....	131
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	132

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda, por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva, a temática do apoio pedagógico e sua oferta por meio da assistência estudantil nas Instituições de Ensino Superior estaduais do Paraná. Este trabalho surgiu da preocupação e curiosidade de uma pedagoga recém-formada que vivenciou na graduação, por meio de pesquisa, a abrangência do campo da Pedagogia, e quis aprofundar no Mestrado como as intencionalidades e objetividades pedagógicas podem viabilizar a permanência dos estudantes no Ensino Superior por meio de ações de apoio pedagógico. A temática circunscreve-se à linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano e tem como ponto de partida referenciais sobre o desenvolvimento humano no período em que o acadêmico está inserido na universidade, perpassando aprofundamentos sobre o processo de aprendizagem e domínio cognitivo do público estudado.

A vida universitária faz parte do ciclo de vida de muitos brasileiros. É um período marcado por situações individuais e coletivas que demandam responsabilidades, esforços e aprendizados, os quais conseqüentemente geram muitos sentimentos e situações em vários âmbitos da vida do estudante. Nesse contexto, são necessárias a assistência e a permanência estudantil em suas variadas possibilidades. Diversos são os encaminhamentos que se estabelecem e fomentam o atendimento ao universitário, concretizando o compromisso social da universidade para com o estudante.

Pesquisas na área (ALMEIDA, 2012; HONORATO; HERINGER, 2015; PORTES, 2015) evidenciam que grande parte das políticas de assistência estudantil incidem sobre um aspecto específico referente à permanência dos estudantes no Ensino Superior: a dimensão material – indispensável, porém insuficiente, para viabilizar a permanência plena e o sucesso acadêmico de muitos estudantes.

Acreditar em uma assistência estudantil que atenda às diversas necessidades do acadêmico é primar pela permanência, pelo desempenho e pelo bem-estar de seres humanos em formação profissional. A assistência deve ser vista não apenas como a promoção de ações de auxílio, mas também como uma política preventiva e de manutenção da permanência na universidade. Nesse sentido, Araújo (2018) ressalta que é preciso identificar quando, como e onde se expressam as dificuldades relacionadas a demandas pedagógicas e psicopedagógicas, bem como demandas de

saúde mental e desafios de ordem individual, dentre outros fatores que podem ser potencializar situações de baixo rendimento, retenção ou evasão. A permanência precisa ser um elemento presente em todo o processo formativo e ampliada às mais diversas demandas estudantis.

Com meu olhar de pedagoga, percebo a grande importância de programas de apoio estudantil. Essa preocupação reconhece que a ação pedagógica:

É um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. Ela tem um caráter ao mesmo tempo explicativo, praxiológico e normativo da realidade educativa, pois investiga teoricamente o fenômeno educativo, formula orientações para a prática a partir da própria ação prática e propõe princípios e normas relacionados aos fins e meios da educação. (LIBÂNEO, 2001, p. 6).

É possível analisar, compreender e tomar decisões que permitam ao indivíduo não só usufruir do seu direito como cidadão, mas também tornar-se um ser mais humanizado, à medida que se apropria do conhecimento.

Assim, identifica-se a necessidade de trabalhos de aprofundamento sobre a assistência estudantil no âmbito pedagógico, buscando identificar a existência de ações que beneficiem os acadêmicos em sua permanência e processo de aprendizagem.

1.1 JUSTIFICATIVAS

1.1.1 Na perspectiva pessoal

Os profissionais da área da Educação revelam a constante busca pelo conhecimento. A escolha pela licenciatura apresenta responsabilidades singulares em várias dimensões. Além do desafio do conhecimento dos vários campos de atuação, a amplitude de possibilidades que o curso de Pedagogia proporciona também revela o desafio da escolha pela especialização nas temáticas de maior interesse para cada profissional.

Durante o aprofundamento nos vários âmbitos que a formação em Pedagogia proporciona, chamou a atenção da pesquisadora uma de suas concepções: a Pedagogia Social. Essa abordagem se preocupa com a integralidade na formação humana por uma educação intencionada ao social dos sujeitos, envolvendo conteúdos

formais do currículo e também conhecimentos socioculturais e socioeducacionais que permeiam a vida dos educandos de todas as idades.

A oportunidade de aprofundar essa nova maneira de olhar a educação surgiu durante a graduação por meio da Iniciação Científica, a qual oportunizou a vivência e a compreensão da função do pesquisador, além da abertura ao conhecimento acerca desse novo saber. Foi possível vislumbrar o quanto o professor influencia a formação de outro educador e ainda deixa marcas que revelam como o compromisso e a responsabilidade com o que se faz são necessários no campo da educação.

Por meio de um projeto de extensão na graduação, pude conhecer o atendimento ao estudante universitário. Esse atendimento chamou minha atenção, ao refletir acerca dos motivos que levam o estudante a permanecer na universidade por meio de programas que o auxiliam em suas dificuldades; assim, surgiu minha motivação pessoal para esta pesquisa.

Este estudo pretende contribuir para com o campo da Educação, em especial aos profissionais do apoio pedagógico e aos gestores de programas de assistência estudantil, fornecendo subsídios teóricos, compartilhando experiências para o despertar e aprimorar de ações possíveis e promovendo um olhar atencioso para com os estudantes do Ensino Superior em seu processo de aprendizagem

1.1.2 Na perspectiva social

Em uma perspectiva social, por meio do levantamento de literatura inicial sobre o tema, pôde-se perceber que as primeiras ações de apoio aos estudantes no Brasil foram caracterizadas por um caráter assistencial. O legado que permanece até os dias atuais é pautado pelas preocupações dos movimentos estudantis e sociais. Houve muitas lutas e conquistas ao longo dos anos, evidenciadas mais especificamente a partir da década de 1930 (TOTI; POLYDORO, 2020).

De acordo com Silveira (2012), as primeiras discussões sobre a assistência estudantil como política surgiram em meados da década de 1980, nos encontros do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Posteriormente, a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que regulamenta as ações das Intuições Federais de Ensino Superior

(IFES), representou uma conquista para muitos segmentos da sociedade brasileira empenhados na luta pela democratização do acesso e da permanência no Ensino Superior público. Esse programa foi reconhecido com a publicação da Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007 (BRASIL, 2007), que mais tarde foi transformada no Decreto 7.234 de 19/06/2010 (BRASIL, 2010a). A partir da sua promulgação, o Programa garantiu que a assistência estudantil passasse a ser concebida na perspectiva dos direitos, e não mais como caridade ou favor.

Nesse sentido, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, realizada em 2018 pelo FONAPRACE no universo da assistência estudantil, revelou que os serviços, ações ou programas mais utilizados foram:

- Alimentação: 17,3%;
- Transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros): 8,2%;
- Bolsa permanência da instituição: 7,6%;
- Moradia (acesso a moradias estudantis, bolsas ou auxílios financeiros): 7,5%;
- Atendimento psicológico: 3%;
- Atendimento médico: 2,9%;
- Empréstimo de material didático (como calculadoras, instrumental odontológico, instrumentos musicais, etc.): 2,1%;
- Serviços e ações de apoio pedagógico: 1,1%;
- Esporte e lazer: 1,1%;
- Cultura: 1%; e
- Outras atividades: 1% (FONAPRACE, 2018).

Embora tais dados representem o levantamento de ações realizadas no âmbito de instituições federais, revelam a incipiente e ainda baixa incidência de um apoio que ultrapasse a dimensão material. Assim, percebe-se a relevância social deste estudo, que coloca como centro da discussão ações de apoio pedagógico que possibilitem maior permanência para os estudantes universitários, tornando mais acessível o processo de aprendizagem no Ensino Superior.

A permanência e a conclusão do curso universitário abrangem questões tanto pessoais quanto institucionais. Pensar no estudante universitário envolve preocupar-

se com as vulnerabilidades que emergem em meio ao conjunto de escolhas, responsabilidades, compromissos e necessidades do Ensino Superior.

1.1.3 Na perspectiva acadêmica

Esta pesquisa tem como tema o apoio pedagógico no Ensino Superior. A literatura específica nessa área apresenta poucos subsídios. A pesquisa em um âmbito mais abrangente, no caso da assistência estudantil, revela trabalhos com características, metodologias e objetivos diversos, como: configuração da assistência estudantil nas universidades (DIAS, 2021; HERINGER 2014); trabalhos com vistas a refletir sobre o processo de acesso e permanência (ALMEIDA 2012, DIAS; SAMPAIO, 2020; SCHER; OLIVEIRA, 2020); ensaios com objetivos de avaliação da assistência, dentre outros que retratam a realidade dos IFES (DELATORRE et al. 2020; HONORATO; VARGAS; HERINGER, 2014; PELISSONI et al., 2020). Evidencia-se, assim, a lacuna e também a relevância da realização de uma pesquisa com o objetivo de caracterizar e descrever o apoio pedagógico na realidade estadual paranaense. É importante salientar que a ideia primordial de metodologia deste estudo pretendia ir a campo e conhecer as realidades de perto, o que, devido à pandemia, não foi possível; desse modo, a pesquisa foi realizada por meio do levantamento de dados de maneira virtual.

O aprofundamento por meio de subsídios teóricos e a identificação de ações de apoio pedagógico, bem como a divulgação das ações com objetivo de promoção da permanência discente, levam à propagação do conhecimento e reiteram a importância desse trabalho nas instituições, o qual possibilita o apoio às necessidades estudantis e a manutenção das mobilizações institucionais de permanência ao estudante.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

1.2.1 Problemática

O Ensino Superior público brasileiro teve acentuada expansão nas últimas décadas, ampliando o acesso dos estudantes, muitos dos quais apresentam diversos problemas que podem ser amenizados com ações da assistência estudantil, tais como

situações de evasão, dificuldades financeiras, distanciamento de familiares, falta de apoio pedagógico, dificuldades de aprendizagem e problemas de saúde.

A permanência mobiliza dimensões simbólicas, culturais, acadêmicas e pedagógicas, que cada vez mais tem se apresentado como centrais para que o percurso do estudante universitário não se caracterize pelo baixo desempenho, pelo desinteresse e, em última análise, pelo abandono do curso e evasão. (HERINGER, 2020, p. 69).

Com todas essas necessidades sociais, o trabalho de prevenção e auxílio vem sendo institucionalizado em muitas universidades no Brasil. Vários são os encaminhamentos que se estabelecem e fomentam o atendimento ao estudante universitário. Muitas demandas identificam a promoção de diversas ações que contribuem para a articulação entre os diferentes campos de pesquisa e de atuação.

Os programas de apoio ao estudante universitário, de certa forma, objetivam o auxílio e a permanência durante o processo de profissionalização. Esse apoio, identificado como assistência estudantil, busca atender às necessidades sociais básicas dessa população e está inserido no campo das políticas públicas da educação superior. Na maioria dos casos, trata-se de políticas cuja proposta visa atender às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para uma participação ampliada no Ensino Superior público brasileiro.

A assistência se efetiva na perspectiva da inclusão social, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Contudo, as ações no âmbito da política de assistência aos estudantes não podem se limitar ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem se preocupar com outras formas de vulnerabilidade social.

Moraes e Lima (2011) utilizam o termo “vulnerabilidade social” como uma expressão abrangente, com o objetivo de incluir não apenas indivíduos em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; pessoas excluídas pela pobreza. A evasão e a repetência também ganham espaço, sendo justificadas pelo quadro da depressão, aliado ao desânimo e à falta de objetivos do estudante na caminhada acadêmica.

Diante da complexidade humana, a política de assistência estudantil não pode considerar que o atendimento apenas às necessidades básicas, como alimentação, moradia e transporte, seja suficiente. Defende-se, portanto, uma visão ampliada de assistência estudantil que contemple a integralidade do sujeito inserido no Ensino Superior, que atenda aos estudantes de baixa condição socioeconômica, prioritariamente, mas ofereça, também, ações de caráter universal que se desenvolvam

[...] por meio de programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico visando a redução das reprovações e evasão escolar. (FONAPRACE, 2012, p. 65).

Assim, compreendendo os vários âmbitos que necessitam de ações de assistência ao estudante, coloca-se como tema central desta pesquisa o apoio pedagógico, que a partir da preocupação com o processo de aprendizagem do estudante é um dos meios em possibilitar a permanência estudantil com ações nas diversas demandas do processo de aprendizagem e na integração universitária. Nesse sentido, para Heringer (2018), as universidades mais bem-sucedidas na garantia da permanência e sucesso acadêmico de seus estudantes serão as que conseguirem combinar em “suas políticas de assistência estudantil tanto o apoio material voltado para as necessidades básicas quanto às atividades de apoio pedagógico e de ampliação de oportunidades acadêmicas para os estudantes” (p. 15).

Há pouquíssimo material que aborde especificamente o apoio pedagógico ao discente no Ensino Superior; tal escassez pode ser justificada pela recente normatização desse serviço nas universidades federais. Essa novidade requer consciência, preparo, discussão e amadurecimento da universidade, no sentido de que ocupa um papel muito importante na promoção de práticas e intervenções de apoio pedagógico.

1.2.2 Problema

Como é o apoio pedagógico ofertado pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná?

1.2.3 Perguntas norteadoras

A partir da investigação proposta, elenca-se algumas perguntas que norteiam o trabalho na busca de subsídios teóricos e de dados que serão analisados e apresentados, possibilitando conhecer ações que já acontecem e desvendar aspectos que podem ser melhorados no atendimento ofertado aos universitários:

- O que caracteriza o apoio pedagógico na assistência estudantil do Ensino Superior?
- Como está regulamentado o apoio pedagógico nas universidades?
- Como se constitui o apoio pedagógico nas universidades estaduais do Paraná?
- Qual a percepção dos profissionais responsáveis sobre o apoio pedagógico?

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.3.1 Objetivo geral

Descrever o apoio pedagógico ofertado pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná.

1.3.2 Objetivos específicos

- Levantar o que o estado do conhecimento indica sobre o apoio pedagógico dentro das políticas de assistência estudantil no Ensino Superior;
- Identificar regimentos, leis, decretos e documentos institucionais nacionais e/ou estaduais, dentre outros materiais, que fundamentam o apoio pedagógico nas universidades;
- Analisar o apoio pedagógico a partir da percepção dos profissionais que estão à frente dos programas de assistência estudantil nas universidades estaduais do Paraná;
- Apresentar categorias temáticas caracterizando o apoio pedagógico nas universidades estaduais do Paraná.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. Primeiramente, por meio da fundamentação teórica, apresentou-se um aprofundamento na concepção de desenvolvimento humano no Ensino Superior à luz da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (1991), bem como as contribuições de Pascarella e Terenzini (1991, 2005) sobre as influências sobre a aprendizagem dos estudantes.

Em seguida sintetizou-se, a partir de uma revisão integrativa da literatura, a temática das vulnerabilidades que emergem no Ensino Superior, na qual foi problematizada a amplitude de demandas estudantis, com ênfase nas demandas do desempenho acadêmico e do processo de aprendizagem.

Em uma tentativa de apresentar e esclarecer o campo do apoio pedagógico nas universidades tal como é descrito na literatura, foi realizada uma síntese dos achados que apresentam uma caracterização da área, como se evidencia no Ensino Superior e quais as principais demandas para sua efetivação, destacando sua importância para a permanência estudantil. Na sequência, apresenta-se o resultado de um levantamento documental dos regimentos, leis e decretos que determinam a efetivação da assistência estudantil nas universidades.

Buscou-se aprofundar o campo da Pedagogia a partir de autores que a defendem como uma ciência e também refletir sobre a questão da responsabilidade social por meio da Pedagogia Social, que se preocupa com um processo educacional – escolar e não escolar – que emancipe os sujeitos, atendendo aos seus direitos e educando-os integralmente. Apresenta-se, ainda, uma problematização da questão da formação dos profissionais e do acompanhamento aos docentes.

Discute-se também alguns relatos de experiência de universidades que ofertam esse serviço, publicados na obra *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes do ensino superior brasileiro*, lançada em 2020 sob a organização de Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias, Michelle Cristine da Silva Toti, Helena Sampaio e Soely Aparecida Jorge Polydoro, a qual contribui valiosamente com dados e relatos acerca da temática.

Diante do contexto em que esta pesquisa foi realizada, não seria possível deixar de mencionar a pandemia da Covid-19, a qual interferiu em toda a população mundial. O público estudantil teve o regime de estudos alterado para a modalidade remota, o que modificou o processo de aprendizagem, trazendo à tona diversas

dificuldades financeiras, tecnológicas e psicológicas, dentre outros fatores. Essa temática também foi abordada, por meio de questionário aos participantes.

Após a revisão de literatura, apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise de dados.

A sessão de resultados e discussão apresenta as categorias temáticas, descrevendo os achados sobre a realidade do apoio pedagógico ofertado pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, com as principais percepções e apontamentos identificados a partir da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ENSINO SUPERIOR E INFLUÊNCIAS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

2.1.1 Desenvolvimento humano no Ensino superior a partir da perspectiva de Vigotski

Para entender a dinâmica do Ensino Superior e refletir sobre o processo de aprendizagem, torna-se relevante a compreensão do fenômeno em uma perspectiva que considere as diferentes formas de aprender, bem como os estilos de organização curricular, o contexto social e cultural no qual os sujeitos estão inseridos, dentre outros fatores.

Pensando à luz da Teoria Histórico-Cultural postulada por Lev S. Vigotski (1991), o homem tem papel ativo e é fruto das interações que estabelece no âmbito social e cultural (STOLTZ, 2013). O desenvolvimento humano é evidenciado como um constructo, fruto das interações:

Os princípios desenvolvidos por Vigotski evidenciam sua concepção do desenvolvimento humano enquanto processo histórico e culturalmente construído, a partir das relações e interações recíprocas entre indivíduo e meio. As características instrumental, cultural e histórica de sua teoria revelam a ação produtiva e criadora do homem, que transforma seu meio ao mesmo tempo em que é por ele transformado. (FARIA; CAMARGO, 2018, p. 18).

Em suas múltiplas interações, o desenvolvimento humano beneficia não apenas o meio no qual os homens e mulheres se inserem, mas também suas próprias vivências, que são transformadas com a elaboração do conhecimento. Compreender o processo de aprendizagem segundo essa teoria coloca no centro da discussão a interação com o meio.

Verifica-se, pois, que a aprendizagem é um processo dinâmico e necessariamente mediado, cujo fator propulsor assenta-se nas apropriações efetivadas pelo sujeito que aprende. Nessa condição, depende completamente da qualidade do universo simbólico disponibilizado e, igualmente, das formas pelas quais sua transmissão se realiza. (MARTINS, 2017, p. 29).

Assim, refletindo sobre o processo de aprendizagem a partir da teoria de Vigotski, a atenção não se concentra somente sobre o sujeito que está aprendendo, mas em todo o contexto, os processos e as vivências que perpassam esse processo. Nesse sentido, Faria, Venâncio e Camargo (2020) enfatizam o olhar crítico da Teoria Histórico-Cultural frente às situações de fracasso na aprendizagem.

Entendemos que a teoria histórico-cultural não compactua com visões simplistas de fracasso escolar/educacional. Defende, ao contrário, o pressuposto de que se o estudante não obtém sucesso na aprendizagem não será ele o fracassado, tampouco o professor, sujeitos individuais inseridos em um contexto historicamente situado e culturalmente influenciado; mas, em direção oposta, aponta a necessidade de analisar as condições singulares nas quais a relação entre ambos se estrutura. (FARIA; VENÂNCIO; CAMARGO, 2020, p. 223-224).

O contexto historicamente situado remete à singularidade do estudante que adentra o Ensino Superior, no percurso trilhado até essa etapa, seus costumes, sua rotina; enfim, toda sua vivência, que demanda ajustes e adequações. Nesse contexto de mudança, o processo de aprendizagem é um dos aspectos que mais desencadeia dificuldades. Astin (1996) ressalta que as características do processo de entrada no Ensino Superior são de suma importância para o envolvimento do estudante, pois moldam direta e indiretamente os resultados e delineiam a forma como o estudante se insere no multifacetado ambiente institucional. Para o autor, as mudanças não se limitam apenas ao campo do aspecto cognitivo, mas englobam um amplo e complexo quadro de dimensões atitudinais, valores, fatores psicossociais e morais (ASTIN, 1996).

Considerando os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural no que tange ao contexto do Ensino Superior, pode-se afirmar que

As reflexões iniciadas por Vigotski há quase cem anos ainda encontram espaço em nossas escolas: nas salas lotadas de alunos desinteressados, nos coletivos de professores abatidos e desmotivados, nos processos de inclusão que permitem a presença, mas negligenciam o desenvolvimento. Nesse sentido, as contribuições de Vigotski se revelam atuais – e absolutamente necessárias – para a transformação dos sistemas escolares em contextos de efetivo desenvolvimento humano, nos quais sejamos capazes de vislumbrar, para além das dificuldades e limitações, as possibilidades e potencialidades de cada aluno. (FARIA; CAMARGO, 2018, p. 25).

Nesse processo em que o social é a base para o crescimento qualitativo pessoal, o desenvolvimento não depende unicamente das características biológicas

do sujeito, mas também – e sobretudo – das relações socioculturais (VIGOTSKI, 1991). Assim, a forma como o ambiente e a estrutura que a pessoa se insere estão organizados influencia seu desenvolvimento. Compreende-se então, a partir dessa perspectiva, que a universidade deve acolher e intencionar uma boa aprendizagem para seus estudantes, considerando seu desenvolvimento integral.

Faria, Venâncio e Camargo (2020) mencionam que, embora frequentemente as contribuições de Vigotski sejam associadas aos anos iniciais de escolarização, sua aplicação permanece sendo válida em todas as etapas do desenvolvimento humano. Dessa forma, dirigindo a reflexão para o processo de aprendizagem escolar, Vigotski (1991) afirma:

[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VIGOTSKI, 1991, p. 61).

O processo intencional que tem como objetivo o desenvolvimento cognitivo do estudante não está circunscrito somente no processo de ensino-aprendizagem, mas abrange outros âmbitos da vida acadêmica:

Destacamos, assim, a importância da mediação qualificada não somente no processo ensino-aprendizagem, mas também no acolhimento e na mediação de situações diárias com as quais estudantes se deparam, cujas vivências configuram tendências afetivo-volitivas que influenciam o uso de seus potenciais, haja vista a unicidade entre cognição e afeto. (FARIA; VENÂNCIO; CAMARGO, 2020, p. 228).

A Teoria Histórico-Cultural desenvolvida por Vigotski coloca no centro da discussão o desenvolvimento e o meio em que o ser humano está inserido, o que se relaciona diretamente à essência da permanência estudantil no Ensino Superior; afinal, a universidade é um ambiente muito distinto da educação básica e do Ensino Médio. As relações entre professores e alunos no Ensino Superior se apresentam em um novo formato, que concebe o estudo como uma competência profissional e abarca métodos e técnicas de pesquisa que imprimem uma construção autônoma no processo de elaboração do conhecimento. A reflexão articulada com equipes de pesquisadores em diversos ambientes universitários, incluindo instituições internacionais, leva o estudante a perceber novos espaços/tempos e novas

interpelações interpessoais que merecem acolhimento e atenção. As características do ambiente socioeducativo e sociocultural do Ensino Superior demonstram a necessidade de analisar o atendimento e o apoio pedagógico para os estudantes, bem como aprofundar concepções que objetivem o desenvolvimento humano e integral, configurando uma etapa importante para o enfrentamento das necessidades estudantis.

2.1.2 Contribuições de Pascarella e Terenzini sobre as influências na aprendizagem dos estudantes

Aprender envolve a interação entre aqueles que participam do processo e o meio sócio-histórico-cultural. No Ensino Superior, a partir do contexto mais específico e articulado com a área de conhecimento, essa interação requer atenção, bem como acolhimento, assistência e apoio ao estudante. O apoio pedagógico tem sido adotado como potencializador do engajamento discente em seu processo de aprender, conectando o estudante ao contexto universitário e favorecendo o desempenho acadêmico e o sentimento de pertença à instituição.

Estudos nacionais e internacionais têm destacado a elaboração de modelos teóricos sobre os processos de formação do estudante universitário (ASTIN, 1993; PASCARELLA; TEREZINI, 1991, 2005), revelando que a passagem pelo Ensino Superior é um momento muito importante para o desenvolvimento, pois elucida muitas mudanças – tanto positivas como negativas – e promove o desenvolvimento em diferentes direções.

Para compreender as mudanças e do desenvolvimento do estudante de uma forma geral e em seus aspectos particulares, assim como o processo de permanência e evasão por meio de aprofundamentos acerca do sucesso acadêmico, Fior (2008) revela que a produção teórica tem buscado capturar as particularidades da vivência do Ensino Superior, apropriando-se desses elementos com a finalidade de construir um corpus teórico consistente acerca das características particulares deste nível educacional. Nesse sentido, para Pascarella (1985):

O ambiente institucional desempenha uma forte influência sobre o estudante, através do encorajamento do mesmo no envolvimento com as tarefas, sendo que os graus de envolvimento ou de esforço influenciam a aprendizagem. Assim, uma das medidas para se avaliar o esforço do universitário é o uso do nível e da qualidade do envolvimento em diversas experiências como estudar, ler, frequentar eventos culturais, entre outros. (PASCARELLA, 1985 apud FIOR, 2008, p. 25).

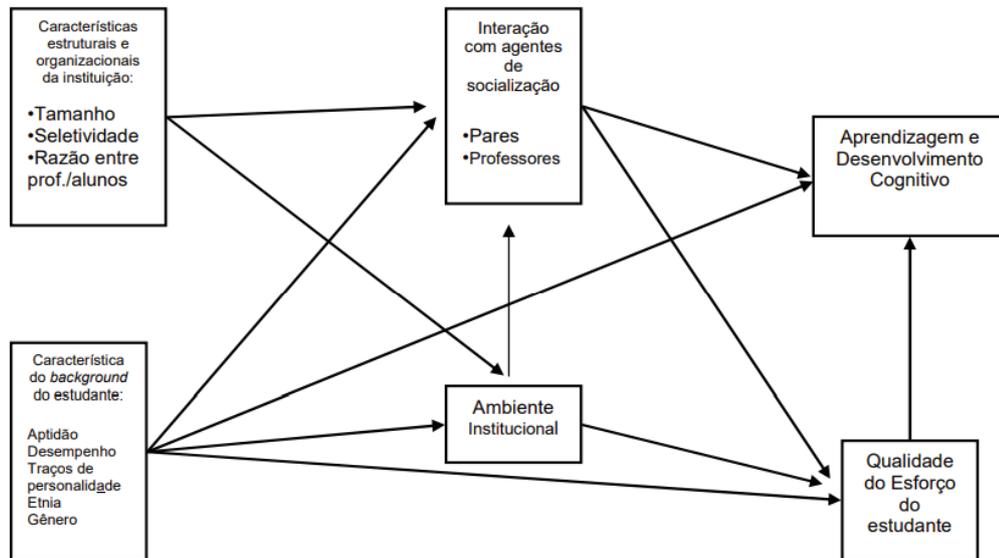
Pascarella e Terenzini (1991) conduziram um estudo cujo objetivo foi identificar os impactos da educação superior sobre os estudantes. Os autores apresentam conceitos atribuídos a resultados de aprendizagem, buscando entender como a universidade afeta seus alunos. Segundo Pascarella e Terenzini (1991), as mudanças são alterações quantitativas ou qualitativas que ocorrem ao longo do tempo nas características internas ou cognitivas dos sujeitos.

Os autores relatam que o esforço individual do estudante é um determinante crítico do impacto da universidade; por isso, é importante que as instituições focalizem caminhos que incentivem o envolvimento estudantil (PASCARELLA; TEREZINI, 1991). Complementarmente, os autores consideram que o envolvimento é fortemente associado à aprendizagem do estudante. Nesse sentido, a aprendizagem é uma medida importante para avaliar a produtividade de uma instituição, além de ser o objetivo de toda prática educativa (PASCARELLA et al., 1996). Alertam que o enfoque no envolvimento acadêmico do estudante possibilita indiretamente a maior compreensão sobre sua aprendizagem e desenvolvimento cognitivo.

Entretanto, não basta à instituição disponibilizar um amplo leque de oportunidades acadêmicas e sociais (PASCARELLA; TEREZINI, 2005); é preciso que os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo (docentes, gestores, profissionais) desenvolvam ações para sustentar e fortalecer os esforços dos estudantes em direção à aprendizagem. A aprendizagem autorregulada exige um processo de ensino/intervenção altamente planejado por parte dos docentes, profissionais e da própria instituição. Ao considerar espaços/tempos, processos pedagógicos, métodos investigativos e estudos diferenciados, o estudante demanda acolhimento e apoio para compreender e inserir-se nas dinâmicas do processo de ensino e de aprendizagem que asseguram a qualidade educacional no Ensino Superior.

Os autores a partir dos seus estudos criaram um modelo, conforme a apresentado a seguir:

FIGURA 1 - MODELO GERAL DE PASCARELLA (1985, APUD FIOR, 2008) PARA AVALIAR OS EFEITOS DE DIFERENTES AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO



FONTE: Pascarella (1985, apud Fior, 2008, p. 27).

A FIGURA 1 apresenta o modelo utilizado por Pascarella (1985, apud FIOR, 2008) para analisar como o ambiente repercute sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

2.2 AS VULNERABILIDADES DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

2.2.1 A amplitude das demandas estudantis

A busca do bem-estar social e da satisfação pessoal se fazem presentes na vida da maioria das pessoas. Dentro de um ambiente universitário, essa procura se torna ainda mais visível nos acadêmicos, no que diz respeito à formação profissional e às conquistas pessoais; entretanto, o percurso universitário ocasiona também outros sentimentos, bem distantes do bem-estar social tão almejado.

A oportunidade de ingressar no Ensino Superior traz consigo mudanças na vida dos estudantes, que adentram nesse nível de formação com diversos objetivos em mente: aprender mais; obter um diploma; tornar-se um profissional qualificado na área; ingressar no mercado de trabalho; aprofundar-se e contribuir com a ciência conduzindo descobertas; contribuir com a sociedade; etc. Segundo Astin (1993), é nessa ocasião que o indivíduo, ao definir qual curso e instituição irá frequentar,

independentemente de sua faixa etária, confere uma nova direção ao seu projeto de vida. Ingressar nesse nível de ensino pode não ser uma tarefa fácil, dependendo da fase de vida; o ingresso exige muitas renúncias, esforços e dedicações.

De início, tem-se a questão da escolha do curso, para que haja uma boa familiarização e identificação com a área. Também há certa preocupação relacionada ao bom desempenho durante o percurso acadêmico por vir, aliada ao anseio por um bom convívio social com professores e colegas, dentre outros desejos do ingressante, para que sua experiência acadêmica seja positiva.

Segundo Almeida, Soares e Ferreira (2001), essa etapa da vida leva o estudante a questionamentos pessoais em relação a vários domínios de sua existência, dentre os quais o vocacional, o ético, o acadêmico e o social. Essa problematização promove o estabelecimento de novos padrões de funcionamento nessa fase de transição, pois muitas expectativas são criadas.

A universidade precisa estar preparada para acolher as necessidades de seus estudantes, apoiando-os em seu desenvolvimento psicossocial, na qualidade de sua formação e na conclusão efetiva de sua graduação (ALMEIDA; ARAÚJO; MARTINS, 2016; TINTO, 1997). Assim, percebe-se que, quando existentes, a preparação para o acolhimento e o auxílio às demandas estudantis no campo universitário estão circunscritos ao campo das políticas públicas de apoio ao estudante.

Para guiar esta pesquisa, buscou-se a definição de vulnerabilidade acadêmica do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se traduz como o conjunto de fatores socioeconômicos, culturais, psicológicos, familiares, cognitivos e institucionais que criam dificuldades para a permanência do discente no ambiente acadêmico e favorece a sua saída.

É importante destacar também, como ressaltam Lima, Monteiro e Asinelli-Luz (2018), as violências sociais e a desigualdade causadas pela pobreza, miséria e disparidade de distribuição de renda, bem como os caminhos para a promoção da justiça e da igualdade. Como consequência dos processos de desigualdade e desumanização, há rupturas e confrontos entre os setores sociais, como: diversas formas de violências; abuso de drogas; banalização e alienação coletiva mediante a mídia; desentendimentos e violência doméstica; efeitos nocivos do sistema social; exploração do trabalho e a diminuição da qualidade de vida pela degradação do meio ambiente. Todos esses elementos provocam efeitos mentais, psicológicos e espirituais negativos, prejudicando o desenvolvimento pleno das possibilidades do ser

autônomo e consciente de modificar um cenário de constantes transformações (ROMERO, 2009). Assim, segundo Romero (2009), embora todas as pessoas sejam vulneráveis, a intencionalidade política faz com que alguns grupos se tornem mais vulneráveis do que outros.

Este tópico é o resultado de uma revisão integrativa de literatura com o objetivo de identificar as principais vulnerabilidades do estudante universitário. Utilizou-se o modelo proposto por Botelho, Cunha e Macedo (2011). A identificação dos artigos selecionados ocorreu por meio de buscas nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Education Resources Information Center* (Eric), Elsevier (Scopus), Web of Science e APA PsycINFO.

A busca foi delimitada entre o período de janeiro de 2016 e dezembro de 2020, considerando artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram utilizados o termo “*Medical Subject Headings (MeSH)*”, dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCSe), e os termos do Thesaurus em inglês: “*students*”, “*higher education*” e “*vulnerability*”. O ERIC Thesaurus foi consultado para os seguintes termos na língua portuguesa: “estudante”, “ensino superior” e “vulnerabilidade”. Os descritores foram combinados entre si, com a utilização do operador booleano “AND”.

Todo o processo de seleção e avaliação dos artigos foi realizado por pares. Uma análise inicial foi conduzida com base nos títulos dos manuscritos; em seguida, outra avaliação realizou-se com base nos resumos. Os artigos selecionados foram obtidos na íntegra e examinados. Como avaliação da qualidade dos artigos, foi estipulado como critério a verificação do Qualis das revistas nas quais foram publicados, com base no critério de Indexação Capes de 2016/2019; estabeleceu-se como classificação o Qualis B2.

Por fim, foram revisadas as referências de cada um dos artigos, selecionando aquelas diretamente relacionadas ao tema de interesse da revisão. Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: artigos originais publicados em periódicos revisados por pares e pesquisas com estudantes de graduação do Ensino Superior da modalidade presencial. Os critérios de exclusão foram: teses, dissertações e monografias; e vulnerabilidades relacionadas a deficiências.

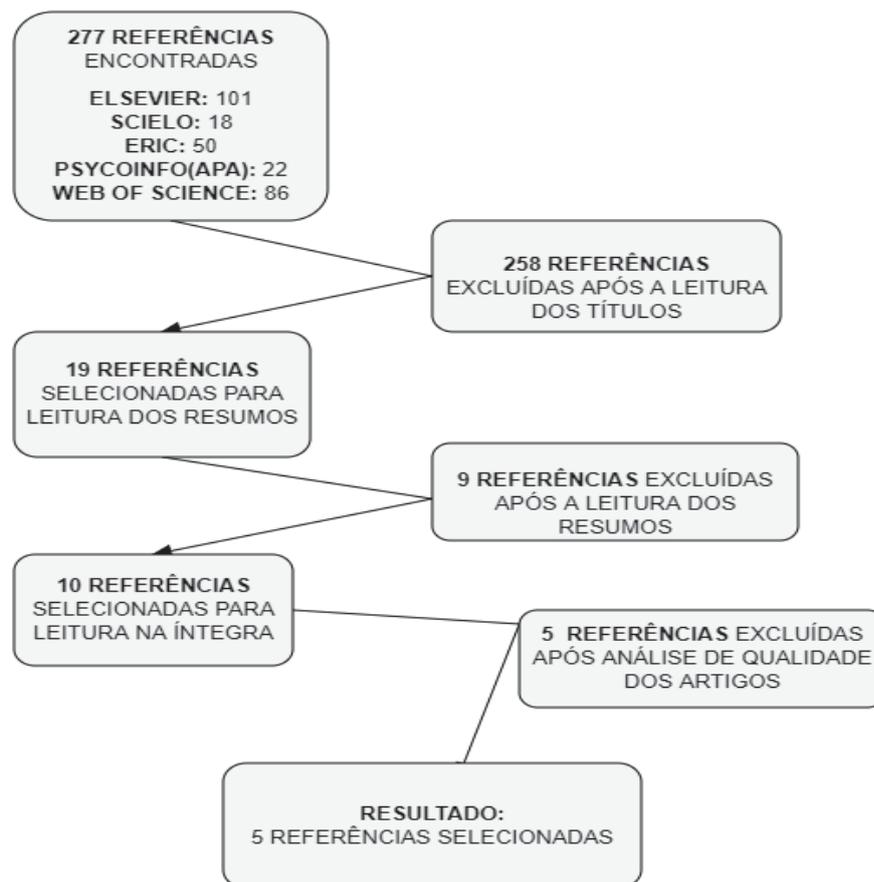
Nos estudos incluídos na revisão, os seguintes dados foram obtidos: autor(es), país e local do estudo, ano, objetivo do estudo, metodologia, tipo e tamanho da amostra, instrumentos da coleta de dados, principais resultados e conclusão. Os artigos foram organizados em ordem cronológica, considerando o ano de publicação.

Foram encontradas 277 referências alusivas ao tema. Foi realizada a leitura dos títulos dos artigos, sendo selecionados 19 estudos. Logo em seguida os resumos foram analisados, restando dez artigos para leitura na íntegra; após essa etapa, os textos foram analisados conforme a classificação do periódico, por meio de seleção do Qualis do periódico (FIGURA 2). O processo resultou na seleção de cinco artigos para o estudo, sendo 40 % no idioma espanhol, 40% no idioma inglês e 20% na língua portuguesa.

Quanto à origem do estudo, foram identificados um artigo do Brasil, um da Argentina, um do México, um da Espanha e um da Etiópia.

A FIGURA 2 apresenta o fluxograma do percurso de buscas da revisão.

FIGURA 2 – FLUXOGRAMA DE BUSCA E SELEÇÃO DOS ESTUDOS DA REVISÃO



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Apresenta-se, a seguir, o QUADRO 1, com a identificação e origem dos artigos selecionados para a revisão, bem como o breve resumo do objetivo, do procedimento metodológico e participantes de cada um dos estudos.

QUADRO 1 – ESTUDOS INCLUÍDOS

TÍTULO/ AUTOR/ REVISTA/ BASE	PAÍS/ ANO/ QUALIS	OBJETIVO	AMOSTRA	MÉTODO
Determinants of students' vulnerability to attrition in higher education: Evidence from Arba Minch University, Ethiopia Eshetu et al. Educational Research and Reviews – ERIC	Etiópia, 2018 Qualis B2	Avaliar o nível e os determinantes da vulnerabilidade dos alunos ao atrito em Arba. Minch University, Southern Ethiopia	537 alunos	Análise Descritiva
Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura Oliveira et al. Ciência & Educação (Bauru) – ERIC	Brasil, 2019 Qualis A2	Problematizar o emprego do conceito de evasão para referir-se a essa saída prematura	13 alunos e dados institucionais	Estudo Qualitativo - Pesquisa-ação
Tutorías y estipendio mensual: contribuciones a la trayectoria universitaria de jóvenes en situación de vulnerabilidad Liliana Mayer, Leticia Cerezo Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez Juv – SCIELO	Argentina, 2016 Qualis A3	Analisar os resultados de uma avaliação de impacto de um programa implementado na Argentina que promove a inclusão no ensino superior de jovens acadêmicos residentes em situação de vulnerabilidade social	9 grupos focais com bolsistas de um Programa de Inclusão Universitária; 16 indivíduos tiveram coleta de informações mais aprofundadas	Estudo Qualitativo
Desempeño académico y experiencias de estudiantes universitarios Mayas en Yucatán, México Rubi Surema Peniche Cetzal; Cristóbal Crescencio Ramón Mac Alteridad – WEB OF SCIENCE	México, 2018 Qualis A2	Descrever as experiências acadêmicas de estudantes maias caracterizados por excelente desempenho acadêmico	3 estudantes maias	Estudo Qualitativo- Estudo de caso coletivo
Dropout and transfer paths: Wh4Rt are the risky profiles when analyzing university persistence with machine learning techniques? Luis J. Rodríguez-Muñiz; Ana B. Bernard; María Esteban; Irene Díaz PLoS ONE – WEB OF SCIENCE	Espanha, 2019 Qualis A1	Realizar a análise da evasão de uma coorte completa de alunos da Universidade de Oviedo (Espanha)	Calouros do ano letivo de 2010/11 de uma universidade de médio porte	Pesquisa mista quanti-qualitativa do tipo <i>ex-post facto</i>

FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Apresenta-se, a seguir, as principais conclusões que emergiram dos artigos selecionados.

Eshetu et al. (2018) concluem que a melhoria do padrão de prestação de serviços em instituições superiores pode aumentar a motivação, a aspiração e o desempenho acadêmico, reduzindo reprovações e vulnerabilidade ao atrito.

Oliveira et al. (2019) mostram, a partir do levantamento de dados de uma pesquisa-ação, que os elementos de vulnerabilidade acadêmica estão interligados e compõem um sistema complexo que influencia de forma significativa a permanência ou a desistência do curso. Os autores relatam que a escassez de abordagens ativas e interdisciplinares para o ensino e a precarização das universidades federais emergiu como elemento que permeia a mente dos estudantes. A maior ou menor visibilidade e a compreensão desses problemas institucionais pode incentivar – ou restringir – o processo de saída dos alunos. Saliendam que o uso do conceito de evasão para referir-se ao fenômeno de saída prematura de alunos do Curso de Licenciatura em Ciências precisa ser problematizado e revisto, uma vez que tem orientado ações institucionais cuja eficiência e eficácia são questionáveis (OLIVEIRA et al., 2019).

Mayer e Cerezo (2016) indicam que os espaços tutoriais são mais proveitosos para os estudantes cujas necessidades materiais básicas estão satisfeitas. A tutoria configura vínculos tutor-aluno que se relacionam à individualidade de cada um e também às propostas institucionais, a partir das quais se colocam em prática; ambos os aspectos têm papel importante na valorização da prática educativa.

Para Cetzal e Mac (2018), os alunos consideram que uma organização adequada do tempo, uma comunicação adequada com os professores e a autogestão, bem como o uso frequente de mentoria institucional e de programas de bolsa de estudos, diminuem as dificuldades e permitem alcançar bons resultados como estudantes universitários.

Muniz et al. (2019) destacam a importância do atendimento ao aluno na prevenção ao abandono escolar; para os autores, as instituições devem prestar atenção aos alunos não apenas em termos de orientação acadêmica, mas também em termos de aconselhamento e apoio pessoal, envolvendo a comunidade educacional como um todo. As percepções positivas dos alunos sobre o apoio institucional promovem o envolvimento e diminuem a probabilidade de evasão.

O uso do termo “vulnerabilidade”, nesta revisão, direcionou a busca para temas bem específicos sobre o assunto e conduziu também a temáticas mais

abrangentes, que demandam aprofundamento. Após a revisão da literatura nas bases de dados e considerando que a abrangência das necessidades estudantis possui outros vieses, três categorias foram delineadas: primeiro ano na universidade; escassez de recursos financeiros; e desempenho acadêmico.

2.2.2 Processo de transição e primeiro ano no Ensino Superior

A partir da busca dos subsídios teóricos para a revisão de literatura, a questão da vivência do primeiro ano dos estudantes nas universidades emergiu como uma categoria. Esse tema tem sido objeto de pesquisa de estudiosos acerca da permanência estudantil, devido ao grande impacto que a entrada na universidade causa em boa parte dos estudantes.

O primeiro ano do Ensino Superior é um período de transição com experiências que costumam ser difíceis, considerando o caráter de inexperiência dos alunos e a expectativa em relação ao ambiente acadêmico. Os estudos das últimas décadas sobre a permanência no Ensino Superior mostram que a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior é desafiadora, exigindo dos jovens um confronto com múltiplas e complexas tarefas (ALMEIDA; ARAÚJO; MARTINS, 2016; HONORATO; HERINGER, 2015; MONTEIRO; ALMEIDA; VASCONCELOS, 2012; SALGADO; POLYDORO; ROSÁRIO, 2018).

Os trabalhos de Muñiz et al. (2019), Mayer e Cerezo (2016) e Oliveira et al. (2019) abordam temas como a evasão estudantil, os elevados índices de abandono universitário por alunos do primeiro ano e os desafios das instituições, aventando estratégias que podem mitigar esses casos.

Muñiz et al. (2019) realizaram uma pesquisa quanti-qualitativa do tipo *ex-post facto* junto a calouros; os resultados reforçam a importância do primeiro ano na universidade e desafiam as instituições de Ensino Superior a atentar ao desempenho dos alunos no primeiro semestre, adotando medidas preventivas. Os autores indicam que as instituições devem apoiar os alunos não apenas quanto à orientação acadêmica, mas também em termos de aconselhamento e apoio pessoal, envolvendo a comunidade educacional como um todo.

Oliveira et al. (2019) promoveram um estudo qualitativo do tipo pesquisa-ação com 13 alunos, com o objetivo de problematizar o emprego do conceito de evasão para referir-se à saída prematura da universidade. Os autores concluíram que vários

elementos permeiam a mente dos estudantes, como: laços afetivos; orientação vocacional; maturidade/imaturidade; compreensão/incompreensão familiar sobre a universidade; fragilidade da formação básica; cultura de pouco estudo; crenças baseadas no senso comum sobre a ciência (algo para “poucos e iluminados”) e a docência (“precisa ter dom”, “vocação”); escassez de abordagens ativas e interdisciplinares para o ensino; e precarização das universidades federais. Mencionam que a maior ou menor visibilidade e compreensão institucional desses problemas pode incentivar ou restringir o processo de saída dos alunos.

O artigo de análise descritiva de Eshetu et al. (2018) visou avaliar o nível e os determinantes da vulnerabilidade dos alunos ao abandono em uma universidade da Etiópia. Revelam que as causas de atrito são multifacetadas e incluem fatores internos e externos em vários ambientes, que abrangem a e a instituição.

Eshetu et al. (2018) identificaram como os principais determinantes do desgaste dos alunos a formação acadêmica e as experiências escolares. Os autores concluem seu trabalho abordando os serviços prestados pela universidade:

O nível de satisfação dos alunos com os vários serviços na universidade reduz a vulnerabilidade dos alunos ao desgaste. Então, melhorar o padrão de prestação de serviços em instituições superiores pode aumentar a motivação, inspiração e desenvolvimento acadêmico, e assim, reduzir o número de reprovações e abandono. (ESHETU et al. 2018, p. 579, tradução nossa).

Assim, ressalta-se que:

Dado o alto custo da evasão não apenas para os alunos e suas famílias, mas também para universidades e governos, é muito importante transferir adequadamente resultados de pesquisas para as partes interessadas, a fim de reduzir o fenômeno, estudos como os apresentados aqui são importantes ferramentas para reduzir as taxas de evasão e para reduzir as consequências perigosas deste problema. (MUÑIZ; BERNARD; DÍAZ, 2019, p. 2, tradução nossa).

Os desafios são variados e afetam distintos âmbitos da vida do estudante, como os contextos acadêmico, cognitivo, afetivo, pessoal e social. É importante que, durante o primeiro ano na vida estudantil, ocorram ações de forma preventiva que interfiram sobre o desempenho acadêmico e a integração com a instituição.

A transição do Ensino Médio para o Ensino Superior tem sido objeto de estudos em diferentes países. Dias e Sampaio (2020) destacam que a literatura na área é unânime em reconhecer que se trata de um período de grandes mudanças na

vida dos estudantes; o período mais delicado desse processo de adaptação ocorre durante o primeiro ano da graduação.

Um dos grandes desafios que é fator de desmotivação por parte dos estudantes é a defasagem oriunda do ensino da educação básica; ou seja, “as lacunas deixadas na formação precedente marcam implacavelmente a vida acadêmica” (ZAGO, 2006, p. 233). Na maioria dos casos, essa situação ocasiona dificuldades na compreensão e no acompanhamento nas disciplinas de conteúdos mais complexos, bem como dificuldade em organizar as ideias por escrito, erros gramaticais e ortográficos e falhas básicas no raciocínio matemático e no conhecimento biológico, dentre outras. Todas essas questões demandam um olhar mais atencioso por parte das instituições, objetivando o bom andamento do percurso.

Um ambiente acadêmico acolhedor inclui não somente o êxito do campo cognitivo do estudante, mas também seu bem-estar físico e mental, o qual interfere na aprendizagem. Díaz e Gómez (2007) concluem que o ambiente acadêmico se torna potencializador de desconforto psicológico quando não há o diálogo e a compreensão das características e dos desafios para a aprendizagem de cada estudante.

Muitas pesquisas revelam que a forma como as instituições universitárias se organizam impacta a formação dos alunos sob diferentes pontos de vista, dentre os quais o profissional, cognitivo e o social (ALMEIDA; SOARES, FERREIRA, 2001; MONTEIRO; ALMEIDA; VASCONCELOS, 2012; SILVA; SILVA, 2014). Evidencia-se, então, a necessidade de atenção especial a essa questão que engloba vários aspectos da vida estudantil, prevenindo a retenção e a evasão estudantil.

2.2.3 Escassez de recursos financeiros

A revisão integrativa também identificou estudos acerca da vulnerabilidade financeira durante o percurso do estudante na graduação. A falta de recursos financeiros é um fator agravante que leva a grandes dificuldades no Ensino Superior:

O reconhecimento das demandas estudantis em toda a sua amplitude constitui um enorme desafio para as universidades, ao considerar que a Assistência Estudantil deve transitar em todas as áreas dos direitos humanos, abarcando um conjunto de ações que promovam desde as condições ideais de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos fundamentais para a formação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento, o acompanhamento à educação especial e suas variáveis, até o provimento

dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: alimentação, moradia, transporte, etc. (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

Boa parte dos estudantes tem acesso à universidade em sua própria cidade, onde podem realizar o curso residindo próximo a seus familiares, com suporte financeiro e de moradia. Alguns estudantes, entretanto, se deslocam de uma cidade para outra; muitas despesas surgem e, em muitos casos, as famílias não conseguem subsidiá-los. Essa situação demanda que os estudantes realizem estágios remunerados durante a graduação, participem de projetos de extensão nos quais conseguem uma bolsa ou até mesmo solicitem auxílio à universidade para a permanência, quando possível.

No Brasil, os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil, criado a partir da promulgação do Decreto 7.234 de 19/06/2010 (BRASIL, 2010), foram importantes para o fortalecimento das políticas de assistência estudantil. Proporcionaram para muitos estudantes a viabilidade de permanecer no Ensino Superior por meio de auxílio financeiro na forma de bolsas, auxílio para alimentação, moradia estudantil ou transporte, dentre outros.

Uma situação comum na realidade de muitos estudantes é a conciliação do trabalho com o estudo (COSTA; DIAS, 2015). A escassez de recursos financeiros para sobrevivência, bem como para realização pessoal, muitas vezes acarreta a defasagem no cumprimento das atividades curriculares.

Assim, a busca por recursos financeiros se converte em uma das principais barreiras, em nível familiar, para acessar os estudos universitários; por isso, os estudantes de famílias de baixa renda e de classe média têm significativamente menos probabilidades de iniciar um curso universitário e ainda menor probabilidade de concluir uma graduação (KNOP; COLLARES, 2019).

O trabalho de Cetzal e Mac (2018), selecionado nesta revisão, relata que a escassez de recursos financeiros é um fator inevitável na jornada de todos os estudantes universitários, sobretudo para aqueles que advêm de comunidades rurais com o sonho de alcançar a formação profissional. Muitos enfrentam dificuldades para adquirir materiais didáticos, para a alimentação durante a permanência letiva, para pagamento do transporte de seu local de origem para a universidade, bem como pouca ou nenhuma assistência médica especializada. Os autores ressaltam a necessidade de rever as práticas atuais, com o propósito de avaliar continuamente as políticas e programas sociais ofertados aos estudantes.

Assim, percebe-se que a falta de recursos financeiros impacta a subsistência dos estudantes e suas famílias e é um indicador de evasão escolar que demanda políticas públicas estudantis que favoreçam a permanência dos estudantes que sonham em obter um diploma de Ensino Superior para a realização pessoal e também profissional.

2.2.4 Desempenho acadêmico

Emergiu, na revisão da temática, a questão do desempenho acadêmico durante o Ensino Superior. Historicamente, foram elaboradas diferentes definições a respeito desse tema. A pesquisa de Fagundes, Luce e Espinar (2014) apresenta algumas dessas concepções, como a de Touron (1984), que afirma que o desempenho é um dos resultados da aprendizagem suscitado pela atividade educativa do professor e produzido no aluno – ainda que esteja claro que nem toda aprendizagem é produto da ação docente. A definição de Jimenez (2000) apresenta o desempenho acadêmico como um construto que não só contempla atitudes e motivação dos alunos, mas também envolve variáveis como aspectos docentes, a relação professor-aluno e o entorno familiar, dentre outras. Na definição de Magalhães e Andrade (2006), por sua vez, o desempenho acadêmico está relacionado a fatores como inteligência, habilidade e competência. Nesse mesmo sentido, Braga e Franco (2004) asseguram que “a avaliação do desenvolvimento e do aprendizado dos estudantes, isto é, a determinação de quão bem os estudantes alcançam os objetivos acadêmicos é uma das principais maneiras pelas quais as instituições demonstram suas efetividades” (p. 1). Tais definições levam ao entendimento de que o desempenho acadêmico indica como o estudante assimila e aproveita o percurso de aprendizagem – essa trajetória pode gerar resultados que convirjam para o sucesso acadêmico, como também ocasionem o mau desempenho acadêmico.

Sob um ponto de vista multidimensional, compreende-se por sucesso acadêmico a situação em que o estudante consegue obter bom rendimento no processo de aquisição dos conhecimentos. Almeida, Soares e Ferreira (2001) ressaltam que não é possível falar de sucesso sem considerar o contexto pessoal e social, que abrange diferentes aspectos da vida do estudante. O mau desempenho acadêmico, por sua vez, ocasiona, na maioria dos casos, a retenção e a evasão. Entende-se a retenção como uma condição do aluno que se mantém matriculado em

determinado curso por um período maior que o planejado pelo currículo; a evasão é definida como a decisão de desligar-se por completo do curso.

É importante reconhecer e vislumbrar o desempenho acadêmico como um construto que contempla diversos fatores – pedagógicos, familiares, sociais, neurológicos, psicológicos, motivacionais, etc. –, que são determinantes para o bom desempenho acadêmico e para a conclusão do Ensino Superior.

Scher e Oliveira (2020) indicam a necessidade de que os profissionais considerem outros formatos da assistência estudantil para além da gestão de programas financeiros, e que trabalhem com as diferentes formas de assistência estudantil. Assim, para os autores, ter um pedagogo, psicólogo ou assistente social que possa se dedicar a questões acadêmicas dos estudantes, como dificuldades com estudos e organizar o tempo, por exemplo, faz a diferença. Nesse sentido, o abrangente campo de demandas estudantis implica a realização de um trabalho conjunto de vários profissionais, com vistas a vários âmbitos da vida do estudante. O bom desempenho acadêmico beneficia o aluno não somente no processo de permanência e conclusão do curso, mas também impacta de forma positiva a instituição e a sociedade em geral.

O trabalho de Cetzal e Mac (2018) destaca a preocupação com a questão do desempenho em meio ao tempo limitado para a realização das atividades acadêmicas dos estudantes que trabalham em período parcial ou que se deslocam de suas comunidades para outro município. Os autores concluem que o compromisso e a boa organização do tempo permitem a obtenção de melhores resultados.

Similarmente, a pesquisa de Eshetu et al. (2018) indica que o esforço, compromisso e determinação dos alunos têm papel fundamental na melhora do desempenho, reduzindo sua vulnerabilidade ao desgaste; entretanto, ressaltam que os serviços oferecidos pela universidade são determinantes para a motivação estudantil. Destacam também a importância do levantamento das necessidades, pois consideram que os alunos são um ativo essencial em qualquer sistema de educação. Defendem, ainda, que o desenvolvimento econômico geral de um país depende do desempenho acadêmico dos alunos. Ou seja, com um melhor desempenho acadêmico, os alunos serão melhores profissionais que estarão à disposição da sociedade, favorecendo o desenvolvimento econômico e social daquela nação.

Cada estudante possui suas particularidades em meio ao processo de formação, motivações e realidades singulares. Espera-se, dentro das possibilidades

da instituição, que os serviços, atendimentos e ações visem não apenas amenizar impactos negativos vigentes, mas também preveni-los.

É preciso considerar que o ingresso no Ensino Superior pode gerar dificuldades em muitos âmbitos na vida do estudante, fazendo com que muitas vezes desistam de seus objetivos, abandonando a universidade. Destaca-se que a maneira como o estudante vivencia o percurso universitário é crucial no desenvolvimento acadêmico. A revisão realizada revela a prevalência de estudos que enfatizam essa preocupação, indicando as principais demandas emergentes. Considerar as particularidades e anseios dos estudantes impacta as questões de permanência no Ensino Superior.

A demanda financeira também foi sinalizada na revisão; contudo, os artigos analisados não descartam a necessidade de atendimentos para além do suporte financeiro, incluindo ações e iniciativas que visam minimizar as demandas que dificultam o desempenho acadêmico. O apoio no processo de aprendizagem e a promoção do envolvimento estudantil na graduação promovem o bem-estar do estudante, atingindo também âmbitos futuros, como a profissão que o estudante vai desempenhar como ofício.

Desse modo, a democratização do acesso alia-se a medidas que possibilitem o sucesso e a permanência na universidade. Políticas públicas de apoio à permanência devem estar na pauta das instituições, oportunizando serviços de apoio que envolvem as áreas psicológica, social e/ou educativa, minimizando os impactos que essa transição de desempenho acadêmico pode acarretar no corpo discente.

Assim, esta revisão reforça que novos estudos preocupados com a permanência discente devem ser realizados para compreender as especificidades que exigem maior atenção por parte das instituições. Evidencia, também, que boas práticas devem ser reconhecidas e publicadas, a fim de subsidiar o desenvolvimento e a institucionalização dos serviços de apoio estudantil nas instituições de Ensino Superior.

2.3 APOIO PEDAGÓGICO: LEGISLAÇÃO E CARACTERÍSTICAS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

2.3.1 Apoio pedagógico como política de permanência estudantil

Pensar no estudante universitário é pensar em um ser humano guiado por escolhas, por necessidades, por emoções, por sonhos. Como qualquer estudante em outros níveis de ensino, ele está em busca do conhecimento. Cada nível atribui ao indivíduo características distintas de apropriação e vivência; assim, pensar no Ensino Superior é refletir sobre as especificidades que emergem nessa fase de vida do indivíduo.

É comum a crença de que, somente ao ingressar no Ensino Superior, o estudante já tenha superado suas dificuldades; entretanto, a literatura da área indica que a entrada na universidade exige uma série de mudanças na vida do estudante (ALMEIDA; SOARES, 2003; TEIXEIRA et al., 2008).

Muitas demandas sinalizam a necessidade de ações que auxiliem no processo de aprendizagem e integralização e promovam a prevenção da evasão. Tais ações não apenas facilitam o percurso do estudante nos anos pelos quais estará se apropriando do conhecimento na universidade, mas também complementam sua formação integral. Esse período exige que o estudante tenha certa autonomia para administrar sua vida acadêmica e estabeleça vínculos com os colegas da turma e novos professores, bem como conheça e saiba usufruir dos espaços e recursos que a instituição tem a oferecer.

Embora as questões sociais e econômicas impactem diretamente a vida acadêmica, os fatores pedagógicos também exigem muito do estudante e merecem atenção diferenciada por parte das instituições (ZIMBA et al., 2020). Dentre as várias especificidades, esta pesquisa aprofundou-se no âmbito da demanda pedagógica.

É importante compreender que o atual trabalho de atendimento ao estudante universitário é resultado de muita luta, oriunda da constituição da universidade pública no Brasil. Tais ações se articularam a muitas outras, em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A preocupação com o acesso e a permanência dos estudantes permeia uma trajetória de defesa dos movimentos sociais e estudantis, com vistas à garantia de um projeto de educação amplo e democrático.

O Ensino Superior brasileiro adentra o leque de direitos da educação pública; não só o acesso, mas também a permanência e conclusão do mesmo fazem parte de políticas que a sociedade brasileira tem por direito.

A educação superior é parte integrante do direito à educação, se propõe a preparar para o mundo do trabalho, propicia a autorrealização dos sujeitos,

possibilita a aquisição de competências, habilidades e o aperfeiçoamento do intelecto. (DRUMMOND, 2012, p. 190).

Mas, afinal, o que define a assistência estudantil? Qual o seu papel nas universidades? O que ela propicia aos estudantes que dela necessitam? Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012), a assistência estudantil é definida como

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFEs, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. (FONAPRACE, 2012, p. 63).

A importância da assistência estudantil, dentro da dinâmica do Ensino Superior, se deve ao fato de que é um órgão dentro da universidade que tem responsabilidade frente às questões de acesso, permanência e conclusão do curso pelo estudante universitário.

As políticas de assistência estudantil na educação superior têm como objetivo a destinação de recursos e mecanismos que facilitem a permanência dos acadêmicos na universidade e permitam a conclusão de seus estudos. Vale ressaltar, segundo Andrade e Teixeira (2017), que tais políticas devem abranger não só questões de ordem econômica, como o auxílio financeiro para que o indivíduo realize as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógica e psicológica.

Entender o termo “permanência” e diferenciá-lo da assistência é um grande passo para compreender a realidade das políticas estudantis. Segundo Heringer (2020), a literatura recente a respeito do tema mostra que as políticas de assistência estudantil incidem sobre um aspecto específico referente à permanência dos estudantes no Ensino Superior, que é a dimensão material – indispensável, porém insuficiente para viabilizar a permanência plena e o sucesso acadêmico de muitos estudantes (ALMEIDA, 2012; HONORATO; HERINGER, 2015; PORTES, 2015).

A permanência estudantil abrange diferentes tipos de políticas e recursos, a fim de que o sucesso acadêmico seja viabilizado e mobiliza dimensões simbólicas, culturais, acadêmicas e pedagógicas, que cada vez mais são centrais para que o percurso do estudante universitário não se caracterize pelo baixo desempenho, pelo desinteresse e, em última análise, pelo abandono do curso e evasão (HERINGER, 2020).

Heringer (2014) defende que as políticas de permanência sejam planejadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinariam “àqueles em situação de maior vulnerabilidade, vivenciando situações que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira” (p. 27). Nesse sentido, Honorato, Vargas e Heringer (2014) afirmam que as políticas de permanência são mais abrangentes e pensadas para a inserção plena dos estudantes, citando a iniciação científica e o apoio a eventos como possibilidades. Ainda assim, para as autoras, as políticas de assistência estudantil “estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas” (HONORATO; VARGAS; HERINGER, 2014, p. 2).

Porém, “na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implantação destas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil são integradas, às vezes, sobrepostas ou mesmo confundidas” (HERINGER, 2014, p. 28). Tal compreensão revela que as políticas de assistência e permanência estudantil precisam ocupar um espaço na gestão das instituições de Ensino Superior e nos serviços por elas ofertados, para que as ações sejam articuladas e atendam os estudantes em suas diferentes dimensões.

2.3.2 Leis e regimentos da assistência estudantil no contexto brasileiro e estadual

Com relação à legislação, pode-se evidenciar alguns regulamentos e programas que definem e determinam a assistência estudantil de modo geral nas universidades. Em âmbito federal, como já mencionado, o PNAES é o programa que determina as ações que devem ser desenvolvidas nas áreas de: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O parágrafo único do Decreto inclui que as ações de assistência estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010a).

Percebe-se que o conceito de permanência abrange condições de prevenção, igualdade de oportunidades e melhoria do desempenho acadêmico; tais ações contribuem para o desenvolvimento humano do estudante universitário no período que se encontra na educação superior. Apesar de o PNAES ser um programa nacional, cada universidade tem autonomia para utilizar os recursos disponibilizados conforme suas necessidades e especificidades, considerando áreas estratégicas e as necessidades locais.

É importante destacar que esta pesquisa se propõe a conhecer a realidade do apoio pedagógico ofertado pela assistência estudantil do estado do Paraná no nível superior público de ensino. Faz-se útil, portanto, conhecer o número atual de universidades públicas estaduais por estado no Brasil. Em levantamento realizado nos *sites* dos governos estaduais, constatou-se que o Paraná é o estado brasileiro com maior número de universidades estaduais, totalizando sete instituições.

No que diz respeito à legislação estadual de cada um dos estados que possui Instituições de Ensino Superior, a partir de um breve levantamento foram identificadas leis e tentativas de regulamentação desse serviço em âmbito estadual.

As Instituições de Ensino Superior públicas estaduais que participam do Sistema de Seleção Unificada (SISU) contam com recursos do governo federal para a promoção de ações voltadas à assistência estudantil a partir da promulgação da Portaria Normativa MEC nº 25, de 28/12/2010 (BRASIL, 2010b), pelo Ministério da Educação, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). Os recursos do PNAEST, segundo a Portaria, são destinados exclusivamente às instituições estaduais de educação superior gratuitas – universidades e centros universitários – para o atendimento de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, com a perspectiva de garantia de entrada e permanência de alunos por meio de convênios assinados com o Ministério da Educação (MEC).

Conforme a Portaria (BRASIL, 2010b), o PNAEST considera a assistência estudantil uma ação central no combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social, que tem como finalidade a ampliação de condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual.

Em seu artigo 2º, a Portaria determina a implementação de ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, para o atendimento de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das

instituições estaduais de ensino superior gratuitas. Tais ações devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010b). As áreas de ações da assistência dispostas no PNAEST são as mesmas que constam no PNAES. No Art. 4º do documento, consta que as ações de assistência estudantil devem ser executadas pelas instituições estaduais de Ensino Superior, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010b).

Nessa perspectiva, esta pesquisa circunscreve o apoio pedagógico como um recurso que facilita o processo de transição do estudante, na construção de um sentimento de pertencimento à universidade. Desse modo, por meio de ações intencionais, o apoio contribui ao processo de ensino e aprendizagem e atua como facilitador da construção da identidade acadêmica, possibilitando a permanência estudantil.

As ações de apoio pedagógico ao discente configuram instrumentos facilitadores e contribuintes do processo de democratização do Ensino Superior, por meio de ações como acolhimento, integralização institucional, orientação educacional, acompanhamento estudantil, monitoramento, direcionamento vocacional e divulgação de serviços, dentre outras.

Assim, percebe-se que a promoção de atividades que fomentem o desempenho e permanência do acadêmico nas universidades para além do âmbito econômico é amparada pelas determinações legais. Nesse sentido, esta pesquisa visou investigar como a assistência estudantil, em especial no âmbito do apoio pedagógico, vem sendo realizada nas universidades estaduais do Paraná. A caracterização da realidade paranaense se faz importante para a identificação de possibilidades de permanência e desenvolvimento humano dos universitários do sistema público de Ensino Superior disponibilizado pelo Paraná.

2.4 A PEDAGOGIA E O APOIO PEDAGÓGICO

2.4.1 Refletindo sobre a Pedagogia como campo de conhecimento

A Pedagogia é considerada uma ciência por autores como Libâneo (1999, 2001) e Franco (2008). Explicitar o domínio do campo da Pedagogia, portanto, é reconhecê-la como ciência da educação que trabalha o âmbito educativo e o educacional.

A identidade do pedagogo se reconhece, portanto, na identidade do campo de investigação e na sua atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educacional e para o educativo. O aspecto educacional diz respeito a atividades de sistema educacional, da política educacional, da estrutura e gestão da educação em suas várias modalidades, das finalidades mais amplas da educação e de suas relações com a totalidade da vida social. O aspecto educativo diz respeito à atividade de educar propriamente dita, à relação educativa entre os agentes, envolvendo objetivos e meios de educação e instrução, em várias modalidades e instâncias. (LIBÂNEO, 1999, p. 47).

O contexto educativo e o trabalho educacional permeiam a ciência da Pedagogia, que tem por objeto a educação em suas manifestações intencionais. É o pedagogo que aprende a diferenciar as práticas educativas e reconhece nelas uma teoria implícita, ou seja, uma teoria em prática.

Deverá, por certo, ser preocupação do curso de Pedagogia, a formação de um pedagogo como profissional crítico e reflexivo, que saiba mediar as diversas relações inerentes à prática educativa e as relações sociais mais amplas. (FRANCO, 2008, p. 110).

Assim como toda ciência, a Pedagogia possui um objeto de estudo a ser estudado, pesquisado, analisado, reformulado e reorganizado: a Educação (FRANCO, 2008). Esse processo é possível a partir do aprofundamento profissional em teorias e fundamentos pedagógicos, por meio da investigação dos conhecimentos e saberes que se organizam historicamente, fundamentando as bases dos saberes, das diretrizes e orientações para a práxis educativa.

Compreende-se, então, que a ciência da educação acontece a partir da prática educativa, que é sempre uma prática reflexiva – ou seja, a práxis. As teorias não surgiram espontaneamente; seus autores a constroem na prática. Desse modo, a práxis educativa se faz necessária para a formação de um cientista educacional – que, mesmo sem dar-se conta, desempenha um papel científico ao exercê-la.

A reflexão sobre a Pedagogia como campo do conhecimento que necessita de um olhar que congregue teoria e a prática visa evidenciar que o trabalho

pedagógico intencional pode ser realizado nos vários espaços, desde que aliado à teoria e com objetivos pré-definidos.

2.4.2 O trabalho pedagógico a luz da concepção da Pedagogia Social

Este tópico apresenta algumas reflexões acerca do campo da Pedagogia e da função da educação sob a perspectiva dos profissionais.

A educação trata das dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais em que a escola se insere como uma parte fundamental do processo, mas vai além. Refere-se à educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas as faixas etárias e a todas as etapas da vida. (MACHADO, 2009, p. 133).

Refletir sobre a educação, nessa dimensão integral, permite compreender a dinâmica e o objetivo das instituições para além do saber curricular; trata-se de uma educação que perpassa outras dimensões, as quais possibilitam a emancipação dos sujeitos.

A Pedagogia Social é uma concepção educacional que vem se constituindo a partir de um processo reflexivo que interpreta a realidade e promove sua intervenção sem perder a objetividade teórico-metodológica, que é pedagógica (enquanto concepção educacional) e intencional (enquanto prática social).

Com ênfase no desenvolvimento humano e suas potencialidades junto aos educandos, a Pedagogia Social, enquanto campo da educação social, constrói e fortalece vínculos afetivos, estimula a consciência e participação comunitária, o protagonismo, a vivência da cidadania, incentiva a convivência por meio dos campos familiares, escolares e comunitários [...]. (LIMA; MONTEIRO; ASINELLI-LUZ, 2019, p. 2).

Há um pensar dialético entre a teoria e a prática, uma necessidade de movimento entre a ação e a reflexão que possibilita as intervenções socioeducativas e socioculturais com dimensão emancipadora e ética. Portanto, a intervenção não é somente técnica, já que a Pedagogia Social tem como finalidade a transformação social do homem.

A pedagogia social se entende como a ciência da educação social, que estuda as questões inerentes tanto a socialização dos indivíduos, como a inadaptação dos mesmos. Esta orientada para a melhora da qualidade de

vida a partir de uma perspectiva fundamentada na prática. (SERRANO, 2003, p. 77, livre tradução nossa).

Acerca do campo de atuação da Pedagogia Social, Silva et al. (2011) afirmam:

Mais do que uma definição teórica e conceitual, a configuração do campo de trabalho da Pedagogia Social precisa ser pragmática, isto é, resgatar a nossa tradição cultural e responder aos desafios colocados pela dinâmica da própria sociedade e das transformações sociais, assim como preencher lacunas e ocupar espaços criados, tanto pela legislação quanto pelo desenho das políticas públicas e sociais. (SILVA et al., 2011, p. 290).

A ação deixa de ser técnico-pedagógica e se amplia para uma postura socioeducativa. Nesse contexto é importante salientar que o processo quase nunca é apenas educacional, mas também socioeducativo, carregado de afetividade e incentivos. Portanto, é possível que se manifestem concomitantemente os processos educacional, socioeducativo e sociocultural.

A atividade educativa que acontece em todos os espaços sociais só é efetivamente educativa quando transforma e emancipa o cidadão. A emancipação, por sua vez, só ocorre quando existe o enfrentamento das contradições.

A Pedagogia Social tem uma dimensão abrangente em contextos sociais, políticos, educacionais e culturais. Ela contempla uma prática pedagógica que nasce das necessidades promovendo a reabilitação e segue atualmente também na prevenção e na transformação, a qual está vinculada à realidade das pessoas e comunidades, sempre com sentido político, o que só se produz na participação consciente e efetiva do cidadão. (ORZECOWSKI, 2017, p. 175).

Portanto, a Pedagogia Social se define a partir de parâmetros de uma educação crítica. É, por isso, uma escolha política de interesse social, com intenção delimitada pelas necessidades dos excluídos e marginalizados. Não apenas os sujeitos pobres, os marginalizados e os oprimidos serão atendidos, mas também – e principalmente – todos aqueles que dependem de ajuda e apoio. Tais necessidades ocorrem em todas as esferas socioeconômicas e se revelam nas interações pessoais e nos comportamentos e atitudes entre os membros de um grupo de estudantes, por exemplo.

A pedagogia social é uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos que precisam de apoio e cuidado em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas e do suporte de estruturas institucionais. (CALIMAN, 2021, p. 110).

Promover uma educação de cunho sociocultural e socioeducativo implica em rever conceitos e práticas e, acima de tudo, querer uma educação diferente, de cunho libertador e comprometido com a coletividade; uma educação que, além dos conteúdos cognitivos dispostos nas matrizes curriculares, tenha sensibilidade social e esteja atenta às necessidades socioculturais da atualidade.

É o espaço universitário que mais contempla os aspectos socioculturais da diversidade, da interculturalidade, da inclusão e do pensamento diverso e contraditório nos vários campos de conhecimento. Trata-se de um exercício crítico de liberdade, de decisão e de autonomia dentro do processo de convivência, que leva o sujeito a conhecer mais e enxergar melhor a sua realidade e a realidade dos seus pares, e também reflexivo, no qual o indivíduo percebe a si mesmo e reconhece sua ação social. Nessa tomada de consciência, retoma a razão e realiza o que Freire (1982) chamou de “vocação do ser mais” (p. 65). Destaca-se, assim, a importância de uma pedagogia no Ensino Superior com uma visão crítica da realidade que vislumbre um melhor processo de aprendizagem, com a tentativa de articular os aspectos e vulnerabilidades intrínsecas nessa fase da vida estudantil.

Pensar na identidade do pedagogo e em suas competências faz com que o trabalho pedagógico tenha sentido e fundamento; nesse sentido, as ações pedagógicas devem ser trabalhadas em conjunto com a teoria e a práxis educativa, como um exercício diário. Nem a prática, isoladamente, tampouco a busca de soluções sustenta a pedagogia; compreender a necessidade de fundamentos teóricos deve estar na pauta do planejamento institucional para um bom trabalho pedagógico oferecido aos discentes. A Pedagogia Social aqui apresentada é uma das concepções possíveis.

2.4.3 Formação dos profissionais e acompanhamento ao docente

Um ponto importante a destacar na questão da identidade e do perfil do pedagogo no Ensino Superior está relacionado à formação inicial: o exercício profissional do pedagogo nesse nível de ensino não é contemplado. É preciso considerar que, com a expansão do Ensino Superior nos últimos anos, um grande contingente de alunos adentrou a universidade; como consequência, aumentou também o número de novos profissionais, especificamente servidores técnico-administrativos no âmbito das universidades federais, contratados para atendimento

a esses alunos. Nesse sentido, Toti e Polydoro (2020) reforçam a necessidade de mais pesquisas e ações voltadas aos profissionais em atuação.

O papel dos professores no bom envolvimento e na participação na vida acadêmica também tem contribuição relevante para o processo de permanência discente. Teixeira et al. (2008) afirmam que os professores influenciam o envolvimento do estudante por meio da forma como se preparam e ministram as aulas; assim, a maneira como se relacionam com os alunos contribui para o aspecto pessoal e para o engajamento do universitário. Por isso, programas de acompanhamento que possibilitem o engajamento do corpo docente no diálogo e em atividades significativas com os estudantes são uma boa alternativa para o processo de afiliação institucional.

Severo et al. (2020) indicam a necessidade de que a universidade proporcione o acolhimento ao estudante e ao seu processo adaptativo e amplie o olhar sobre a formação docente em uma perspectiva de adaptação identitária dos novos universitários, não no sentido de desresponsabilização, mas de orientação a esse novo lugar de ofício e experiência.

[...] a probabilidade de permanência e sucesso acadêmico dos alunos depende, em grande parte, dos esforços do corpo docente para ensinar com clareza e precisão; pelo interesse em promover um clima de aprendizagem na sala de aula; em conhecer o passado formativo dos alunos e incentivar sua participação nos processos educacionais. (PINEDA-BÁEZ et al., 2014, p. 12, tradução nossa).

A necessidade de políticas institucionais que assegurem a formação continuada como cultura de aprendizagem na IES também é apresentada na pesquisa de Ogawa e Vosgerau (2019), que investigou de que forma as Instituições de Ensino Superior preparam o docente para a atuação profissional.

Em um relato de experiência, Luz e Lopes (2020) ressaltam a emergência no assessoramento pedagógico universitário aos docentes, pautado nas discussões da pedagogia universitária. Afirmam que, embora sejam especialistas em suas áreas de atuação (mestres e doutores), os docentes ainda carecem de aspectos didáticos e pedagógicos em sua formação e suas práticas. As autoras destacam o diferencial da universidade da qual fazem parte, onde o atendimento aos docentes e discentes se concentra em um único núcleo de atendimento – enquanto, na realidade de muitas universidades, ocorre em diferentes setores (LUZ; LOPES, 2020).

A perspectiva do profissional e da equipe que promove as ações de apoio pedagógico é importante, no sentido de incentivar o olhar dos técnicos, tutores e monitores para questões que estão além de cumprimento de exigências; embora tais aspectos sejam relevantes, há questões que os estudantes demandam que vão além disso, como um olhar mais humanizado, sensível, compreensivo e acolhedor para as dificuldades emergentes. Destaca-se também a necessidade de que esse trabalho não ocorra somente quando o aluno ingressa no Ensino Superior, mas que seja planejado e executado por meio de uma estrutura que atenda o aluno em suas dificuldades durante e também no processo de término do percurso.

Atendo-se ao foco desta pesquisa, que tem como objeto o apoio pedagógico ao discente, importa registrar que o apoio ao docente e a formação continuada dos profissionais que estão à frente das ações da assistência estudantil deve receber a devida atenção nas pautas de planejamento das instituições, visto que fazem parte do processo de permanência, ao mesmo tempo em que ensinam e formam os estudantes, contribuindo para a aprendizagem e o envolvimento estudantil.

2.4.4 Alguns relatos de experiência

Este tópico foi construído na busca da elucidação do que é na prática o apoio pedagógico. Os relatos de experiência inseridos nesta seção foram extraídos do *e-book Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro* (LUZ; LOPES, 2020), lançado no ano de 2020 como fruto da inquietação de dois pós-graduandos, pedagogos atuantes na área de assistência estudantil de universidades federais do Brasil. Os autores tinham em comum seu problema de pesquisa, que indagavam: o que é o apoio pedagógico no Ensino Superior? E o que faz um pedagogo nos serviços de apoio aos estudantes em instituições federais de Ensino Superior?

O *e-book* apresenta o percurso da assistência estudantil no Brasil e reúne relatos de experiências de ações em universidades federais, com objetivo de dar voz aos vários profissionais que atuam em serviços de apoio aos estudantes do Ensino Superior que desenvolvem ações de apoio pedagógico. Visa, ainda, subsidiar experiências pelo país e contribuir para uma permanência estudantil com qualidade e para além do mero acesso à instituição (LUZ; LOPES, 2020).

Nogueira, Magnavita e Santos (2020) apresentam o processo de construção do Serviço de Apoio Pedagógico (SAP) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), destacando os desafios da interiorização e democratização da educação superior. Apresentam experiências do serviço como política institucional e refletem sobre os impactos dessa ação na autonomia dos estudantes no processo de afiliação intelectual e acadêmica. O apoio pedagógico na instituição é uma das ações institucionais da UFOB desenvolvidas por meio de equipes multidisciplinares que buscam acolher, acompanhar e orientar os estudantes de graduação em suas necessidades educacionais, colaborando para que conquistem autonomia em sua relação pedagógica com a aprendizagem.

Delatorre et al. (2020) abordam o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O PIAPE é uma ação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), cujo objetivo é proporcionar apoio pedagógico aos processos de aprendizagem. O Programa envolve ações que visam uma formação de qualidade para os estudantes de graduação e é desenvolvido em todos os *campi* da instituição, atendendo aos mais de 100 cursos por meio de duas modalidades: grupos de aprendizagem e orientação pedagógica. As autoras apresentam também a metodologia de atendimento e avaliação do PIAPE e discutem os desafios enfrentados para a consolidação do programa (DELATORRE et al., 2020).

Palomino, Cruz e Durães (2020) apresentam a experiência de acompanhamento pedagógico a estudantes de graduação desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Traçam o histórico dessa ação na instituição e discutem a permanência material, acadêmica e simbólica. Os autores revelam que a universidade desenvolveu suas políticas institucionais de reserva de vaga adiantando-se às políticas nacionais; nesse sentido, destaca-se o atendimento aos alunos indígenas e estrangeiros.

De acordo com os autores, desde o início houve a preocupação em acompanhar os estudantes que ingressariam por cotas. Assim, o acompanhamento acadêmico e pedagógico atende os alunos em todo o percurso da graduação,

[...] orientando sobre a carreira escolhida, as estratégias de condução do curso, as possibilidades de melhoria do desempenho acadêmico e como enfrentar as dificuldades encontradas no percurso formativo com relação aos conteúdos ensinados, bem como às relações interpessoais. (PALOMINO; CRUZ; DURÃES, 2020, p. 157).

O trabalho desenvolvido pela equipe baseia-se na concepção freireana de diálogo e na garantia da equidade, com foco na permanência simbólica, para que os estudantes desses novos perfis se identifiquem como universitários e sejam reconhecidos como tais (PALOMINO; CRUZ; DURÃES, 2020).

Fiorin e Pavão (2020) resumiam as ações desenvolvidas no Núcleo de Apoio à Aprendizagem da Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo do Núcleo é intervir nas questões que interferem na aprendizagem, no desempenho acadêmico e na permanência na universidade.

A UFSM possui serviços de apoio pedagógico para os estudantes desde a década de 1970, quando passou a contar com o Serviço de Orientação Educacional. Desde sua criação, o serviço passou por mudanças; em 2016, o atendimento institucional aos estudantes passou a ser realizado pelo CAED, que agrega o Núcleo de Acessibilidade, o Núcleo de Ações Afirmativas e o Núcleo de Apoio à Aprendizagem. O CAED tem como fundamento teórico-prático a abordagem interdisciplinar e apoia-se no tripé ensino-pesquisa-extensão, oferecendo atendimentos individuais e coletivos, grupos terapêuticos e grupos de monitoria, dentre outras ações (FIORIN; PAVÃO, 2020).

Luz e Lopes (2020) relatam a experiência da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na qual o apoio pedagógico é realizado pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), como parceria entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e a Pró-Reitoria de Graduação. Contam, também, com o Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP).

Fruto do processo de expansão da educação superior, a UNIPAMPA foi criada em 2008; desde o início, preocupa-se em oferecer uma formação acadêmica de excelência, qualificando os processos didático-pedagógicos de ensino-aprendizagem. Em 2009 a instituição iniciou o processo para contratação de profissionais para compor uma equipe multiprofissional para a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAP). Adotou, para o trabalho integrado das equipes dos diferentes *campi*, uma organização de rede acadêmica com a missão de integrar, agilizar a comunicação e a discussão entre seus pares. As autoras destacam o diferencial de que o NuDE atende discentes e docentes, ao invés de estarem em diferentes setores (LUZ; LOPES, 2020).

Santos, Silva e Lucena (2020) relatam a experiência do apoio pedagógico da Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), suas principais características e os instrumentos utilizados nas suas atividades. O Setor de Pedagogia da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) desenvolvem ações por meio de três atividades: acompanhamento pedagógico/acadêmico, plantão de orientação de matrícula e Projeto Cooperador Pedagógico. Os autores ressaltam a existência de assistência estudantil na UFPE desde 1969; entretanto, somente em 2012 foi criado o Setor de Pedagogia, fomentado pelo PNAES.

Zimba et al. (2020) apresentam as ações da Divisão de Integração Pedagógica (Diped) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que é vinculada à Pró-Reitoria de Políticas Estudantis. A Diped surgiu a partir das discussões e pesquisa realizadas pelos profissionais que atuavam no apoio ao estudante (pedagogos e técnicos em assuntos educacionais) e perceberam a necessidade de atender as demandas pedagógicas dos alunos. A Divisão tem como objetivo propor e coordenar atividades de apoio pedagógico, contribuindo para a permanência e conclusão da graduação dos estudantes e promovendo a sua integração ao contexto acadêmico. As atividades incluem o atendimento individual e coletivo, oficinas, parcerias e suporte a professores, dentre outras. Os autores relatam também o funcionamento das Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA), presente na UFRJ desde 1997 (ZIMBA et al., 2020).

Xavier e Roveri (2020) descrevem a implantação do Bacharelado Interdisciplinar (BI) na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) no contexto da expansão do Ensino Superior brasileiro e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inspirado no modelo curricular da Universidade Nova, estruturado em ciclos formativos. Os referenciais orientadores dos BIs (BRASIL, 2010b) definem que os projetos pedagógicos desses cursos devem prever a inclusão de sistemas de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes, com vistas à permanência e ao sucesso acadêmico. Tais sistemas ou ferramentas pedagógicas “têm a finalidade de diagnosticar, prevenir e superar os obstáculos vividos pelos estudantes, comprometendo seu êxito acadêmico, questões que se refletem na retenção e na evasão” (XAVIER; ROVERI, 2020, p. 267).

As autoras definem o Programa Tutorial Acadêmico (PTA) como forma de acompanhar e orientar os estudantes. Essencialmente, o PTA funciona através das tutorias, por meio da relação entre docentes-tutores e estudantes-tutorados. Destacam que ainda não há uma avaliação que correlacione a participação no PTA ao melhor desempenho acadêmico ou à menor evasão, mas relatam que, em uma avaliação de satisfação, a maioria dos estudantes entende ser relevante a iniciativa do programa. Além do acompanhamento dos professores-tutores, as autoras apresentam outras duas iniciativas: os cursos de curta duração, que visam ao aprimoramento pedagógico por meio do nivelamento de conteúdos, e a oferta de atividades formativas de ambientação acadêmica por meio de palestras e rodas de conversa (XAVIER; ROVERI, 2020).

Pelissoni et al. (2020) apresentam o Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a parceria com o grupo de pesquisa Psicologia e Educação Superior da Faculdade de Educação, para a construção de intervenções em autorregulação da aprendizagem. Destacam que essa parceria proporciona uma formação dos profissionais do serviço, além da produção de pesquisas nessa temática.

As autoras apresentam as três intervenções desenvolvidas na Unicamp:

A primeira é uma oficina presencial sobre autorregulação da aprendizagem justaposta, destinada a estudantes ingressantes e veteranos. A segunda é uma intervenção presencial de curta duração com foco em uma temática específica. E a terceira, uma disciplina eletiva sobre autorregulação, que combina procedimentos *on-line* e encontros presenciais. (PELISSONI et al., 2020, p. 297).

Evidencia-se a importância de avaliar os resultados das intervenções; observa-se que, na avaliação qualitativa feita pelos estudantes, as intervenções têm tido impacto positivo na “promoção da autoeficácia acadêmica, autorreflexão, autoconhecimento e uso de estratégias de autorregulação da aprendizagem” (SALGADO; POLYDORO; ROSÁRIO, 2018, apud PELISSONI et al., 2020, p. 283).

Eisenberg et al. (2020) abordam uma experiência em uma instituição particular e confessional, o Núcleo de Orientação e Atendimento Psicopedagógico (NOAP), que presta três serviços gratuitos: psicopedagogia, leitura e escrita e orientação profissional. Em 2015 foi criada a Rede de Apoio ao Estudante (RAE), que funciona por meio de “um sistema virtual no qual os profissionais dos núcleos

cadastram os atendimentos realizados com os alunos, comunicam-se entre si, fazem encaminhamentos e consultam os atendimentos realizados nos demais núcleos” (EISENBERG et al., 2020, p. 15). As autoras relatam como cada um dos serviços do NOAP funciona e como o Núcleo participa da RAE.

Torres et al. (2020) descrevem como o programa de mentoria foi criado em 2011 na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e como se expandiu em 2019 para toda a instituição, criando uma rede de mentorias e tutorias em Portugal. O suporte teórico dessa iniciativa são os estudos sobre a transição para o Ensino Superior e a nova exigência para as instituições de Ensino Superior de reconhecer e assumir seu papel no desenvolvimento integral dos estudantes nos níveis pessoal, cultural e social.

De acordo com as autoras, os dispositivos de mentoria interpares têm sido implementados em diferentes Instituições de Ensino Superior, buscando auxiliar os estudantes no processo de transição e também de desenvolvimento de competências transversais. Atualmente a mentoria funciona por meio de sete eixos: captação de mentores/as; formação de mentores; acolhimento e integração; desenvolvimento das relações interpares; encontros-convívio da mentoria; dinamização de atividades; e avaliação e monitorização (TORRES et al., 2020).

Neste tópico da dissertação, o objetivo foi a divulgação e a apresentação de experiências que vêm acontecendo nas universidades. Embora cada uma das instituições relatadas tenha suas particularidades e demandas, todas promovem ações que auxiliam no processo de permanência discente, em especial no processo de aprendizagem.

Ao final dos capítulos, alguns autores apresentam modelos de documentos e formulários, ilustrando o atendimento estudantil em suas universidades. Esse é um grande avanço para o campo, à medida em que experiências são divulgadas e incentivadas em todas as realidades acadêmicas.

2.4.5 A pandemia da Covid-19 e o apoio pedagógico

Realizar esta pesquisa de mestrado em uma pandemia foi uma das experiências na academia que jamais imaginei passar. Não mencionar esta realidade na dissertação seria negar a vivência de uma situação caótica e transformadora que acarretou mudanças para além da metodologia científica aqui apresentada, bem como

o surgimento de um novo saber. Trata-se de uma nova área de aprofundamento, que necessita de atenção e planejamento: o ensino remoto, o qual de forma emergencial substituiu o sistema de educação presencial predominante no Ensino Superior público brasileiro e mundial.

A pandemia do coronavírus provocado pelo vírus SARS-CoV-2 foi declarada em janeiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como emergência de saúde pública de âmbito internacional. Dentre as principais ações de enfrentamento à pandemia, cita-se as medidas de higiene pessoal, o uso de máscaras, a realização de testes de presença do vírus ou de anticorpos, o rastreamento do contágio e o distanciamento social.

As aulas presenciais constituem uma das estratégias didáticas mais utilizadas no Ensino Superior público. Porém, em decorrência das restrições de distanciamento social determinadas pela pandemia, passaram a ser substituídas pelo ensino remoto na maioria das instituições. Alguns benefícios da adoção do ensino remoto foram evidenciados, como a diminuição de aglomerações, a redução de gastos com deslocamento e alimentação, a flexibilidade de tempo e a ampliação do alcance geográfico proporcionado pelas tecnologias, dentre outros. Contudo, a adoção desse formato também revela desvantagens, como a manutenção da concentração e autonomia durante as aulas e a dificuldade de acesso e manuseio dos meios digitais (computadores, internet, aplicativos, salas de aulas virtuais), evidenciando as enormes diferenças socioeconômicas entre a população. Outro fator relevante que dificulta o bom andamento da aprendizagem é o domínio dos professores na utilização adequada da tecnologia, em benefício do ensino de qualidade para os estudantes.

É importante destacar que o ensino remoto emergencial não corresponde ao que caracteriza a Educação a Distância (EaD), pois essa modalidade de ensino é, em sua essência, planejada no modo *online*. As aulas são previamente gravadas em estúdios, com o apoio de pessoal técnico já capacitado, e posteriormente são editadas. Os alunos normalmente administram seu próprio tempo para o cumprimento de disciplinas, avaliações, dentre outras características (HORN; STAKER, 2015; MOORE; KEARSLEY, 2013, apud GIL; PESSONI, 2020).

O ensino remoto ocorre normalmente quando há uma medida emergencial que impossibilite a realização das aulas presenciais – nesse caso, a pandemia. (PALMEIRA; RIBEIRO; SILVA, 2020). Nessa modalidade não se pretende transformar o ensino presencial em ensino a distância, visto que as estratégias de abordagem

didática-pedagógica são diferentes. O professor continua sendo peça-chave no processo de transformação digital na educação e nas mudanças dos paradigmas de ensino e aprendizagem. São utilizados *softwares* e plataformas que possibilitam maior interação professor-aluno através de áudios, vídeos, *chats* e do compartilhamento de tela, o que implica em manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresentou algumas recomendações frente ao impacto da Covid-19 na educação¹, dentre as quais destaca-se a utilização de ferramentas digitais relevantes; a implementação de medidas que garantam que os estudantes com necessidades especiais ou de baixa renda tenham acesso, garantindo a inclusão; e a priorização de soluções para enfrentar os desafios de ordem psicossocial com os quais os estudantes possam se deparar no contexto do isolamento (UNESCO, 2021).

Muitas são as dificuldades e superações em meio às mudanças provocadas pelo ensino remoto. Para que o processo de transição, envolvimento e aprendizagem no Ensino Superior ocorra, é importante a mediação de diversos agentes, como seus pares, além da família, profissionais de serviços de apoio ao estudante e professores. A pandemia da Covid-19 alterou a realidade dos estudantes nos aspectos financeiro, ocupacional, psicológico e nas condições de vida em geral; tais situações influenciam a aprendizagem e ampliam os riscos de evasão (FIOCRUZ, 2020; UNESCO, 2020). Como Fior e Martins (2020) afirmam, os ingressantes são um grupo com maior vulnerabilidade para evadir e tiveram esse risco aumentado em 2020, devido às mudanças nas condições de vida decorrentes da Covid-19 e das medidas de isolamento social.

A pandemia foi um fator agravante para a evasão discente das instituições de Ensino Superior, devido às inúmeras dificuldades que acarretou na vida de todos em vários âmbitos. Com toda a novidade do novo nível de ensino e as dificuldades processo de transição e integração a instituição, os ingressantes vivenciaram uma experiência totalmente diferenciada do habitual no sistema superior de ensino brasileiro. A chegada, a apresentação dos espaços da instituição e dos índices

¹ Covid-19: 10 recomendações para planejar soluções de aprendizagem a distância. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/covid-19-10-recomendacoes-planejar-solucoes-aprendizagem-distancia>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

institucionais, dentre outros protocolos foram reduzidos às telas de computadores e celulares, devido ao ensino remoto.

Pensando no papel das instituições de promover a efetiva aprendizagem dos alunos, incide o apoio pedagógico, que é o tema central desta dissertação, frente à necessidade de minimizar as dificuldades advindas e acentuadas no processo de transição do ensino presencial para o remoto. Ações como o acolhimento e o acompanhamento estudantil, a divulgação de serviços, o auxílio tecnológico, a orientação educacional e a realização de *lives* sobre temas de interesse psicopedagógico podem possibilitar ao aluno mais pertencimento à universidade, como também ajudá-lo no enfrentamento às dificuldades encontradas.

Assim, o apoio pedagógico no Ensino Superior poder ser uma das pontes que ligam o acesso à universidade e a permanência estudantil, em meio à apropriação do ensino remoto.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita a aproximação e o entendimento da realidade investigada como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

Esta pesquisa propõe uma abordagem qualitativa. Triviños (1987) ressalta que a abordagem de método qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto; nesse sentido, é desejável que a pesquisa qualitativa tenha como característica a busca por

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

Busca-se verificar como o problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações. Nesse tipo de estudo há a tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”; isto é, examina-se como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas. Assim, optou-se pela pesquisa qualitativa como a melhor abordagem para o cumprimento dos objetivos propostos.

3.2 TIPO DE ESTUDO

O estudo classifica-se como estudo de casos múltiplos, por meio de uma abordagem exploratória e descritiva. Os estudos de caso enfatizam a "interpretação em contexto" (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19). Desse modo, o levantamento de dados caracteriza a realidade das universidades estaduais paranaenses com relação ao apoio pedagógico ofertado pela assistência estudantil aos estudantes universitários.

Segundo Lüdke e André (2018), os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema,

focalizando-o como um todo. De acordo com Goode e Hatt (1968), o caso se destaca por constituir uma unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único e particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

Sob a ótica de Yin (2001) o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. O autor descreve que os estudos podem ser feitos em nível individual, ou seja, estudos de caso únicos, bem como abranger mais do que um sujeito, isto é, estudos de caso múltiplos.

Yin (2010) define o estudo de caso como

[...] uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Esse tipo de estudo compreende um método abrangente envolvendo a lógica do projeto, as técnicas de coleta de dados e abordagens específicas à análise de dados e baseia-se em várias fontes de evidências. (YIN, 2010, p. 39).

Considerando que o estudo de casos múltiplos pode conter diversos casos e frente às especificidades desta pesquisa, optou-se por essa modalidade devido à possibilidade de contemplar diferentes realidades com o objetivo de apresentar suas características individuais e, se possível, realizar comparações entre elas.

Segundo Yin (2001), a lógica de utilização do método de estudo de casos múltiplos diz respeito à replicação e não à amostragem; ou seja, não permite a generalização dos resultados para toda a população, mas sim a previsão de resultados similares ou de produção de resultados contrários por razões previsíveis. O autor enfatiza que o passo inicial para organizar um estudo de casos múltiplos é a definição da teoria ou a caracterização do problema. Em seguida, parte-se para a apresentação dos casos selecionados e para a definição dos indicadores de análise (YIN, 2001).

Assim, vislumbra-se a realidade paranaense por meio de múltiplos casos, ou seja, mais de uma universidade, com vistas a compreender a realidade brasileira; propõe-se a apresentação de resultados que indiquem semelhanças e divergências a partir da análise dos dados coletados.

3.3 LÓCUS

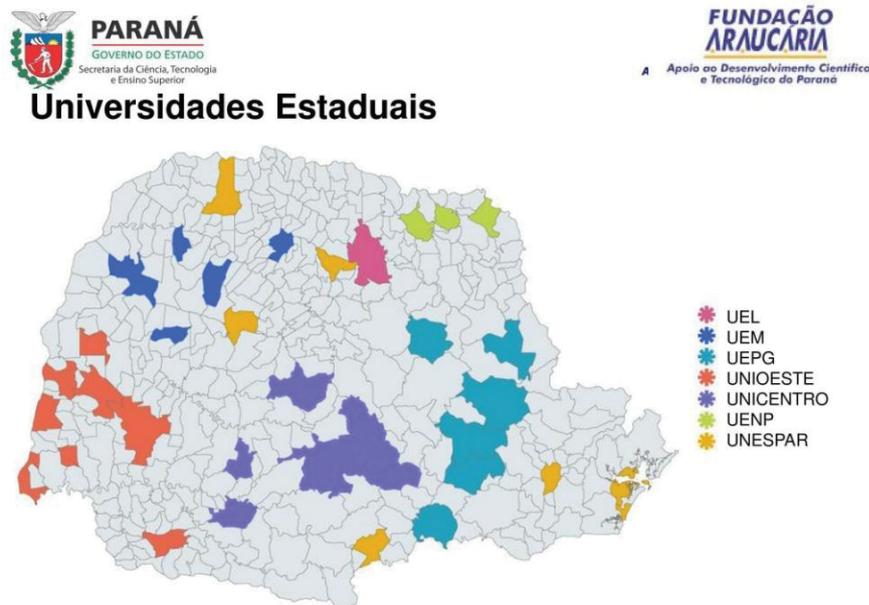
A investigação aqui apresentada tem como lócus o estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil. Com uma extensão territorial de 199.298,982 km² (BRASIL, 2020), sua população no último censo em 2010 foi contabilizada em 10.444.526 habitantes. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2020), sua população atual está em torno de 11.516.840 habitantes. O território paranaense é composto por 399 municípios.

Esta pesquisa realizou uma investigação junto às sete universidades estaduais do Paraná, a saber:

- Universidade Estadual de Londrina (UEL);
- Universidade Estadual de Maringá (UEM);
- Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR);
- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG);
- Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO);
- Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP);
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A FIGURA 3 apresenta o estado do Paraná, com a localização e territórios de cada uma das universidades participantes.

FIGURA 3 – MAPA DO PARANÁ COM A REPRESENTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS



FONTE: Paraná (2017, não paginado).

Segundo dados da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR), por meio do relatório circunstanciado da gestão (Art. 9º II da Instrução Normativa nº 144/2018 TCE), o sistema estadual oferece ensino gratuito nas diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, pesquisa, inovação, extensão universitária e cooperação técnico-científica nacional e internacional (TCE, 2018).

De acordo com esse mesmo relatório, em 2018 havia cerca de 95 mil estudantes regularmente matriculados nas universidades estaduais do Paraná, distribuídos em 381 cursos de graduação, 304 cursos de especialização, 196 cursos de mestrado e 92 cursos de doutorado. Nesse sistema, atuam 7.685 docentes (90% com mestrado e doutorado) e 8.847 agentes universitários. O ensino de graduação presencial é ofertado em 32 municípios; o ensino a distância atinge 240 municípios, envolvendo 60 polos.

Em 2018, foram graduados 10.017 alunos. Com base nos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, o sistema estadual de ensino superior formou 2218 mestres e 624 doutores e engloba em torno de 700 linhas de pesquisa neste respectivo ano. Atuam, nas universidades estaduais, 7.685 docentes e 8.847 agentes universitários.

Esse levantamento revela quão amplo é o sistema estadual de ensino superior do estado do Paraná, permitindo identificar suas abrangências e o público atendido.

3.4 PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram profissionais, mais especificamente gestores ou trabalhadores dos setores de assistência estudantil ou do apoio pedagógico, de cada universidade estadual paranaense, que têm ligação com ações de apoio pedagógico e que se dispuseram a responder ao formulário da pesquisa.

3.4.1 Recrutamento dos participantes

Primeiramente houve um contato com as Pró-Reitorias ou departamentos responsáveis pela assistência estudantil/apoio ao estudante/apoio ao discente de cada universidade. Obteve-se o contato do profissional responsável pelo setor para apresentação da pesquisa e para a realização do convite para participação voluntária.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

3.5.1 Dados institucionais e questionário eletrônico

Segundo Gil (2002), com relação à coleta de dados, o método de estudo de caso pode ser considerado o mais completo, pois se vale tanto de dados pessoais quanto documentais. Nesta pesquisa, inicialmente foi realizada uma busca em *sites* institucionais que apresentam registros e informações sobre os programas de apoio pedagógico realizados em cada universidade.

Segundo Yin (2001), os registros em arquivos de dados institucionais podem ser importantes para muitos estudos de caso. Podem ser identificadas informações tais como: registros de serviço; registros organizacionais; dados oriundos de levantamentos, como censo demográfico; e editais e planos de desenvolvimento institucional, dentre outras. Tais dados podem ser utilizados em conjunto com outras fontes de informação (YIN, 2001).

Propôs-se também a utilização de um questionário, definido por Marconi e Lakatos (1999) como um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (p. 100). O questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que pode ser respondido sem a presença do entrevistador e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes.

Para que a eficácia do questionário seja aumentada, Marconi e Lakatos (1999) afirmam que sua elaboração deve seguir algumas recomendações:

- Os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos da pesquisa;
- O questionário deve ser limitado em sua extensão e em sua finalidade, pois um questionário muito longo causa cansaço e desinteresse, enquanto um questionário muito curto pode não oferecer informações suficientes;
- As questões devem ser codificadas, a fim de facilitar a posterior tabulação;
- O instrumento deve estar acompanhado de orientações sobre como respondê-lo;
- A forma de apresentação e a estética devem ser observados (MARCONI; LAKATOS, 1999).

A proposta inicial desta pesquisa era realizar entrevistas semiestruturadas com os profissionais; porém, com a pandemia da Covid-19, devido à qual a maior parte dos servidores estava em serviço remoto, a opção encontrada para substituir a entrevista foi a aplicação de um questionário.

Organizou-se um questionário eletrônico de acordo com os objetivos e demanda de dados para a pesquisa. O instrumento contém questões abertas e fechadas, para a análise quantitativa e qualitativa das respostas (APÊNDICE B). A primeira versão do questionário foi submetida a um grupo de três especialistas no assunto, que opinaram sobre possíveis acréscimos e exclusões de questões.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para esta pesquisa qualitativa com viés exploratório e descritivo, considerou-se que o melhor tratamento para os dados coletados seria a análise documental de textos institucionais nacionais e/ou estaduais e outros materiais que fundamentam o apoio pedagógico nas universidades, utilizando a análise de conteúdo para interpretar e compreender as respostas do questionário eletrônico.

3.6.1 Análise documental

Os documentos constituem uma fonte poderosa, de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem em determinado contexto e fornecem informações sobre ele.

Como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta (no caso desta pesquisa, o questionário eletrônico).

Guba e Lincoln (1981, apud LÜDKE; ANDRÉ, 2018) apresentam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa ou na avaliação educacional. Destacam o fato de que constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que confere maior estabilidade aos resultados obtidos.

O procedimento de análise documental seguiu o mesmo percurso da análise de conteúdo, descrita a seguir.

3.6.2 Análise de conteúdo

De acordo com Pádua (2016), a análise de dados deve: classificar e organizar as informações coletadas; estabelecer relações existentes entre os dados; revelar pontos de divergência e convergência; apontar tendências; expor regularidades; desvendar princípios de causalidade; e demonstrar possibilidades de generalização (PÁDUA, 2016).

Esta pesquisa, que visou caracterizar as ações de apoio pedagógico ofertadas pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná, considerou que a análise de conteúdo seria viável tanto para as respostas do questionário eletrônico como também para os dados documentais.

Como relatado anteriormente, a intenção de realizar entrevistas não pôde ser concretizada, devido à pandemia da Covid-19. Assim, a análise foi orientada por meio de categorias definidas *a priori* a partir de estudos realizados por outros pesquisadores, bem como das pesquisas identificadas sobre a temática.

Em seguida, procedeu-se à análise de conteúdo, definida por Bardin (1977) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

O processo de organização e seleção considerou a pertinência dos dados, identificando se as informações registradas pertenciam à área pesquisada e se eram efetivamente essenciais à pesquisa, ao problema e aos objetivos propostos. Na sequência, verificou-se a relevância dos dados para a pesquisa em questão.

Considerou-se também a autenticidade dos dados coletados; esse critério foi um fator relevante, pois ao longo da coleta poderiam ser encontradas citações não documentadas/referenciadas ou fora do contexto, que poderiam não contribuir criticamente com a pesquisa. Levou-se em conta também a verificação de

informações consideradas ultrapassadas, identificando a necessidade de complementação dos dados.

Após a organização do material, seguiu-se a fase de codificação. Os dados foram organizados de acordo com a unidade de registro; nesta pesquisa, foram utilizadas as informações coletadas a partir do roteiro para busca de dados documentais e as opções de respostas dos questionários e também a unidade de contexto, que designa o contexto no qual se insere a mensagem (GOMES 2002). Essas informações passaram pelo processo de codificação e foram organizadas conforme critérios pré-determinados, tais como a instituição de referência e o tipo de informação coletada (regimento, característica, opinião, dentre outros).

No que se refere ao estabelecimento das relações entre os dados coletados, trabalhou-se com categorias temáticas, que de forma geral visam estabelecer classificações, agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de conceitos capazes de abranger todos esses aspectos. Segundo Gomes (2002, p. 70), “as categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”.

No caso das respostas do questionário, para facilitar a análise propôs-se a elaboração de um quadro referencial com as respostas dos participantes. Essa estratégia auxiliou a detectar e interpretar os pontos de divergência e/ou convergência entre os dados coletados e facilitou a redação do relatório da pesquisa, enriquecendo a síntese pessoal dos dados. Os dados dos documentos e do questionário eletrônico foram apresentados e analisados de maneira conjunta, à medida que as categorias temáticas evidenciavam a necessidade de complementação das informações.

3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da saúde da UFPR, sendo aprovada por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 42760821.2.0000.0102 (ANEXO A).

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no APÊNDICE A.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir de duas fontes de coleta de dados e sua discussão. A primeira fonte, documental, foram os *sítes* oficiais das Universidades Estaduais; a segunda fonte foi um questionário. O contato com as instituições ocorreu de forma remota, em meio à pandemia, no período entre outubro de 2020 e junho de 2021, via *e-mail*. Primeiramente foi enviado um convite para as Pró-Reitorias de ensino, solicitando o contato do profissional responsável pelos programas de assistência ao estudante ou pelos projetos que objetivassem a permanência estudantil. Em algumas universidades houve facilidade; em outras, foi necessária insistência para que se pudesse apresentar a proposta da pesquisa e localizar o participante para responder ao questionário.

Cabe ressaltar que os questionários foram respondidos por profissionais que se prontificaram a responder de forma *online*, pois o período da pandemia exigia distanciamento social. Os resultados foram analisados de acordo com as seguintes categorias pré-definidas: setorização da assistência estudantil; legislação e regimentos sobre a assistência estudantil e apoio pedagógico; caracterização das ações de apoio pedagógico; profissionais que fazem parte das equipes; planejamentos com relação ao apoio pedagógico; e demandas e dificuldades na opinião dos participantes.

4.1 SETORIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Uma categoria que merece destaque e atenção na discussão de resultados é a questão da setorização, sistematização, organização e compreensão da assistência estudantil nas instituições pesquisadas.

Os primeiros contatos institucionais com as Pró-Reitorias de ensino e seus atendentes revelaram relatos que identificaram a possível inexistência de um setor específico para o atendimento ao estudante. Tal situação levou a questionar a compreensão do objetivo da pesquisa ou o não entendimento à relevância e amplitude do processo de atendimento ao estudante dentro das instituições. Entretanto, após explicitar os objetivos da pesquisa e identificar os participantes que responderiam os questionários, obteve-se bons resultados na coleta de dados e um bom acolhimento por parte de todos os responsáveis nos setores de apoio ao estudante.

Dentre os participantes, identificou-se as funções de coordenadores, assessores técnicos e diretores de assistência estudantil. Esses profissionais compõem conselhos, coordenações, comissões de apoio pedagógico, psicológico, financeiro e social. Apenas uma universidade (UEPG) conta com a Pró-Reitoria de assuntos estudantis contemplando duas diretorias: de assistência estudantil e de Ações Afirmativas e Diversidade. Ao final da pesquisa, obteve-se a notícia de que mais uma universidade adotou em seu organograma a Pró-Reitoria para assuntos estudantis. O QUADRO 2 apresenta as respostas coletadas por meio do questionário eletrônico do *Googleforms*.

QUADRO 2 – SETORIZAÇÃO A PARTIR DOS QUESTIONÁRIOS ANALISADOS

UEM	Na área de Assistência Social: DCT (com bolsa trabalho e outras assistências). Na área de Assistência Pedagógica: Programas diversos, como PROINTE (Preceptorias de disciplinas), Programa de Monitoria de Ensino, Programas de Bolsa ensino, PROPAE (atendimento a alunos especiais), dentre outros
UNICENTRO	Coordenadoria de Assistência Estudantil – COORAE, com divisões da Assistência Estudantil nos Campi CEDETEG e Irati
UNIOESTE	Assessoria Técnica de Assistência Estudantil
UNESPAR	Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE / com Pró-Reitoria em implantação
UEPG	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) com uma diretoria de assistência estudantil e uma diretoria de ações afirmativas e diversidade
UEL	SEBEC – Apoio financeiro e psicológico – PROPE – Apoio Pedagógico e Acesso
UENP	NASP – Apoio Psicológico e Social

FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Cada universidade identifica de forma particular seu setor e programa de assistência e/ou apoio ao estudante universitário. Nesse contexto, cabe salientar a forma organizada que a UEPG se apresenta à comunidade acadêmica, em duas formas de atendimento e acolhimento.

Também é importante refletir sobre como acontecem as ações a partir das Pró-Reitorias, como Magalhães et al. (2019) exemplificam:

No âmbito da UFF, seguindo a tendência do PNAES, a Pró-Reitoria de assuntos estudantis (PROAES) oferta bolsas de assistência estudantil aos alunos que apresentam o perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre as ações desenvolvidas pela PROAES, destacam-se: auxílio creche, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio saúde, bolsa de apoio aos estudantes com deficiência, bolsa de apoio transporte e bolsa de desenvolvimento acadêmico. Somam-se a estas ações o desenvolvimento de três programas: restaurante universitário, moradia estudantil e acolhimento estudantil. (MAGALHÃES et al., 2019, p. 46).

Assim se caracteriza a realidade de muitas universidades brasileiras, no atendimento das necessidades estudantis que se apresentam cotidianamente, encaminhando ações para minimizar as dificuldades econômicas dentre os estudantes que apresentam vulnerabilidade.

Como mostra o QUADRO 2, a maior parte das universidades participantes conta com diretorias, coordenadorias, núcleo de apoio e programas com políticas educacionais de auxílio financeiro, apoio psicológico, social e assistencial. Duas universidades identificam o apoio pedagógico, objeto desta pesquisa, o qual merece aprofundamentos futuros. Muitas vezes, o apoio pedagógico perpassa o atendimento às necessidades especiais dos estudantes, envolvendo necessidades econômicas; nesse sentido, Dias (2020) ressalta a lacuna nos artigos por ela pesquisados como estado da arte, os quais não abordam diretamente a ideia de apoio pedagógico.

Magalhães et al. (2019) relatam a experiência na Universidade Federal Fluminense, circunscrevendo o projeto de orientação educacional em ações de apoio e acompanhamento pedagógico no contexto das políticas de permanência e assistência estudantil. De acordo com os autores, é preciso diferenciar as ações voltadas à assistência estudantil das ações de permanência no ensino superior (MAGALHÃES et al., 2019).

Nota-se que o apoio pedagógico, na sua forma de organização e reconhecimento, não é padronizado entre as instituições e ainda carece de mobilizações, aprofundamentos e práticas.

4.2 LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO

Com relação à legislação pode-se perceber, a partir das respostas dos participantes, que a maioria das instituições tem conhecimento de alguma legislação e/ou regimento da assistência estudantil ou de forma geral, como resoluções da

própria universidade ou do setor que regulamenta as ações de assistência e apoio estudantil.

O regulamento mais mencionado foi o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), citado três vezes pelos participantes. Conforme descrito anteriormente, o PNAES regulamenta as ações de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) foi citado pelos participantes de duas instituições. Também recebeu duas citações o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Com relação aos regimentos, resoluções e portarias internos das instituições estaduais, apresenta-se a seguir os dados obtidos a partir das respostas dos participantes; algumas informações também foram coletadas por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucional de cada universidade e em seus *sites* eletrônicos.

A Resolução nº 019/2018-COU (UEM, 2018), a qual institui a Política Institucional de Apoio e Permanência dos Estudantes na UEM, afirma em seu Art. 1º:

Institui-se a Política Institucional de Apoio e Permanência dos Estudantes na Universidade Estadual de Maringá (UEM) com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes de graduação e pós-graduação na educação superior pública fornecida pela UEM. (UEM, 2018, não paginado).

O documento explicita que essa política deve ser executada no âmbito de todos os *campi* da universidade e que as ações visam alcançar, prioritariamente, os estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. De acordo com o Art.4º da referida resolução:

São instrumentos da Política Institucional de Apoio e Permanência dos Estudantes na UEM os planos, programas, projetos e serviços que tenham por finalidade a melhoria das condições de permanência e êxito dos estudantes no ensino superior da UEM. (UEM, 2018, não paginado).

Essa política tem como foco de intervenção as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, acessibilidade, transporte, promoção da saúde, cultura e inclusão. As diretrizes devem ser executadas por profissionais da área social e psicossocial, em interface com outros profissionais competentes; os recursos para sua implementação devem constar no orçamento gerencial anual da Universidade (UEM,

2018). A Resolução corrobora os estudos de Dias (2020) e Magalhães (2019), que revelam que a atenção das instituições ainda está voltada para os aspectos econômicos da permanência.

Não há registro da necessidade de apoio pedagógico, mesmo existindo um programa instituído pela Resolução 001/2015-COU/UEM (UEM, 2015). Essa Resolução interna trata do apoio pedagógico e instituiu o Programa de Integração Estudantil (PROINTE) na UEM, estipulando seu regulamento. O Programa representa um instrumento importante para o desenvolvimento de ações no âmbito pedagógico que fomentam as atividades de ensino, de extensão e de serviço de apoio aos alunos, integrando professores, estudantes e a comunidade externa.

Para cumprir sua finalidade o PROINTE deve, dentre outras atividades:

- I – Oferecer monitorias orientadas para algumas disciplinas do núcleo comum dos cursos da UEM a todos os alunos matriculados nessas turmas;
- II – Promover o desenvolvimento de atividades de ensino e de extensão que favoreçam a integração e os mecanismos de apoio didático para os alunos dos cursos de graduação da UEM e para a comunidade da Educação Básica de Maringá e região;
- III – Integrar alunos dos cursos de graduação da UEM às atividades de ensino e de extensão, envolvendo-os em atividades extracurriculares, como aulas de preceptoria, palestras, cursos e outras atividades científicas e culturais;
- IV – Contribuir para o desenvolvimento de estudos e inovações pedagógicas que permitam incrementar o ensino oferecido pelos cursos;
- V – Preparar recursos humanos capacitados para atuação em atividades de apoio ao ensino;
- VI – Possibilitar o intercâmbio entre os diversos projetos institucionais vigentes na Universidade, a partir de projetos de extensão que contribuam para a formação científica, cultural e social dos alunos e da comunidade afeta;
- VII – Possibilitar a integração e a interação do aluno ao meio universitário, bem como o conhecimento dos diversos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidos na UEM;
- VIII – Acompanhar o desenvolvimento do aluno, desde o seu ingresso, mobilizando ações que favoreçam a sua formação;
- IX – Promover condições para que os alunos possam desenvolver-se científica, social e culturalmente dentro do ambiente universitário;
- X – Facilitar o acesso do aluno aos diversos setores da Universidade que contribuem para a sua formação. (UEM, 2015, p. 3).

O Art. 4º da mesma Resolução define que, para a consecução de suas finalidades, o PROINTE deve ser constituído por: coordenação geral; atividades de preceptorias; atividades de extensão estudantil; atividades de apoio ao aluno; e atividades de secretaria (UEM, 2015). Esse documento foi citado no questionário eletrônico como regulamentador das atividades realizadas pelo programa de apoio pedagógico. Pode-se, portanto, afirmar que a Resolução 001/2015-COU/UEM não foi considerada na política de assistência estudantil regulamentada pela Resolução

019/2018- COU/UEM. É possível estabelecer condições de organicidade entre as duas resoluções; entretanto, salienta-se a necessidade de considerar o PROINTE como uma política institucional que atende os estudantes no tripé ensino-pesquisa-extensão. Quanto aos profissionais de apoio pedagógico, todos os cargos são nomeados pelo reitor, desde que sejam professores. Portanto, não se garante o apoio pedagógico realizado por pedagogos.

Dias (2021) apresenta uma síntese do trabalho pedagógico demandado ao graduado em Pedagogia que venha a integrar a equipe multidisciplinar de apoio pedagógico ou assistência estudantil da universidade.

Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de Ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar. Viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (DIAS, 2021, p. 96).

Evidencia-se, assim, a importância da existência de profissionais capacitados para entender, analisar e facilitar o processo de inclusão do estudante advindo da escola básica no Ensino Superior.

O *site* da UEPG cita a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) por meio da Resolução nº 33 de 13 de dezembro de 2018 (UEPG, 2018), justificada pela necessidade de ampliação dos projetos e ações voltadas ao desenvolvimento do corpo discente. Esse órgão está diretamente vinculado à Reitoria e fundamenta suas atividades na integração e qualidade de vida da comunidade discente.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UEPG é composta pela Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade (DAAD), que busca promover a tolerância e o respeito mútuos, agindo para prevenir, coibir e combater quaisquer atos de discriminação, assédio ou opressão envolvendo os estudantes e demais membros das comunidades interna e externa, e também pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), que visa aprimorar a política assistencial estudantil, orientando e implementando intercâmbios e a promoção educacional, cultural e social. A estrutura da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis conta com o Grupo de Apoio Técnico e Setor Administrativo, que mantém planejamentos, projetos, programas e execução das atividades articuladas às demais Pró-Reitorias e secretarias institucionais, assim

como parcerias externas, visando zelar pela equidade de direitos da comunidade estudantil universitária.

A UNIOESTE, por sua vez, contempla uma Assessoria Técnica de Assistência Estudantil (ATAE), a qual se apresenta como assessoria especial da Reitoria. Seu objetivo é contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico a partir de medidas de auxílio aos discentes regularmente matriculados, promovendo assim condições de permanência e frequência. A partir das informações contidas no *sítio* institucional, a ATAE tem por finalidade propor projetos que visem a execução das políticas de ações afirmativas da UNIOESTE, no intuito de facilitar o acesso e amparar a permanência dos discentes na instituição. Desse modo, a ATAE fomenta, apoia, orienta, acompanha e avalia os programas e projetos nas áreas de esporte e lazer, cultura e educação, inclusão digital, apoio didático-pedagógico, assistência social e psicológica, saúde, alimentação, moradia e transporte.

Outra organização que merece destaque na UNIOESTE é o Conselho de Assistência Estudantil (CAE). O Conselho tem como principal competência a proposição ao Conselho Universitário (COU) da Política de Assistência Estudantil da UNIOESTE, bem como estabelecer plano de trabalho e atividades anuais em consonância com as linhas gerais estabelecidas no planejamento institucional da Universidade. Também faz parte de suas funções propor mecanismos que viabilizem a captação de recursos destinados a projetos de interesse institucional, bem como dirimir questões sobre estudos, programas e projetos voltados aos serviços de assistência estudantil; envolve, ainda, propor políticas de desenvolvimento da Assistência Estudantil e zelar pelo seu cumprimento. O CAE também tem como tarefa apreciar a proposta orçamentária da Assessoria Técnica de Assistência Estudantil (ATAE) para integrar o orçamento da UNIOESTE e aprovar, anualmente, o plano de aplicação dos recursos destinados pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PRAF), após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Paraná, bem como dos recursos captados junto a órgãos de fomento.

O Conselho de Assistência Estudantil da UNIOESTE é composto pelo reitor, pela assessora técnica da ATAE e por representantes dos discentes dos cursos de graduação e de pós-graduação de cada *campus*, bem como representantes das Pró-Reitorias e dos coordenadores acadêmicos de cada unidade. Nas notícias mais recentes sobre o Conselho constatou-se que o mesmo é presidido pelo Reitor, com regime de gestão compartilhada com os discentes com mandato de um ano. Segundo

a instituição, esse tipo de gestão proporciona um protagonismo dos acadêmicos frente às demandas estudantis nunca antes visto pela universidade. Para a instituição, a participação da comunidade acadêmica (discentes, docentes e agentes universitários) é fundamental para definição de uma política de assistência estudantil que atenda às especificidades e expectativas da UNIOESTE.

O Conselho mantém diálogo com as entidades estudantis e participa na gestão da vida universitária na UNIOESTE, estimulando e estabelecendo parcerias com empresas e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, na busca de recursos e parcerias; além disso, elabora pesquisas e levantamentos necessários para a realização das atividades, tais como o Censo Universitário.

Todas as ações que se estabelecem nas universidades em prol da manutenção do estudante no Ensino Superior são bem-vindas. As propostas geralmente estão vinculadas à captação de recursos e se desdobram em auxílios à saúde, alimentação e moradia; o apoio pedagógico também se reflete em programas de bolsas para monitorias, tutorias, programas de residência pedagógica, PIBID e iniciação científica. Entretanto, os estudantes não contemplados por tais programas muitas vezes não recebem apoio pedagógico; um número significativo de alunos fica à margem das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A cada ano, a PROGRAD divulga um edital para a distribuição das vagas de tutoria, convocando as unidades de ensino a submeter-se a um projeto. Os cursos de graduação que possuem altas taxas de evasão e os de licenciatura são privilegiados na distribuição de bolsas. Porém, o número de bolsas não é suficiente para atender a todos os cursos da universidade, nem a todos os alunos ingressantes, [...] embora a iniciativa do programa de tutoria da UFF corrobore a dimensão das ações de permanência no Ensino Superior, ainda existem lacunas a serem preenchidas. Acreditamos que as demandas apresentadas pelos estudantes ingressantes justificam uma política permanente de acompanhamento e orientação educacional a todos os alunos. Igualmente numa política de permanência, defendemos o acompanhamento de toda a trajetória acadêmica do graduando, desde o seu ingresso na universidade até a conclusão do curso. (MAGALHÃES et al., 2019, p. 46-47).

Nesse contexto, o objetivo do processo de apoio pedagógico vai além dos aspectos financeiros e fundamenta-se no processo de ensino e de aprendizagem. Daí a necessidade de análise sobre o desenvolvimento humano durante o progresso cognitivo de cada estudante.

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) estabeleceu a Resolução 007/2016 (UNESPAR, 2016), que dispõe sobre a criação do Centro de Acesso,

Inclusão e Permanência da Diversidade Humana no Ensino Superior (CEDH), cuja missão é desenvolver ações que promovam a Educação em Direitos Humanos em prol do acesso, inclusão e permanência da diversidade humana, em especial de grupos vulneráveis e/ou socialmente excluídos como processo de inclusão educacional e social.

O Centro de Educação em Direitos Humanos está presente em cada *campi* da UNESPAR e é formado por núcleos de ação especializada: Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI); Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais (NERA); e Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG). Esses núcleos atuam como espaços institucionais de acolhimento, construção de conhecimento e orientação para práticas educacionais pautadas na equidade, no respeito à diversidade e no exercício de cidadania.

Em notícias recentes constatou-se que, em 08 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho Universitário (COU) da instituição a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos; a previsão para sua implantação é a partir de fevereiro de 2022. Além de ser um compromisso de campanha da Reitoria, a decisão reiterou o entendimento da necessidade de fortalecimento e estruturação institucional para o desenvolvimento e a implementação de políticas que garantam o direito de todas as pessoas, em especial de grupos vulneráveis, ao acesso, inclusão e permanência com equidade de oportunidades no Ensino Superior.

O desenvolvimento e implantação de tais políticas nas IES foi previsto no Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024 pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) e nas diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; consta também no Projeto Político Institucional da UNESPAR, em conformidade com as diretrizes legais para o Ensino Superior público do Paraná. Essa conquista é fruto de lutas históricas do movimento estudantil da UNESPAR, por meio de um processo democrático de ampla discussão em fóruns estudantis que resultou na produção de documentos e no encaminhamento da demanda à Pró-Reitoria em 2019.

Nesse contexto é importante considerar a amplitude transformadora e formativa do processo educacional, como destacam Monteiro et al. (2020):

A educação não se restringe a conceitos científicos e técnicos, pois, vai muito além dessas considerações. Quem está nessa área, precisa obter a clareza de que se relacionando com pessoas, o trabalho será muito mais complexo, em que não estará atuando com máquinas e sim, com seres pensantes e ativos. Assim, além da formação técnica, exigirá um envolvimento comprometido e afetivo, onde o educador precisará estar disposto a lidar com o desconhecido. Tratando-se de seres humanos, todos são capazes de discutir, refletir, produzir novos valores, habilidades, sabendo das diferenças, necessidades e das formas diversas de caminhar ao crescimento do grupo social. (MONTEIRO et al., 2020. p. 10).

O desenvolvimento humano está identificado com um processo integral que não se restringe ao desenvolvimento econômico. Por isso, a colaboração entre docentes e discentes na universidade deve contemplar uma proposta de respeito e de valorização das diferenças.

A constituição da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos, além do reconhecimento dessas lutas e do potencial do trabalho colaborativo desses setores na estrutura institucional, é uma conquista importantíssima desta universidade pública em defesa aos direitos conquistados em prol da dignidade de grupos vulneráveis no ensino superior. Ela representa uma estratégia institucional para a promoção do acesso, inclusão e permanência estudantil, articulada com o combate às violências, à discriminação a grupos vulneráveis, ao exercício da cidadania e à garantia de direitos humanos. (SAUTHIER, 2021, não paginado).

A criação da Pró-Reitoria em mais uma instituição de Ensino Superior do Paraná demonstra o esforço em implantar políticas institucionais que organizem as ações de atendimento da educação em nível nacional. Embora não se mencione prioritariamente o apoio pedagógico, esse elemento está presente nas políticas de permanência do PNAES.

Nesse âmbito, o apoio pedagógico se delinea a partir de demandas socioeducativas e socioculturais fortalecidas por políticas educacionais como a do PNAES, que estipula ações na área do “apoio pedagógico” (BRASIL, 2010a, não paginado). Frente à necessidade de compreender o trabalho a ser efetivado pelo programa de apoio pedagógico dentro das universidades, surge a necessidade de estudos e aprofundamentos que promovam a análise e a interpretação de *práxis* pedagógicas para o estudante no Ensino Superior.

Seguindo a apresentação da legislação e dos regimentos das universidades pesquisadas, apresenta-se os dados coletados na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Essa universidade conta com a Resolução CEPE/CA nº 14/2015 (UEL, 2015),

que criou o Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do Estudante da UEL (PROPE).

O Programa tem por objetivo geral desenvolver mecanismos pedagógicos e de assistência estudantil que respondam às demandas oriundas das alterações do perfil do estudante ingressante, no intuito de manter e aprimorar o nível de qualidade da formação universitária oferecida, bem como os mecanismos de divulgação das condições de ingresso na universidade junto aos estudantes de escolas públicas da região. Os objetivos específicos do PROPE são:

- Divulgar entre os estudantes de Ensino Médio as possibilidades de acesso aos cursos de graduação e de permanência na Universidade;
- Propiciar condições materiais para a permanência na UEL;
- Oferecer apoio pedagógico, visando aprimorar o processo de aprendizagem;
- Apresentar aos estudantes do Ensino Médio informações que auxiliem na escolha da profissão (UEL, 2015).

Segundo a Resolução (UEL, 2015), o PROPE deve ser composto por integrantes de vários setores e núcleos da universidade.

No caso da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), os dados coletados inicialmente não revelaram nenhuma política em vigência diretamente ligada à assistência estudantil e suas ações. No decurso da pesquisa foi identificado um documento aparentemente vigente na instituição; tratava-se de uma resolução que aprovava o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil. Em contato com a UNICENTRO para complemento de informações, a participante informou que Conselho Universitário está discutindo estratégias que serão divulgadas no próximo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A partir das respostas do questionário, em consulta ao PDI vigente (2018-2023) e também por meio do *site*, pode-se ter conhecimento que a UNICENTRO conta com uma Coordenadoria de Apoio ao Estudante (COORAE), destinado aos acadêmicos da instituição, com a finalidade de propiciar aos estudantes condições de acesso e permanência no Ensino Superior, com serviços de apoio psicológico, assistência social e moradia estudantil, dentre outros, em seus *campi*.

A Universidade conta com a Resolução 45/2011 CEPE (UNICENTRO, 2011), que aprova o Regulamento do Programa de Inclusão e Acessibilidade (PIA). Esse

programa tem por finalidade estabelecer políticas institucionais destinadas a acadêmicos, docentes, funcionários e estagiários com necessidades especiais, visando eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional.

Em consulta direta e também a partir do questionário eletrônico, não foi encontrada nenhuma diretriz que determinasse as ações de assistência estudantil da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Com relação aos editais de assistência estudantil ofertados pela universidade, foram identificados comunicados de moradia estudantil e bolsas auxílio.

Pôde-se constatar, por meio da pesquisa, que a UENP conta com o Núcleo de Assistência Social e Psicológico (NASP), que atende discentes, docentes e agentes universitários dos três *campi* da Instituição com acompanhamento psicológico, palestras e oficinas. O projeto tem financiamento pelo programa Universidade Sem Fronteiras (USF). Suas atividades compreendem atendimentos psicológicos, ações psicoeducativas nas escolas e a disseminação de conteúdos sobre saúde mental e o cotidiano nas redes sociais.

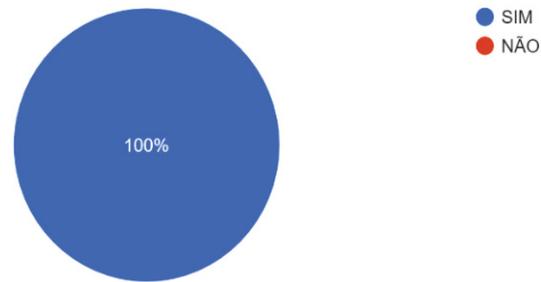
4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO

4.3.1 Características das ações

Este tópico apresenta dados sobre as ações de apoio pedagógico contidas dentro da assistência estudantil das universidades pesquisadas. O questionário foi dividido em ações anteriores e desenvolvidas durante a pandemia, visando abranger aquelas que no momento da pesquisa pudessem não estar acontecendo devido às circunstâncias do ensino remoto, e outras que surgiram emergencialmente dentro desse contexto.

Inicialmente, questionou-se sobre a existência de ações de apoio pedagógico nas instituições; por unanimidade, todos os participantes responderam afirmativamente, como mostra o GRÁFICO 1.

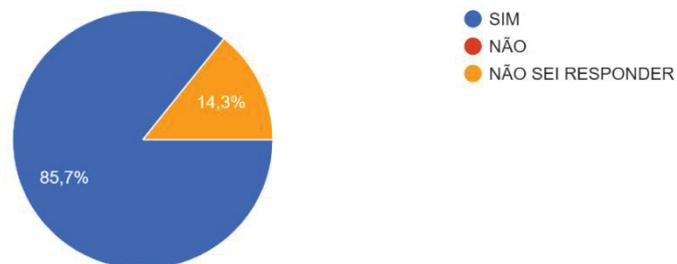
GRÁFICO 1 – EXISTÊNCIA DE AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Para entender o contexto no qual se organizam essas ações, indagou-se sobre a existência de um setor ou programa específico. As respostas coletadas compõem o GRÁFICO 2.

GRÁFICO 2 – EXISTÊNCIA DE SETOR ESPECÍFICO DE APOIO AO ESTUDANTE NA INSTITUIÇÃO



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Em seguida, solicitou-se aos participantes que responderam “sim” para identificar o nome dos setores ou programas existentes, como mostra o QUADRO 3.

QUADRO 3 – DENOMINAÇÃO DOS SETORES

UEPG	PROTUDI, Acompanhamento Educacional Especializado, CAD e CUIA
UNICENTRO	COORAE
UEL	PROPE – Programa Acesso e permanência da UEL
UEM	Na Pró-Reitoria de ensino (PEN) da UEM estão localizados diversos programas e projetos de apoio pedagógico, são eles: Programa de Bolsa Ensino, Programa de Bolsa Monitoria, PROPAE, CUIA (indígenas), Projeto de Inclusão Digital (surgiu no contexto da pandemia), PROINTE, PET
UNIOESTE	Assessoria pedagógica dentro da Pró-Reitoria de graduação
UNESPAR	PROGRAD/PRPPG/PROEC/CEDH/DAE
UENP	Sem resposta

FONTES: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Vários programas e setores das universidades foram mencionados como departamentos específicos para as questões de apoio pedagógico aos estudantes. Observou-se alguns programas de apoio pedagógico para populações específicas, como programas de apoio educacional especializado e de atendimento a estudantes advindos de ações afirmativas.

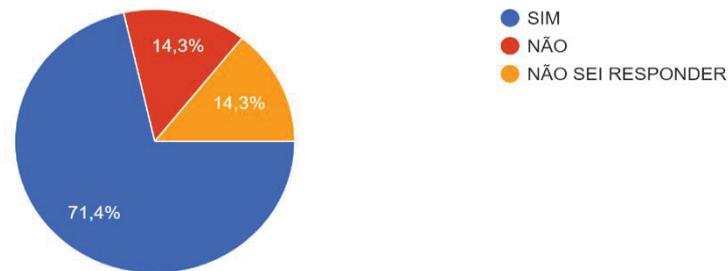
O programa para os povos indígenas surgiu a partir da publicação da Lei Estadual nº 13.134/2001 (PARANÁ, 2001), modificada pela Lei Estadual 14.995 de 2006 (PARANÁ, 2006), sobre a reserva de vagas suplementares para indígenas no Sistema de Ensino Superior Público Paranaense. De acordo com Paraná (2020), a SETI (Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) delegou competência às universidades para que organizem em conjunto o Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas.

Adicionalmente, a Resolução Conjunta nº 001/2001 permitiu a criação da Comissão Interinstitucional para Acompanhamento dos Estudantes Indígenas, por meio da Portaria nº 010/2019 (PARANÁ, 2019). Uma das ações da Comissão envolve acompanhar pedagogicamente os estudantes indígenas nas universidades, junto aos respectivos colegiados de cursos. Desse modo, identificou-se uma resolução estadual que determina o acompanhamento pedagógico para determinada população estudantil.

Outros programas, projetos e setores pertencentes às Pró-Reitorias de Graduação ou de Ensino também foram citados. Nota-se que os programas de apoio para acesso e permanência estão à frente das ações.

Questionados sobre a existência de um local específico para a realização dos atendimentos de apoio pedagógico, a maioria dos participantes responderam afirmativamente; um participante respondeu que não existe e um participante não soube responder (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 – EXISTÊNCIA DE LOCAL ESPECÍFICO PARA ATENDIMENTOS DE APOIO PEDAGÓGICO

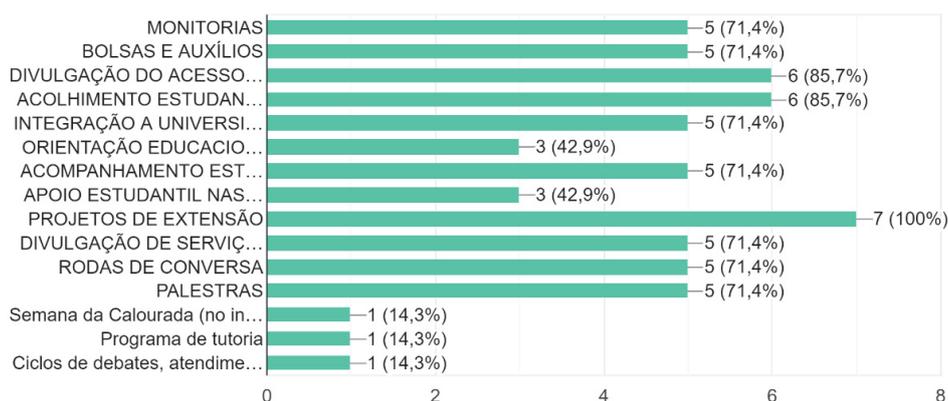


FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

A maioria dos participantes indicou a existência de um local específico para o atendimento de apoio pedagógico. Entretanto, não foi possível estar presencialmente por meio de visitas de campo nas respectivas universidades para conhecer esses espaços e identificar características, tais como: se comporta um número suficiente de estudantes; o que é disponibilizado no espaço; ou se somente é um ambiente onde o programa se estabelece administrativamente.

Partindo para o questionamento de quais ações os programas e projetos desenvolvem junto aos acadêmicos, foram disponibilizadas algumas opções prévias para escolha, havendo também a opção de uma resposta aberta para a descrição de outras possíveis ações. Obteve-se as respostas e porcentagens sumariadas no GRÁFICO 4.

GRÁFICO 4 – AÇÕES REALIZADAS



FONTES: Zbunovicz e Mariotti (2022).

LEGENDA: 1) Monitorias. 2) Bolsas e auxílios. 3) Divulgação do acesso à universidade. 4) Acolhimento estudantil. 5) Integração à universidade. 6) Orientação educacional. 7) Acompanhamento estudantil. 8) Apoio estudantil nas áreas do conhecimento. 9) Projeto de extensão. 10) Divulgação de serviços da universidade. 11) Rodas de conversa. 12) Palestras. 13) Semana da calourada (no início de cada ano letivo). 14) Programa de tutoria. 15) Ciclos de debates, atendimento social e não somente de ordem pedagógica, ações afirmativas; encaminhamentos de ordem de saúde mental.

As respostas revelaram as principais ações que ocorrem nas universidades pesquisadas; destaca-se que todas as instituições indicaram ao menos uma forma de ação.

Um resultado que chama a atenção é a unanimidade de respostas indicando a realização de ações por meio de projetos de extensão. Essa questão conduz a muitas reflexões. Uma possível justificativa para esse resultado é a ausência de um regulamento estadual que determine as ações; assim, as instituições promovem projetos de extensão de acordo com suas demandas.

Atividades como a recepção de calouros, a integração à universidade, o acolhimento estudantil e a divulgação de serviços da universidade também se revelaram efetivas na maioria das universidades. Outras atividades, como monitorias, tutorias, acompanhamento estudantil, apoio estudantil nas disciplinas e orientação educacional, mais relacionadas à intervenção de um pedagogo ou profissional licenciado, também foram assinaladas pelos participantes.

Bolsas e auxílios também apareceram com destaque; essa discussão foi apresentada anteriormente nesta dissertação, ao longo do aprofundamento teórico. O apoio financeiro é importante e necessário para o estudante que não tem outra fonte de renda, porém deve ser ofertado conjuntamente a outros tipos de apoio dentro da instituição.

Rodas de conversa e palestras tiveram alta porcentagem de respostas. Compreende-se que são atividades que podem ser realizadas com maior facilidade e ofertadas para a população estudantil como um momento de diálogo e escuta de suas dificuldades e demandas de aprendizagem, momentos nos quais o pedagogo deve se fazer presente para pautar e basear seu planejamento.

Ao questionar acerca dos objetivos, fundamentos e justificativas dos atendimentos ofertados pelas instituições, obteve-se respostas muito amplas, que abrangiam atendimentos multivariados, não apenas com intenções pedagógicas, mas também em outros âmbitos, como mostra o QUADRO 4.

QUADRO 4 – CARACTERÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS

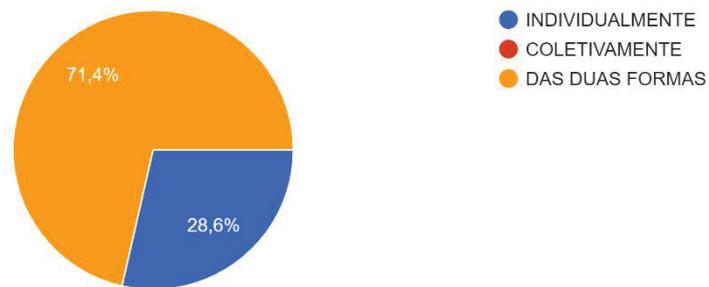
UEM	Conforme cada programa ou projeto. A coordenação didática dos cursos de graduação da UEM é exercida por um Conselho Acadêmico, que desenvolve ações de apoio pedagógico em cada curso de graduação. O programa de Monitoria visa a proporcionar apoio pedagógico aos estudantes de graduação. A monitoria é executada por um estudante que realiza atividades de instrução e apoio sob orientação de um docente, a coordenadoria deste programa está na Diretoria de Ensino de Graduação na UEM, assim como o Programa de Bolsa Ensino. O Programa de Integração Estudantil (PROINTE) caracteriza-se por suas atividades de ensino, de extensão e de serviço de apoio aos estudantes e tem a finalidade de desenvolver ações no âmbito pedagógico, integrando professores, acadêmicos e a comunidade externa. Por meio deste programa a UEM oferece um tipo especial de monitoria, denominada Preceptoria. As preceptorias são preparadas por um acadêmico, denominado Preceptor, sob orientação de um professor coordenador, cujas atividades acompanham o desenvolvimento das disciplinas dentro de suas particularidades nos cursos de graduação
UNICENTRO	Assistência psicoterápica e social; intérprete de libras; tutoria como apoio no desenvolvimento das atividades intraclasse; bolsas e participação em projetos de extensão como estímulo ao desenvolvimento acadêmico e ajuda na subsistência
UNIOESTE	Permanência: saúde mental, alimentação, transporte
UNESPAR	Apoios material, pedagógico e psicológico com o objetivo de viabilizar a permanência
UEPG	São atendimentos que são realizados a partir da especificidade de cada demanda apresentada pelo discente, a partir da demanda, estabelece-se um plano de ação onde equipe buscará atender à solicitação em questão
UEL	Acolher e encaminhar
UENP	Objetivo: promover bem-estar dos estudantes Justificativa: altos índices de sofrimento psicológico no contexto universitário, agravados pela COVID-19 Fundamento: melhora da vivência universitária para os atores envolvidos

FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Percebeu-se a consciência dos participantes quanto à real necessidade e objetivo dos atendimentos para os estudantes; entretanto, identificou-se a carência de justificativas com relação ao apoio no processo de aprendizagem dos acadêmicos, bem como no seu processo de transição e de integralização ao Ensino Superior.

O GRÁFICO 5, a seguir, revela a forma como aconteciam os atendimentos aos estudantes, anteriormente à pandemia.

GRÁFICO 5 – FORMATO DE ATENDIMENTO ANTES DA PANDEMIA



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Enquanto 71,4% dos participantes respondeu que os atendimentos ocorriam tanto individual como coletivamente, 28,6% respondeu que acontecia exclusivamente de forma individual. Deve-se considerar a diversidade de atendimentos prestados aos estudantes e que cada um tem sua especificidade; alguns necessitam de intervenções individuais e outros são de natureza coletiva.

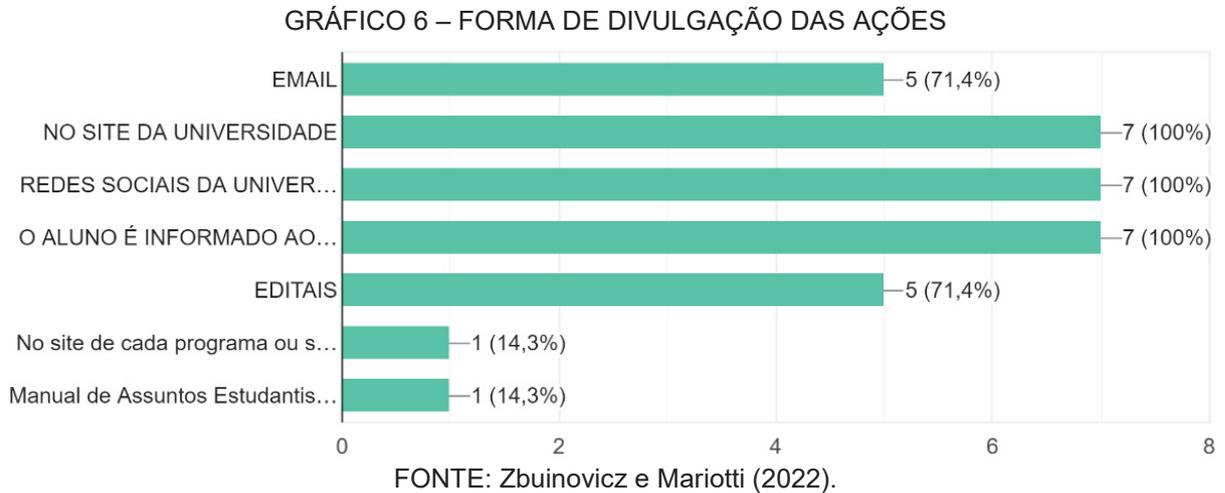
Com relação ao tempo de acompanhamento e de atendimento de cada estudante, as respostas não foram muito específicas, visto que é um tipo de resposta condicionada ao tipo de atividade em particular e à necessidade singular de cada acadêmico.

4.3.2 Divulgação das ações

Com relação à divulgação das ações de apoio pedagógico ofertadas para os estudantes, foram apresentadas algumas opções preliminares, havendo também a opção de resposta aberta para indicação de outros meios de divulgação.

Observa-se que os meios “*site da universidade*”, “*redes sociais*” e “*informação no ato de ingressar na universidade*” foram indicados de forma unânime pelos participantes. Na sequência, meios como “*e-mail*” e “*editais*” também tiveram bom

indicativo de uso para a divulgação das ações. O uso de um Manual de Assuntos Estudantis e de vídeos informativos também foi citado pelos participantes. O GRÁFICO 6 sumaria esses dados.

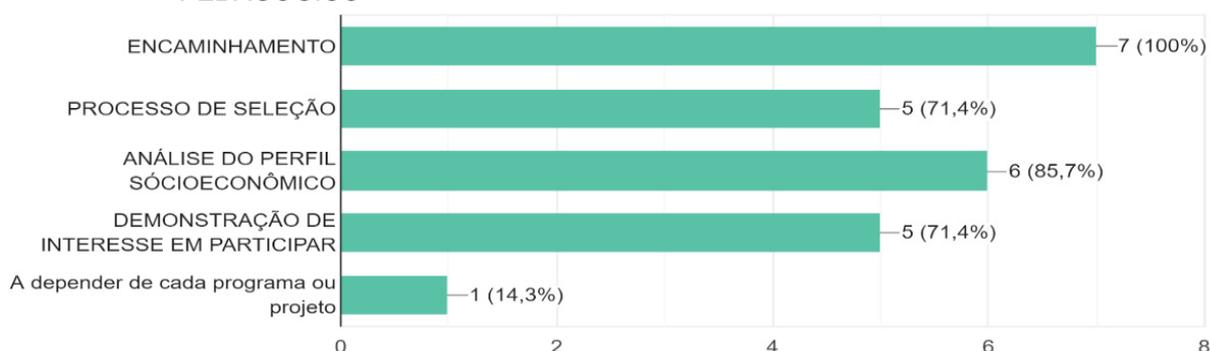


Nesta pesquisa, foi possível perceber que a divulgação das ações e serviços prestados aos estudantes não são mencionados como grandes dificuldades na efetivação nas instituições pesquisadas. Em busca rápida nas redes sociais, foram identificadas páginas dos programas de apoio estudantil das universidades, bem como listas de transmissão de informações e divulgação de editais, dentre outros recursos. A informação por meio de manuais do estudante, o uso de vídeos e a recepção de calouros no ato de ingresso na instituição também facilitam o conhecimento das informações e serviços prestados aos acadêmicos.

4.3.3 Abrangência das ações

Merecem destaque as formas de acesso ao apoio pedagógico, ofertadas aos estudantes, conforme mostra o GRÁFICO 7.

GRÁFICO 7 – FORMA DE ACESSO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Verifica-se que as formas de acesso mais evidenciadas passam pelo encaminhamento dos estudantes aos programas ofertados. A maioria das instituições afirmou apresentar critérios seletivos, que envolvem a modalidade dos programas e a oferta de projetos e bolsas, bem com a disponibilidade da modalidade de assistência necessária.

Importa ressaltar como a ação de atendimento visa acolher os alunos. Apesar dessa disponibilidade, os critérios mais citados pelos participantes para a oferta desses serviços se restringem à realidade socioeconômica dos estudantes, como indica o QUADRO 5.

QUADRO 5 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA PARTICIPAR DAS AÇÕES

UEM	Não receber outra bolsa ou remuneração e estar matriculado no curso. Cada programa e projeto tem critérios específicos
UNICENTRO	Moradia estudantil – critério socioeconômico; projetos de extensão: processo de seleção dos docentes envolvidos nos projetos
UNIOESTE	Em atendimentos em que a demanda é maior que a disponibilidade do serviço, realizam editais próprios e a análise das condições socioeconômicas
UNESPAR	Conforme a modalidade de assistência necessária
UEPG	CadÚnico (renda e composição familiar), localização da moradia, ingresso por cotas na instituição

FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Acerca da abrangência dos atendimentos, 57% das universidades pesquisadas informam disponibilizar seus serviços para todos os estudantes, o que é importante diante das dificuldades socioeconômicas e psicossociais. 43% das universidades revelam que os critérios socioeconômicos são muito relevantes,

tornando o atendimento imprescindível. Nesse contexto, fica evidente as dificuldades da abrangência dos atendimentos das universidades, em tempos de corte de recursos para pesquisas e projetos de extensão e ensino.

É importante destacar que os processos burocráticos que são considerados entraves para esses estudantes estarem acessando o programa de auxílios financeiros relacionam-se diretamente ao entrave da insuficiência orçamentária para a política. Pois é o recurso insuficiente que força a seleção dos “mais carentes”, uma vez que sempre tem mais demanda do que orçamento, faz-se necessário ratear o recurso de forma a atender os que “mais precisam” e para isso estabelece-se procedimentos burocráticos de comprovação da situação de insuficiência socioeconômica do estudante que é comprovada a partir de diversos documentos requeridos deste e que torna possível a seleção socioeconômica. Logo pode-se afirmar que enquanto o orçamento da referida política não for integral, ou seja que seja proporcional à demanda estudantil, não haverá universalização do programa de auxílios financeiros, ficando sempre alguém sem acessar ainda que precise. (ARAÚJO, 2018 p. 169).

Embora assegure ações de assistência estudantil, a situação socioeconômica não garante, necessariamente, ações de permanência como as do apoio pedagógico. Ainda assim, programas de assistência voltados para o aspecto financeiro do aluno precisam existir; essa necessidade é emergencial e relevante para a manutenção das classes mais vulneráveis na universidade. Urge pensar no apoio pedagógico para além da assistência financeira – um desafio provocativo tanto para os pesquisadores, como para os gestores das políticas públicas nas universidades.

4.3.4 Ações durante a pandemia

Considerando que esta pesquisa se iniciou em 2020, juntamente com a pandemia, procurou-se saber quais ações de apoio pedagógico foram adaptadas devido ao ensino remoto e como cada instituição auxiliou os estudantes nesse período. Assim, obteve-se as respostas elencadas no QUADRO 6.

QUADRO 6 – AÇÕES DURANTE A PANDEMIA

UEM	Projeto Institucional de Inclusão Digital: para enfrentar esse problema, medidas vêm sendo tomadas para ampliar os serviços e o acesso às ferramentas necessárias para que ocorra a inclusão de todos. Esse conjunto de medidas e ações estão reunidas no Projeto Institucional de Inclusão Digital e sintetizadas neste documento, sendo organizadas em 6 etapas: 1. Compreensão do cenário, através de realização de pesquisa coordenada pela PEN; 2. Capacitação e treinamento de alunos e docentes; 3. Ampliação do acesso à internet para a comunidade acadêmica; 4. Disseminação e ampliação das plataformas digitais; 5. Disponibilização de equipamentos para alunos carentes e; 6. Adequação das regulamentações internas necessárias para que a inclusão digital aconteça de forma efetiva
UNICENTRO	Psicoterapia e interprete de libras. Inclusão digital
UNIOESTE	Tutoriais sobre os cursos, principalmente para os ingressantes. tutorial sobre o uso da plataforma, reuniões de avaliação do ensino remoto, auxílio digital com o fornecimento de aparelhos telefônicos, notebooks e internet móvel
UNESPAR	Inclusão digital, apoio psicológico e monitorias
UEPG	Acolhida, abordagem social, escuta qualificada, atendimento social, tutoria discente, roda de conversas, palestras e ciclos de debates, reuniões com coordenações de curso e encaminhamentos diversos
UEL	Empréstimos de equipamento e internet, e atuação de uma profissional da pedagogia durante os 11 primeiros meses
UENP	Projetos de pesquisa, extensão, aulas e monitorias, dentre outras ações

FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

As respostas evidenciam algumas iniciativas das instituições perante o ensino remoto. A inclusão digital para a realização das aulas e de atividades remotas foi a ação mais mencionada pelos participantes. Esse campo envolve as questões de fornecimento de equipamentos e pacotes de dados de internet para a população estudantil economicamente mais vulnerável, como também a divulgação de tutoriais de utilização das plataformas, facilitando a inclusão dentro da modalidade emergencial determinada.

Cabe também mencionar a presença dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que garantem o acesso à informação para a pessoa surda, dentre outras questões que demandam mobilização – como tradutores para cegos, adaptação de materiais para pessoas com deficiência, tutores para alunos estrangeiros, etc. Ao considerar a comunidade acadêmica diversificada, é preciso perceber que a realidade não carece somente de acesso, mas de um processo integral de inclusão.

Uma demanda mencionada por um participante nas respostas em uma outra seção do questionário e que merece ser trazida à discussão no contexto da pandemia – e após ela – é a dificuldade de acesso às plataformas digitais de ensino. Essa situação dificulta o desenvolvimento acadêmico e abrange tanto estudantes sem acesso à internet fora da universidade quanto estudantes não sabem utilizar as plataformas por desconhecimento das ferramentas e recursos que poderiam facilitar a realização de atividades e o cumprimento de prazos. Nesse sentido:

Pensar o apoio pedagógico no Ensino Superior em meio a um período de educação emergencial, em que aulas presenciais foram suspensas como medida de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, leva-nos a refletir sobre paradigmas e referenciais que fundamentam nossas práticas cotidianas, especialmente sobre o uso de tecnologias educacionais. (LOVATO; FIRPO, 2021, p. 16).

Durante o período de ensino remoto, o uso das tecnologias teve papel importante no processo de ensino; ao mesmo tempo, muitos estudantes apresentaram dificuldades em seu manuseio e na utilização dos recursos. Como discutido anteriormente, há grandes diferenças entre as modalidades de Ensino a Distância (EaD) e ensino remoto. Administrar e planejar o uso das tecnologias educacionais também são ações do apoio pedagógico que devem ser exploradas nas instituições. Em um artigo de relato de experiência da UNIPAMPA, Lovato e Firpo (2021) revelam:

A oferta de cursos online aos estudantes da Unipampa que vinha sendo realizada pelo NuDE – Campus Dom Pedrito nos últimos anos colaborou para a implementação de novas práticas de apoio pedagógico durante as Atividades de Ensino Remoto Emergenciais, a partir da oferta de um espaço virtual acolhedor e dinâmico. A sala física de apoio pedagógico foi substituída por uma sala virtual, que permitiu e favoreceu o acompanhamento pedagógico dos estudantes, minimizando os impactos da distância física no ano de 2020. (LOVATO; FIRPO, 2021, p. 16).

A partir do relato das autoras, é possível compreender que o uso da sala virtual de apoio pedagógico e suas funcionalidades foi possível pois já vinha sendo realizado anteriormente à pandemia, bem como outras atividades de apoio pedagógico *online*, com salas físicas para atendimentos presenciais para os estudantes. Assim, o apoio pedagógico durante a pandemia com suas atividades individuais e coletivas foi facilitado, devido às experiências e ações anteriores (LOVATO; FIRPO, 2021).

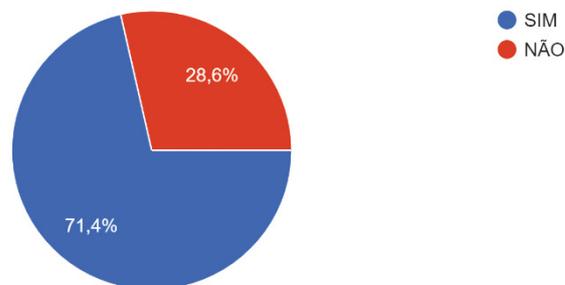
Com relação ao apoio pedagógico nas instituições pesquisadas nesse período, de acordo com o QUADRO 7, nas universidades em que já ocorriam atendimentos institucionalizados foram citadas monitorias, tutorias sobre os cursos e também rodas de conversa, palestras e ciclos de debates; a acolhida e a escuta se fizeram presentes por meio de programas e Pró-Reitorias de Ensino e Graduação, dentre outros.

4.4 PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DAS EQUIPES

Uma temática relevante para esta pesquisa diz respeito aos profissionais que estão à frente das ações atualmente desenvolvidas, bem como sua contratação pelas instituições que ainda não possuem um profissional específico para desígnio de funções dentro do apoio pedagógico.

Primeiramente, o questionamento visou saber se havia contratação de profissionais específicos para o apoio pedagógico dentro da instituição, como revela o GRÁFICO 8.

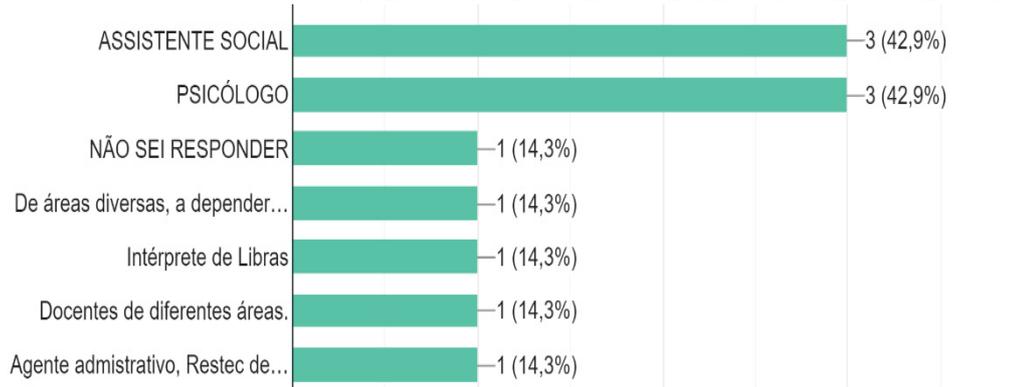
GRÁFICO 8 – CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECÍFICO PARA O APOIO PEDAGÓGICO



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Percebe-se uma alta porcentagem com relação à contratação de profissionais nas universidades. A questão foi aberta, não indagando especificamente sobre a atividade dos profissionais. De fato, a interpretação da pergunta, bem como o entendimento do que é apoio pedagógico, é um fator considerável para as questões respondidas. Tal situação foi evidenciada quando os participantes foram questionados sobre quais e quantos profissionais atuam no apoio pedagógico. Pode-se notar distintas interpretações e descrições de profissionais, como mostra o GRÁFICO 9.

GRÁFICO 9 – PROFISSIONAIS QUE COMPOEM A EQUIPE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

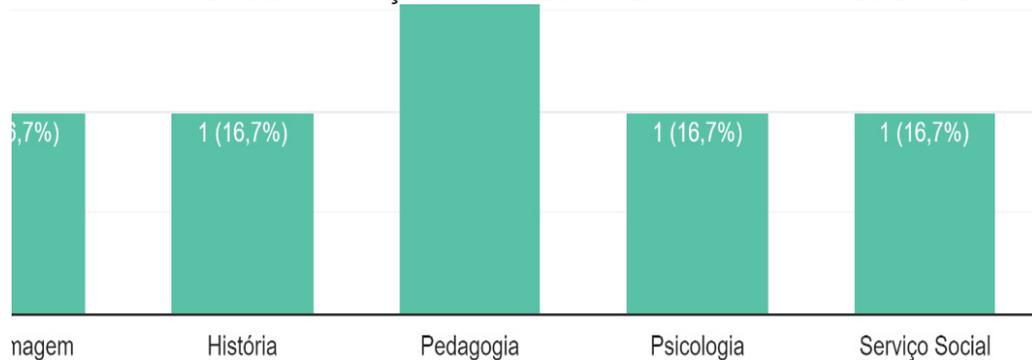
Ao questionamento acerca dos profissionais que compunham a assistência estudantil, uma porcentagem considerável de respostas identificou a presença do pedagogo dentro da equipe. Nesse sentido, algumas questões que ficam para a reflexão e também como sugestão de temática para estudos futuros têm relação à forma como ocorre a contratação desses profissionais para atuarem frente às ações: como é a sua remuneração? Recebem como profissionais, técnicos da educação ou são bolsistas de projetos de extensão? Os regimentos preveem a contratação desses profissionais? Trata-se de uma temática interessante que promove o aprofundamento na área e também complementa esta pesquisa.

Os outros profissionais mencionados também têm papel importante ao compor a equipe multidisciplinar dentro da assistência estudantil. Essa temática faz parte de uma discussão mais abrangente, que inclui a questão do apoio pedagógico.

4.4.1 Formação dos participantes que responderam ao questionário

Com relação à formação dos profissionais que responderam ao questionário, percebeu-se a prevalência da formação em nível superior. Como mostra o GRÁFICO 10, as áreas de formação relatadas foram: Enfermagem, História, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

GRÁFICO 10 – ÁREA DE FORMAÇÃO DOS GESTORES PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

Analisando a formação em nível de pós-graduação, todos os participantes são pós-graduados, sendo cinco com título de Doutorado, um com Mestrado e um com Pós-Doutorado em andamento.

As áreas de conhecimento e de pesquisa dos participantes são diversas, dentre as quais foram citadas: Educação, Políticas, Gestão da Educação, Saúde Coletiva, História, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Sociais. É importante refletir sobre a formação dos gestores, no sentido do conhecimento da causa e da importância de buscar conhecimento na área, para que haja uma satisfatória e efetiva gestão de projetos e ações, assim como o bom direcionamento da equipe, com o desenvolvimento de projetos favoráveis e ativos em prol dos estudantes.

4.5 PLANEJAMENTOS COM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO

Buscou-se identificar a existência do planejamento de ações de apoio pedagógico nas universidades. Para isso, também foram coletadas essas informações dos Planos de Desenvolvimento Institucionais das respectivas instituições.

Conforme as respostas do questionário eletrônico, dois participantes mencionaram a frequência desses planejamentos. Um deles compartilhou que o planejamento das ações de apoio pedagógico ocorre a cada seis meses, pelo comitê gestor do respectivo programa. Outro participante explicou que a ação ocorre no início do ano letivo, quando o profissional se reúne com a equipe da Pró-Reitoria para avaliar e planejar as ações.

Outra resposta relevante e mais específica do setor de inclusão de uma instituição questionou a existência do curso de Libras para professores, ou seja, a

capacitação docente. Destaca-se que, de forma geral, as ações e políticas de acessibilidade e inclusão foram percebidas em todas as instituições; o apoio pedagógico a esse público adentra como uma estratégia. Nesse sentido, a inclusão dessa política pública dentro das instituições constitui uma conquista que aos poucos vai se aprimorando e deve estar sempre em pauta. A questão de acessibilidade não se resume somente a estruturar o espaço para o acolhimento das pessoas com necessidades especiais, mas envolve todo o processo de acolhida, formação e atenção da comunidade acadêmica.

Como as formas de apoio pedagógico são muito diversificadas, o planejamento depende de cada gestão e respectivo Programa. A realidade de diversas instituições revela a inexistência de um setor específico de apoio pedagógico; por isso, o planejamento muitas vezes fica por conta das Pró-Reitorias, que estabelecem metas e objetivos para determinado período.

O QUADRO 7 sumaria dados oriundos dos PDIs das instituições pesquisadas. Buscou-se selecionar e resumir o planejamento de ações relacionadas à assistência estudantil, em específico ao campo do apoio pedagógico.

QUADRO 7 – PLANEJAMENTOS RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO ENCONTRADOS NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS

(início)

UNICENTRO (2018-2023)	Melhoria dos Indicadores e Processos Universitários: Diretriz: 1 – Articular esforços para combate à evasão e à reprovação; Diretriz 4 – Consolidar e criar condições e estratégias visando à permanência dos estudantes na Universidade; Diretriz 33 – Implantar uma política de inclusão da Universidade
UEM (2018-2022)	Diminuir índice de evasão de Curso de Graduação; Diminuir índice de Reprovação/Retenção de Curso de Graduação; Implementar política de apoio e permanência dos estudantes
UEL (2018-2022)	Políticas de Atendimento aos Discentes 1. Incrementar as políticas inclusivas e de Acessibilidade 2. Aprimorar os sistemas eletrônicos e os canais de comunicação entre a UEL e os estudantes adequando a capacidade dos equipamentos do portal dos estudantes, permitindo que relatórios, avaliações e formulários possam ser preenchidos on-line e o melhor desenvolvimento de atividades de ensino on-line em novos ambientes de aprendizagem; 3. Incrementar a política de atualização e aquisição do acervo do sistema de bibliotecas da UEL para os cursos da Instituição; 4. Criar novos espaços de convivência para comunidade acadêmica e universitária

QUADRO 7 – PLANEJAMENTOS RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E APOIO PEDAGÓGICO ENCONTRADOS NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS

(conclusão)

UENP (2019-2023)	Ampliação das formas de assistência estudantil e atendimentos; Criação do núcleo de apoio e assistência estudantil; Redução das vagas ociosas dos cursos de graduação; Institucionalizar um grupo ou programa ou núcleo de apoio pedagógico; Fazer diagnóstico de demandas contemporâneas para os cursos já ofertados pela UENP
UNIOESTE (2019-2023)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar Políticas de Assistência Estudantil - Criar espaço de convivência nos Campi; - Instituir ações de acolhimento e apoio ao estudante; - Instituir programa de prevenção e combate à evasão discente; - Instituir bolsa permanência ao estudante que necessita de assistência; - Readequar no site da Unioeste as informações pertinentes aos acadêmicos integrando dados sobre ensino, pesquisa, extensão necessárias à sua vida acadêmica; - Atualizar o questionário socioeconômico e implementá-lo, também, aos acadêmicos ingressantes pelo SISU
UNESPAR (2018-2022)	<p>18: Ampliar e fortalecer a Política Institucional de Assuntos Estudantis, visando à melhoria na permanência e conclusão dos cursos.</p> <p>29 - Democratização do Acesso, Ingresso e Permanência Estudantil.</p> <p>a) Consolidar e ampliar anualmente em 33,4 % o Programa de Bolsa Permanência;</p> <p>b) Elaborar um diagnóstico das causas da evasão estudantil e definir ações de incentivo à permanência dos estudantes, através de pesquisa do perfil do estudante e seu cotidiano na UNESPAR.</p> <p>30 - Melhorar as condições de permanência e conclusão dos cursos de graduação da UNESPAR.</p> <p>a) Implantar de Projetos de Apoio Pedagógico nas áreas de conhecimento básico aos alunos do primeiro ano dos cursos de graduação;</p> <p>b) Ampliar em 10% ao ano o número de projetos vinculados ao Programa de Monitoria Acadêmica;</p> <p>c) Implementar um fórum pedagógico com os acadêmicos dos cursos de graduação</p>
UEPG (2018-2023)	<p>Promover apoio ao estudante e inclusão social;</p> <p>Promover flexibilização, interdisciplinaridade, internacionalização e inserção de novas tecnologias promover formação docente;</p> <p>Realizar ações/projetos para apoio à permanência de acadêmicos no curso de graduação;</p> <p>Criação do programa de sucesso acadêmico pela Pró-Reitoria de graduação;</p> <p>Realização de ações da coordenadoria de assistência e orientação ao estudante - CAOÉ com apoio da Pró-Reitoria de graduação;</p> <p>Realização de ações da comissão permanente de apoio aos acadêmicos com necessidades educativas especiais – CAAD com apoio da Pró-Reitoria de graduação;</p> <p>Criação e acompanhamento de programas de assistência estudantil;</p> <p>Realização de ações para superar a evasão nos cursos de graduação;</p> <p>Intensificação das atividades de monitoria e organização de eventos de divulgação de resultados de programas como PROTUDI, PET e PEC-G.</p>

FONTE: Zbuinovicz e Mariotti (2022).

O QUADRO 7 delinea um panorama das ações contidas nos PDIs que mais se relacionam com as demandas estudantis. Percebe-se que prevalece a

preocupação com os índices de evasão e retenção institucionais. O planejamento de ações para a redução desses índices aparece de forma geral em todas as universidades. Também merece destaque a criação e manutenção de projetos com vistas à permanência do estudante, bem como seu envolvimento com as atividades da instituição e a promoção de ações de acolhimento e apoio acadêmico.

Algumas universidades mencionaram a implantação e manutenção de políticas de assistência estudantil. No decorrer da pesquisa, durante a coleta de dados, percebeu-se a efetivação (ou o processo de implementação) de bolsas de permanência, o que já ocorreu, visto que a maioria dos PDIs analisados entrou em vigência no ano de 2018.

Percebeu-se que, embora não mencionem o apoio pedagógico, as ações de planejamento de certa forma têm um elemento em comum: ao justificar a criação de ações para a permanência, o apoio pedagógico se efetiva institucionalmente. Com o objetivo de auxiliar a aprendizagem dos estudantes, esse apoio promove a interação e potencializa o engajamento no processo de aprender, conectando os estudantes ao contexto universitário, favorecendo o desempenho acadêmico e o sentimento de pertença à instituição.

Dentre as propostas de planejamento, algumas instituições mencionaram a criação de núcleos, fóruns e projetos de apoio pedagógico. Essa mobilização também foi identificada quando os participantes elencaram, como meta, a ampliação de novas formas de assistência e atendimentos. Algumas instituições apresentaram a intenção de criar novos espaços de convivência. Todas essas ações fomentam a efetivação do apoio pedagógico, que ainda tem muito a caminhar na realidade universitária estadual paranaense.

O planejamento foi considerado importante e necessário por uma instituição participante, a qual mencionou a atualização e manutenção de seu *site* para facilitar a vida acadêmica. Acredita-se que, além da organização pedagógica, essa prática favorece o *marketing* e a logística institucional de forma geral, fazendo-se útil para os estudantes e também para a comunidade externa que necessita dos serviços da instituição e busca informações via internet.

Outra questão que apareceu nos planejamentos e foi considerada necessária no ambiente acadêmico são as plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem, que merecem atenção por parte das instituições por meio de atualizações e tutoriais

de uso, bem como por meio do desenvolvimento de projetos de apoio pedagógico, a exemplo de outras instituições.

Esteve presente no planejamento de algumas instituições o diagnóstico de demandas dos cursos e também a realização de questionários socioeconômicos. Tais ações são importantes e dão suporte ao planejamento do apoio pedagógico, de acordo com a realidade institucional.

Compreende-se, por fim, que todas as ações com vistas à permanência, à melhoria da aprendizagem e à prevenção e minimização da evasão, seja criando espaços de convivência ou núcleos e espaços de debate sobre a assistência estudantil, não podem prescindir do apoio pedagógico institucionalizado.

4.6 DEMANDAS E DIFICULDADES NA OPINIÃO DOS PARTICIPANTES

Este tópico apresenta os dados relacionados à percepção dos participantes acerca das maiores dificuldades e demandas para a realização do apoio pedagógico na instituição, registrados a partir do questionário eletrônico. As questões eram abertas, permitindo a descrição das respostas com maior clareza e expondo o relato detalhado da realidade encontrada na instituição e também, de forma geral, o apoio pedagógico.

Frente à interrogação sobre a maior dificuldade para a realização do apoio pedagógico na instituição, destaca-se a incidência unânime de respostas dos participantes com relação à falta de recursos financeiros para efetivação das ações, seguida da falta de pessoal capacitado para o desenvolvimento das ações.

Dentre as respostas que mencionaram a falta de recursos financeiros, um participante denuncia que cada vez mais o corte de verbas tem impedido uma efetiva atuação. Essa afirmação revela que, para a efetiva atuação e execução das ações de apoio pedagógico, o corte de verbas se torna um empecilho que envolve a falta de recursos humanos e também a questão estrutural nas instituições.

Outra resposta destaca a falta de profissionais pedagogos capacitados para o atendimento e auxílio aos docentes e discentes que apresentam dificuldades no aprendizado. Ou seja, além da falta de profissionais acarretada pela falta de investimento financeiro, também se evidencia a necessidade de formação continuada desses profissionais, realçando as demandas estudantis por um apoio pedagógico eficaz.

Importa salientar a falta de formação, no curso de Pedagogia, para o profissional que vai atuar no Ensino Superior. Nesse sentido, Tavares (2019) relata a ausência de disciplinas durante o curso que aprofundem e problematizam o papel do pedagogo dentro de instituições de nível superior². O relato de experiência da UFF-RJ indica algumas possibilidades.

No projeto pedagógico do curso de Pedagogia da UFF, essa amplitude é assumida e reconhecida pelo entendimento abrangente, que ultrapassa “a noção simplificada de ‘regência de classe’” (UFF, 2012) e, também pela preocupação com a valorização profissional dos educadores, tendo em vista o papel estratégico ocupado pela educação na atualidade. (MAGALHÃES et al., 2019, p. 57).

Tal perspectiva de ação pedagógica está ausente nas instituições e envolve o processo cognitivo dos estudantes, o processo de ensino e de aprendizagem e a relação professor-aluno; evidencia, assim, os contextos sócio-histórico, socioeducativo e sociocultural do estudante e relaciona-se com a concepção da Pedagogia Social. Essa abordagem tem sido estudada no Brasil por pesquisadores como Machado e Evelcy (2008), Caliman (2000), Orzechowski (2017) e Machado (2014) e carrega, em seus pressupostos, fundamentos que caracterizam a práxis sociocultural e socioeducativa na qual se inserem estudantes e professores do Ensino Superior.

As demandas ocasionadas pela inserção do estudante nessa etapa educacional, as quais envolvem também as percepções profissionais e de função social de cada curso, revelam a necessidade de um espaço para o apoio pedagógico que abranja elementos como: o acolhimento; as informações sobre as etapas de imersão seriada/anual do estudante no curso; as necessidades advindas dos aspectos sociais, culturais, econômicos e educacionais do ingressante; as possibilidades e desafios enfrentados no decorrer do curso; e as habilidades e comportamentos esperados durante esse nível de ensino, no qual a aprendizagem para a vida está se desenvolvendo em todos os aspectos.

² Há uma discussão, atualmente promovida pela Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia (RePPed), na qual se difunde a identidade da Pedagogia, aprofundando demandas mais amplas sobre a formação do pedagogo e sua atuação profissional.

O conceito de pedagogia social mais generalizado pode ser definido, por uma parte, que faz referência à ciência da educação social dos indivíduos e grupos, e outra, como ajuda, uma vertente educativa para as necessidades humanas que necessita do trabalho social, assim como o estudo da inadaptação humana. (SERRANO, 2003, p. 75, livre tradução nossa).

Além da dificuldade com relação aos recursos financeiros e humanos, uma das respostas relatou a necessidade do levantamento do perfil socioeconômico dos acadêmicos, que pode ser definido como uma pesquisa sobre as características de um grupo com dados econômicos, sociais e culturais. Os dados subsidiam e facilitam a formulação de políticas e estratégias para mitigar ou anular os efeitos negativos que mais prevalecem na população investigada – neste caso, relacionados aos objetivos da assistência estudantil.

Os dados socioeconômicos permitem a manutenção dos objetivos e fundamentam as ações, revelando também a abrangência e a necessidade dos atendimentos ao público estudantil. Como discutido anteriormente neste estudo, a abrangência das ações é uma questão importante em um cenário de assistência estudantil que se revela de maneira muito específica em cada instituição, visto que há atendimentos direcionados especificamente para alguns públicos e também a toda a população de estudantes.

Uma das respostas relatou o comprometimento com a manutenção e constância do apoio pedagógico durante as atividades remotas na pandemia. É certo que ninguém esperava e tampouco estava preparado para esse regime; por isso, professores e alunos foram surpreendidos. Entre as dificuldades que a pandemia ocasionou no período remoto, a participação e permanência nas aulas e atividades de apoio pedagógico, ficou à mercê das mídias e plataformas às quais cada universidade foi se adequando. É certo, também, que em muitos casos foi imprescindível o atendimento presencial. Algumas atividades puderam ser adaptadas, algumas foram surgindo e outras ainda foram suspensas por tempo indeterminado. Assim, a pandemia deixou seus rastros, que muito serão sentidos no retorno às atividades presenciais.

Para finalizar o levantamento das percepções sobre o apoio pedagógico, os participantes puderam comentar, em uma pergunta aberta, as principais demandas de apoio pedagógico nas Instituições de Ensino Superior. Pôde-se perceber o quanto necessário se faz um apoio pedagógico institucionalizado para atender estudantes

e professores, não somente no período acadêmico, mas nas experiências de vida de cada estudante.

Como evidenciou um participante, “a demanda estudantil perpassa por diversas áreas como apoio psicossocial, pedagógico, inclusão digital, cultura, esporte e lazer”. Para que isso de fato se efetive nas instituições é necessário, além da existência de políticas públicas por meio de leis e regimentos estudantis e do fomento de recursos financeiros suficientes para as mesmas, uma equipe capacitada e disposta a exercer sua função social e científica dentro de um programa de assistência estudantil.

Apresentou-se a necessidade de investimentos e incentivos por parte do governo estadual para a criação de Pró-Reitorias de Assistência ou Assuntos Estudantis, para realização de ações e planejamentos estratégicos com os profissionais que fazem parte da assistência estudantil e, conseqüentemente, do apoio pedagógico em todas as instituições.

Durante a coleta de dados realizada até agosto de 2020, a existência de Pró-Reitorias específicas para a assistência estudantil revelou-se consolidada em uma instituição e em processo de estruturação em outra universidade. Entretanto, essa realidade não foi comum a todas as instituições pesquisadas. Percebeu-se a falta de recursos para manter profissionais e de uma estrutura adequada para os atendimentos e demandas específicas dos programas de assistência e permanência estudantil.

Obteve-se uma resposta com relação à demanda emergente da retomada das negociações por parte das instituições estaduais de ensino com o governo federal sobre o encaminhamento do incentivo financeiro destinado à assistência estudantil às IES que aderiram ao SISU. Esse seria um acordo realizado a partir do PNAEST (Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais), instituído pela Portaria Normativa MEC Nº 25, de 28/12/2010 (BRASIL, 2010b), o qual durante a pesquisa percebeu-se que não está vigente nas universidades estaduais que a ele aderiram. Destaca-se a importância desses investimentos à medida em que o público estudantil aumentou consideravelmente, depois que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a ser critério de seleção por meio do SISU nas instituições federais e estaduais.

Um dos participantes destacou a importância do apoio pedagógico nas instituições, justificada pelas necessidades cognitivas e também por certa deficiência

na formação educacional anterior à entrada no Ensino Superior pelos estudantes. Tais temas foram abordados na revisão de literatura desta dissertação, a qual aprofundou-se sobre as principais demandas e vulnerabilidades dos estudantes durante a graduação. Além das lacunas oriundas dos níveis de ensino anteriores, é comum surgirem vários impasses durante o processo de aprendizagem que comprometem a vida estudantil, como relatam Magalhães et al. (2019):

[...] não sendo uma aptidão inata ou adquirida necessariamente na educação básica e na convivência familiar, o trabalho acadêmico precisa ser ensinado e não apenas exigido no contexto universitário. A competência esperada para a leitura, escrita, expressão oral, organização dos estudos, uso da biblioteca não poderia ser adquiridas pela simples exposição do estudante ao universo acadêmico sendo necessário refletir sobre uma verdadeira “Pedagogia universitária” que possibilite ao estudante aprender se expressar academicamente. (MAGALHÃES et al., 2019, p. 58).

Outra demanda apresentada por um participante relaciona-se à situação dos professores em sofrimento. Essa é uma questão de extrema relevância dentro das instituições, com vistas a amenizar esse problema que se evidencia na relação professor-aluno e repercute sobre o processo de ensino-aprendizagem. O participante mencionou a necessidade de contratação de profissionais capacitados para o apoio pedagógico a estudantes e também professores, enfatizando a importância do trabalho conjunto das várias áreas do conhecimento. Em muitas situações, como no caso do trabalho da área da Psicologia aliado à Pedagogia, a atuação conjunta se faz necessária; embora cada campo tenha seus objetivos e fundamentos, juntos podem auxiliar na resolução dos problemas entre docentes e alunos.

É sabido que a organização multifuncional em equipes colaborativas é uma estratégia importante para que os programas de apoio pedagógico e assistência estudantil aconteçam satisfatoriamente. Entretanto, é importante esclarecer que a função social da universidade perpassa o acesso e permanência do estudante, bem como a permanência ótima dos profissionais do ensino; para tanto, são necessárias equipes de gestão que pensem e desenvolvam boas práticas nas ações de apoio e assistência para estudantes e professores.

Diante dessas questões e como reflexão sobre a temática, um participante apresentou sua opinião sobre a abrangência e os objetivos das ações de apoio pedagógico aos estudantes: “suprir carências financeiras e pedagógicas dos estudantes, independente da modalidade de ingresso na universidade”. Em vista

disso, reforça-se a necessidade de ações pautadas na função social da universidade, no seu dever de acolhida, em suas possibilidades de atendimento e, principalmente, em seus objetivos para toda a comunidade acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que esta pesquisa configura um passo importante para a compreensão da temática do apoio pedagógico nas universidades estaduais do Paraná. O objetivo de descrever as ações ofertadas pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná levou ao conhecimento de uma realidade com suas possibilidades, iniciativas e limitações diante das demandas estudantis em vários âmbitos. Este estudo concentrou-se na coleta de dados sobre como tem sido abordada a demanda dos estudantes por apoio pedagógico.

Pode-se perceber que a organização e regulamentação da assistência estudantil nas universidades, de modo geral, é uma questão decisiva para a concretização de um apoio pedagógico atento às necessidades de aprendizagem e integração dos estudantes. Esse fato foi constatado ao buscar documentos estaduais regulamentadores das universidades, em alguns casos inexistentes. Revelou-se também, a partir do relato dos participantes, a inexistência de repasse de verbas por planos regulamentadores de assistência estudantil nacionais para as universidades estaduais.

Compreende-se que a regulamentação das ações de apoio pedagógico e a atenção por meio da contratação de profissionais da educação capacitados para atuar na área são os primeiros passos para uma organização dos atendimentos que já vêm sendo realizados. Foi possível verificar que a legislação para a assistência estudantil nas universidades estaduais é inexistente; do mesmo modo, o desenvolvimento de ações contemplando o apoio pedagógico dentro das universidades é um processo a ser colocado em pauta e discutido para sua plena efetivação. Esse processo pode ser facilitado com o levantamento das principais demandas e dos índices de evasão, dados a partir dos quais pode-se pautar os planejamentos, planos de desenvolvimento institucionais e um plano estadual de assistência estudantil que contemple também – e principalmente – o apoio pedagógico.

Percebeu-se que, na maioria das instituições, as ações de assistência estudantil ocorrem de forma descentralizada. Há situações diversas em cada universidade, como a criação de setores específicos para ações nas diferentes áreas: apoio socioeconômico, apoio psicológico, apoio pedagógico, etc. Em outros casos, as Pró-Reitorias de Ensino e Graduação se encarregam de executar serviços de apoio estudantil, na falta de Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis que concentrem os

planejamentos, ações e profissionais, nos quais o apoio pedagógico deveria ser realizado. Acredita-se que, quando alinhados, o planejamento e os objetivos dos programas resolvem desencontros e até mesmo dificuldades de participação e envolvimento por parte dos estudantes.

As demandas do cotidiano abarcam a maioria das ações dos programas ofertados; entretanto, as práticas de assistência e de apoio pedagógico nem sempre são reguladas por documentos e normativas. Assim, o processo vai se constituindo entre as políticas que instituem os programas e as ações, concomitantemente às questões emergentes da realidade institucional.

Destaca-se, dentre os resultados, o esforço por parte das instituições em realizar as ações. Percebeu-se que, mesmo com dificuldades e limitações, de alguma forma as universidades realizam intervenções junto aos estudantes. Ao mesmo tempo, em alguns casos, notou-se a necessidade de compreensão do que é o apoio pedagógico no Ensino Superior e quais são as diversas maneiras pelas quais se pode auxiliar esse processo, facilitando e auxiliando a aprendizagem dos estudantes e promovendo sua permanência nos cursos.

A propagação e a conscientização acerca da importância do papel do pedagogo dentro das instituições de Ensino Superior são uma necessidade. É muito importante a atuação do profissional da Pedagogia com formação didática de planejamento, de práxis educativa, de gestão educacional e de concepção de educação para a humanização. Esse profissional carrega fundamentos teórico-práticos para nortear as ações e demandas dos estudantes sobre o processo de ensino e de aprendizagem durante sua permanência no Ensino Superior.

Salienta-se a necessidade de aprofundamento no que diz respeito à fundamentação teórico-prática das ações. A regulamentação do apoio pedagógico nas Instituições de Ensino Superior é muito recente. Respalda o apoio a partir de concepções de educação e planejar as ações de acordo com os valores institucionais relacionados ao tripé universitário ensino-pesquisa-extensão é uma necessidade e uma urgência.

Assim, identifica-se a necessidade de mobilizar os atuais e futuros gestores institucionais, para que coloquem em pauta o planejamento do apoio pedagógico em suas várias possibilidades, seja de forma individual, coletiva ou sob a forma de intervenções, palestras, encontros, orientações, etc. É essencial promover

atendimentos não apenas para amenizar os índices de evasão, mas também ações intencionais que promovam o envolvimento e a motivação dos estudantes.

Ressalta-se a necessidade de estudos que analisem o impacto das ações de apoio pedagógico sobre a permanência estudantil. No contexto da pandemia, evidencia-se a urgência de pesquisas sobre o apoio tecnológico às universidades, bem como acerca da carência dos estudantes quanto ao conhecimento de ferramentas, instrumentos e habilidades técnicas para o trabalho remoto acadêmico.

O trabalho aqui apresentado teve suas limitações durante o percurso, que resultaram em adaptações metodológicas. Como a pesquisa foi realizada durante a pandemia, no período de distanciamento social, quando as atividades presenciais estavam suspensas, a pesquisa de campo não foi realizada. A falta de padronização das ações de assistência estudantil dificultou o contato com os responsáveis e o acesso aos dados relativos às ações desenvolvidas no âmbito da assistência e da permanência estudantil nas universidades pesquisadas.

Por fim, considera-se essa temática emergente e necessária não apenas para a área da Educação, mas também para as áreas do Serviço Social e a Psicologia; juntos, tais campos podem intermediar a implementação e a efetivação das políticas públicas de assistência estudantil, visando a permanência e o envolvimento estudantil no espaço das universidades estaduais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral, 2003. p. 15-40.
- ALMEIDA, L. S.; ARAÚJO, A. M.; MARTINS, C. Transição e adaptação dos alunos do 1o ano: variáveis intervenientes e medidas de atuação. In: ALMEIDA, L. S.; CASTRO, R.V. de (Orgs.). **Ser estudante no ensino superior: o caso dos estudantes do 1º ano**. Braga: Universidade do Minho, 2016. p. 146–164. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42318>>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. C.; FERREIRA, J. A. Adaptação, rendimento e desenvolvimento dos estudantes no ensino superior: construção/validação do Questionário de Vivências Acadêmicas. **Methodus: Revista Científica e Cultural**, Braga, v. 3, n. 5, p. 3-20, 2001.
- ALMEIDA, W. M. de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017.
- ARAÚJO, S. A. de L. **Análise da efetividade da política de assistência estudantil do instituto federal do Ceará campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no Ensino Superior**. 210 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ASTIN, A. Involvement in learning revisited: lessons we have learned. **Journal of College Student Development**, s. l., v. 37, n. 2, p. 123-134, 1996.
- ASTIN, A. **What matters in College?** Four critical years revisited. San Francisco: Jossey-Bass, 1993.
- BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRAGA, D. B.; FRANCO, L. R. H. R. Revolucionando as técnicas de aprendizagem da engenharia com o EAD. In: WORLD CONGRESS ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION (WCETE), 2004, Guarujá; Santos. **Anais...** Guarujá; Santos: UNISANTOS- Catolic University of Sanots, 2004. p.1083-1087.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Paraná**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais (PNAEST). 2010b. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/eventos/enem/documentos/portaria_mec_25_28.12.2010.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CALIMAN, G. Voz Pedagogia social. In: SIVERES, L.; NODARI, P. C. (Orgs.). **Dicionário de cultura de paz**. Vol. 2. Curitiba: CRV, 2021. p. 263-267.

CALIMAN, G. **Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador**. **Revista de Ciências da Educação – UNISAL**, Americana, a. XII, n. 23, p. 341-368, 2010.

CETZAL, R. S. P.; MAC, C. C. R. Desempeño académico y experiencias de estudiantes universitarios mayas en Yucatán, México. **Alteridad**, Quito, v. 13, n. 1, p. 120-131, 2018.

COSTA, S. L. da; DIAS, S. M. B. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17 -18, p. 51-60, jan/jun/ago/dez. 2015.

DELATORRE, F.; MACEDO, J. S. de; IOPPI, L. S.; BORGES, J. R.; NIEHUES, B. W. R.; LUZ, S. S. da. O programa institucional de apoio pedagógico aos estudantes (PIAPE): um relato de experiência (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.) **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 129-148.

DIAS, C. E. S. B. **O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil**. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

DIAS, C. E. S. B. Apoio pedagógico e assistência estudantil: um estado da arte. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 126-145, jul./dez. 2020.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 27-60.

DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

DÍAZ, E. S. M.; GÓMEZ, D. A. D. Una aproximación psicosocial al estrés escolar. **Educación y Educadores**, Cundinamarca, v. 10, n. 2, p.11-22. 2007.

DRUMMOND, J. G. de F. Educação Superior. In: CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. de N. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 152- 154.

EISENBERG, Z.; RODRIGUES, E. dos S.; BACAL, M. E. A.; OLVEIRA, H. V.de. Núcleo de Orientação e Atendimento Psicopedagógico: uma experiência de apoio ao estudante no ensino superior (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- RJ). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 319-336.

ESHETU, F.; GUYE A.; KELEMEWORK; G.; ABEBE, S. Determinants of students' vulnerability to attrition in higher education: Evidence from Arba Minch University, Ethiopia. **Educational Research and Reviews**, s.l., v. 13, n. 15, p. 570-581, 2018.

FAGUNDES, C. V.; LUCE, M. B.; ESPINAR, S. R. O desempenho acadêmico como indicador de qualidade da transição Ensino Médio-Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 635-670, jul./set. 2014.

FARIA, P. M. F. de; CAMARGO, D. de. Vigotski e as implicações da teoria histórico-cultural no contexto escolar. In: CAMARGO, D. de; FARIA, P. M. F. de (Orgs.). **Vigotski e a inclusão: contribuições ao contexto educacional**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2018. p. 11-26.

FARIA, P. M. F. de; VENÂNCIO, A. C. L.; CAMARGO, D. de. O ensino superior sob a perspectiva histórico-cultural: repensando as contribuições de Vigotski. In: FARIA, P. M. F. de; CAMARGO, D. de; VENÂNCIO, A. C. L. (Orgs.). **Vigotski no Ensino Superior: concepção e práticas de inclusão**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 221-232.

FIOR, C. A. **Interações dos universitários com os pares e o envolvimento acadêmico: análise através da modelagem de equações estruturais**. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FIOR, C. A.; MARTINS, M. J. A docência universitária no contexto de pandemia e o ingresso no ensino superior. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 10, e024742, 2020.

FIORIN, B. P. A.; PAVÃO, S. M. de O. Educação superior e o apoio especializado à aprendizagem (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 183-198.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES**. Brasília, DF: FONAPRACE, 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: Ed. UFU/ PROEX, 2012.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **ConVid**: pesquisa de comportamentos. 2020. Disponível em: <<https://convid.fiocruz.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C.; PESSONI, A. Estratégias para o alcance de objetivos afetivos no ensino remoto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 10, e024493, 2020

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2002. p. 67-80.

GOODE, L.; HATT, K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional (RBOP)**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

HERINGER, R. Políticas de ação afirmativa e os desafios da permanência no ensino superior. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 61-78.

HERINGER, R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tomo (UFS)**, São Cristóvão, v. 1, p. 13-29, 2014.

HONORATO, G. de S.; HERINGER, R. (Orgs.). **Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2015.

HONORATO, G.; VARGAS, H.; HERINGER, R. Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 35., 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 1-24.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015

KNOP, M.; COLLARES, A. C. M. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 2, mai./ago. 2019.

JIMÉNEZ, M. Competencia social: intervención preventiva en la escuela. **Infancia y Sociedad: Revista de Estudios**, Madrid, v. 24, p. 21-48, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIMA, T. D. de; MONTEIRO, M. P. G.; ASINELLI-LUZ, A. A infância e a cultura da paz na perspectiva da pedagogia do oprimido. **E-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 1234-1251, out./dez. 2018.

LOVATO, A. C. do A.; FIRPO, P. F. Sala virtual de apoio pedagógico: uma experiência durante as atividades de ensino remoto emergenciais. **EmRede – Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e estudo de caso. In: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2018. p. 12-28.

LUZ, A. S. da; LOPES, C. C. Apoio pedagógico no contexto da expansão (Universidade Federal do Pampa – Unipampa). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 199-218.

MACHADO, E. M. A pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não formal e educação sócio-comunitária. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, p. 99-122, 2008.

MACHADO, E. M. A pedagogia social: reflexões e diálogos necessários. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C. de; MOURA, R. A. (Orgs.). **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO, 2009.

MACHADO, E. M. M. Pedagogia e a pedagogia social: educação não formal. In: MACHADO, E. M. M.; CORTELAZZO, I. B. de C. (Orgs.). **Pedagogia em debate**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2002. p. 1-8.

MACHADO, E. R. **O desenvolvimento da pedagogia social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha**. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MAGALHÃES, F. A. C.; ANDRADE, J. X. Exame vestibular, características demográficas e desempenho na Universidade: em busca de fatores preditivos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006.

MAGALHÃES, J. E. P.; SOUZA, R. do N. de; RAMOS, M. S.; ARAÚJO, A. L. C. Apoio pedagógico e orientação acadêmica no ensino superior: a contribuição do pedagogo em ações de permanência na universidade. In: MAGALHÃES, J.; SOUZA, R.; RAMOS, M.; ARAUJO, A. L. **Pedagogos em cena: espaços de atuação e experiências profissionais.** Jundiaí: Paco, 2019. p. 41-82.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, L. M. Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. In: MARTINS, L. G.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.** 1. reimp. Campinas: Autores Associados, 2017. p. 13-35.

MAYER, L.; CERESO, L. Tutorías y estipendio mensual: contribuciones a la trayectoria universitaria de jóvenes en situación de vulnerabilidad. **Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez Juv.,** Manizales, v. 14, n. 2, p. 1421-1433, 2016.

MONTEIRO, M. P. G.; LIMA-BERTON, T. D. de; PEREIRA, A. de P.; ASINELLI-LUZ, A. A educação e a justiça social na superação das desigualdades sociais. **Revista UFG,** Goiânia, v. 20, e64904, 2020.

MONTEIRO, S. C., ALMEIDA, L. da S.; VASCONCELOS, R. M. de C. F. Abordagens à aprendizagem, autorregulação e motivação: convergência no desempenho acadêmico excelente. **Revista Brasileira de Orientação Profissional,** Campinas, v. 13, n. 2, p. 153-162, jul.-dez. 2012.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem online.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAES, M. R.; LIMA, G. F. **Assistencialização das políticas educacionais brasileiras.** Rio de Janeiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, A. F. S.; MAGNAVITA, M. J.; SANTOS, S. M. dos. Serviço de apoio pedagógico como política institucional para a permanência e o sucesso de estudantes de graduação (Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 105-128.

OGAWA, M. N.; VOSGERAU, D. S. R. Formação docente do ensino superior: o papel das instituições. **Espacios**, Caracas, v. 40, n. 5, 15 p. 7-22, 2019.

OLIVEIRA, F. de; SILVA, R. J. A. da; TESTONI, L. A.; BROCKINGTON, J. G. de O.; CERICATO, I. L. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciência & Educação (Bauru)**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 25-42, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Adverse consequences of school closures**. 2020. Disponível em: <<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ORZECZOWSKI, S. T. **A pedagogia é social!** A formação continuada do pedagogo por meio da EaD, um olhar a partir da pedagogia social. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 18. ed. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2016.

PALMEIRA, R. L.; RIBEIRO, W. L.; SILVA, A. A. R. As metodologias ativas de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia: a utilização dos recursos tecnológicos na educação superior. **HOLOS**, Natal, a. 36, v. 5, e10810, 2020.

PALOMINO, T. J.; CRUZ, E. M. R.; DURÃES, R. R. de P. Acompanhamento pedagógico para estudantes de graduação: possibilidades e desafios (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 149-182.

PARANÁ. **Comissão Universidade Para os Índios do Paraná apoia a luta dos povos indígenas em Brasília e em todo o país**. 2019. Disponível em: <<https://www.seti.pr.gov.br/conselhos/cuia>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PARANÁ. **Fundação Araucária apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná**. 2017. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/12139286/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PARANÁ. **Lei nº 13.134 – 18/04/2001**. Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais. 2001. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13134-2001-parana-reserva-3-tres-vagas-para-serem-disputadas-entre-os-indios-integrantes-das-sociedades-indigenas-paranaenses-nos-vestibulares-das-universidades-estaduais>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PARANÁ. **Lei nº 14.995 – 09/01/2006**. Dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas universidades estaduais). Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14995-2006-parana-da-nova-redacao-ao-art-1o-da-lei-no-13-134-2001-reserva-de-vagas-para-indigenas-nas-universidades-estaduais>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PARANÁ. Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). Secretaria de Estado da Administração (SEAD). **Resolução conjunta nº 001/2000 – SETI/SEAD**. 2000. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/03c8822a9a6b69bb03256d3c006690af/555df7d525d6044403256e830067ac23?OpenDocument>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PARANÁ. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Comissão Universidade para os Índios do Paraná apoia a luta dos povos indígenas em Brasília e em todo o país**. [2020] Disponível em: <<https://www.seti.pr.gov.br/conselhos/cuia>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PASCARELLA, E. T.; TEREZINI, P. T. **How college affects students**. San Francisco: Jossey-Bass, 1991.

PASCARELLA, E.; TEREZINI, P. T. **How college affects students: a third decade of research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2005.

PASCARELLA, E. T.; WHITT, E. J.; AMAURY, N.; EDISON, M.; HAGEDORN, L. S.; TEREZINI, P. T. What have we learned from the first year of the National Study of Student Learning. **Journal of College Student Development**, Washington, v. 37, n. 2, p. 182-192, 1996.

PELISSONI, A. M. S. **Eficácia de um programa híbrido de promoção da autorregulação da aprendizagem para estudantes do ensino superior**. 211 f. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2016.

PELISSONI, A. M. S.; DANTAS, M. A.; MARTINS, M. J.; WARGAS, B. M. da S.; ALTMANN, H.; POLYDORO, S. A. J. Serviço de apoio ao estudante: contribuições para a permanência acadêmica e aprendizagem (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 283-318.

PINEDA-BÁEZ, C.; BERMÚDEZ-APONTE, J.; RUBIANO-BELLO, A.; PAVAGARCÍA, N.; SUÁREZ-GARCÍA, R.; CRUZ-BECERRA, F. Compromiso estudiantil en el contexto universitario colombiano y desempeño académico. **Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa**, Valencia, v. 20, n. 2, p. 1-20, 2014.

PORTES, E. A. E agora, José?! In: HONORATO, G; HERINGER, R. (Orgs). **Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes**. Rio de Janeiro. São Paulo: 7Letras, 2015. p. 135-14.

RODRÍGUEZ-MUÑIZ, L. J.; BERNARD, A. B.; ESTEBAN, M.; DÍAZ, I. Dropout and transfer paths: what are the risky profiles when analyzing university persistence with machine learning techniques? **PLoS ONE**, online, v. 14, n. 6, p. 1-20, 2019.

ROMERO, E. Para uma psicopatologia da vida cotidiana: tendências sociais dissolventes e conflitantes: os desafios e ameaças na vida cotidiana. In: RIBEIRO, W.; ROMERO, E. (Orgs.). **Vulnerabilidade humana e conflitos sociais: por uma psicologia social compreensiva**. São José dos Campos: Della Bídia, 2009. p. 107-142.

SALGADO, F. A. de F.; POLYDORO, S. A. J.; ROSÁRIO, P. Programa de Promoção da Autorregulação da aprendizagem de ingressantes da educação superior. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 4, p. 667-679, out./dez. 2018.

SANTOS, A. R. dos; SILVA, J. F. da; LUCENA, R. N. de. O apoio pedagógico aos estudantes bolsistas da assistência estudantil (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 219-244.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza/PR. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 5-26, mar. 2020.

SERRANO, G. P. **Pedagogía social/educación social: construcción científica e intervención práctica**. Madrid: Narcea, 2003.

SEVERO, J. L. R. de L.; CARREIRO, G. da N.; MORAIS, M. S.; PAIVA, C. de L. C.; DURÉ, R. C. “Ser estudante” no ensino superior: aspectos valorativos da experiência na perspectiva discente. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, p. 1-16, 2020.

SAUTHIER, H. Aprovada pelo COU a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos da Unespar. **Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**. 09 de dezembro de 2021. Disponível em:

<<https://www.unespar.edu.br/noticias/aprovada-pelo-cou-a-criacao-da-pro-reitoria-de-politicas-estudantis-e-direitos-humanos-da-unespar>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, R. da; SOUZA NETO, J. C. de S.; MOURA, R.; MACHADO, E. M.; CARO, S. M. P. (Orgs.). **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. V. 2. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

SILVA, K. R. X. da; SILVA, A. P. da. Programa e aperfeiçoamento do desempenho (PAD): identificando fragilidades e potencializando forças. In: ENCONRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE): A DIDÁTICA E A PRÁTICA DE ENSINO NAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SOCIEDADE, 17., 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

SILVEIRA, M. M. da. **A assistência estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

STOLTZ, T. O construtivismo piagetiano. In: MINDAL, C. B.; TAMARA, V.; STOLTZ, T. **Psicologia da educação**. Curitiba: UFPR, 2013. p. 39-48.

TEIXEIRA, M. A. P.; DIAS, A. C. G.; WOTTRICH, S. H.; OLIVEIRA, A. M. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia escolar e educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./jun. 2008.

TINTO, V. Classrooms as Communities: exploring the educational character of student persistence. **Journal of Higher Education**, s.l., v. 68, n. 6, p. 599-623, nov./dez. 1997.

TORRES, F.; MEDINA, T.; PINTO, I. R.; FERREIRA, E.; BARBOSA, R. Mentoria FPCEUP – processos participativos, democráticos e solidários de integração no ensino superior (Universidade do Porto – UPORTO). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 337-355.

TOTI, M. C. da S.; POLYDORO, S. A. J. Serviços de apoio a estudantes nos Estados Unidos da América e no Brasil. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 79-101.

TOURON, J. **Factores del rendimiento académico en la Universidad**. Pamplona: EUNSA, 1984.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE). **Instrução Normativa n. 144, de 13 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o encaminhamento das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, inclusive os Fundos Especiais, relativas ao exercício de 2018, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências. 2018. Disponível em: <<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/instrucao-normativa-n-144-de-13-de-dezembro-de-2018/319822/area/249>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **Resolução CEPE/CA nº 020/2015**. Reformula o projeto pedagógico do Curso de Educação Física – habilitação: bacharelado, a vigorar a partir do ano letivo de 2016. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2015/resolucao_20_15.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). **Resolução nº 001/2015 – COU**. Homologa o Ato Executivo nº 001/2015-GRE de criação do Programa de Integração Estudantil (PROINTE) da Universidade Estadual de Maringá, bem como o seu regulamento. 2015. Disponível em: <<http://sites.uem.br/prointe/regulamento/resolucao-no-001-2015-cou/view>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). **Resolução nº 019/2018 – COU**. Homologa o Ato Executivo nº 001/2015-GRE de criação do Programa de Integração Estudantil (PROINTE) da Universidade Estadual de Maringá, bem como o seu regulamento. 2018. Disponível em: <<http://www.scs.uem.br/2018/cou/019cou2018.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Resolução CEPE nº 033, de 24 de julho de 2018**. Aprova novo regulamento do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Biologia Evolutiva, da UEPG. 2018. Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgbioevol/wp-content/uploads/sites/25/2019/11/2018-07-24_Resolucao-033-2018_Regulamento.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO). **Resolução N° 45-CEPE/UNICENTRO, de 8 de julho de 2011**. Aprova o Regulamento do Programa de Inclusão e Acessibilidade, PIA. 2011. Disponível em: <<https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/A69CC96A>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Resolução nº 007/2016 – COU/UNESPAR**. Dispõe sobre a criação do Centro de Acesso, Inclusão e Permanência da Diversidade Humana no Ensino Superior (CEDH) da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e aprovação do seu regimento interno. 2016.

Disponível em:

<https://prograd.unespar.edu.br/assuntos/graduacao/resolucoes/resolucao-007_2016_criacao-cedh.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VIGOTSKI, L. S. El significado histórico de la crisis de la psicología: una investigación metodológica. In: VYGOSTKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo I. Madrid: Visor, 1991. p. 257-413.

XAVIER, A. R. C.; ROVERI, C. del. Programa tutorial acadêmico no bacharelado interdisciplinar em ciência e tecnologia: uma experiência de formação discente (Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – MG). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 265-282.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, 2006.

ZIMBA, A.; NUNES, C.; VIAMONTE, G.; ABREU, H.; ALMEIDA, M. Práticas de apoio pedagógico (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 245-263.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, **Milton Carlos Mariotti**, professor e **Kauana de Fatima Zbuinovicz** mestranda, ambos do programa de pós-graduação Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR) estamos convidando o (a) Senhor (a) responsável pela Assistência estudantil da sua respectiva Universidade a participar de um estudo intitulado “**Caracterização do Apoio Pedagógico na Assistência Estudantil das Universidades Estaduais do Paraná**”. Esse estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa caracterizar o atendimento pedagógico ofertado pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná. A justificativa para a relevância desta pesquisa se dá a partir de apontamentos da literatura com relação ao desempenho e permanência do estudante universitário durante a graduação. Várias são as áreas e ações que necessitam de um olhar atencioso aos alunos. O atendimento pedagógico é um deles, o trabalho aqui proposto busca aprofundamentos e dados para que se tenha conhecimento da realidade paranaense bem como a haja a conscientização da importância dos mesmos.

- a) O objetivo desta pesquisa é conhecer os Programas de assistência estudantil das Universidades Estaduais do Paraná, em especial na área dos atendimentos pedagógicos.
- b) Caso você concorde em participar da pesquisa, será necessário responder este questionário respondendo as informações solicitadas de acordo com a sua realidade.
- c) para responder este questionário você levará aproximadamente de 20 a 30 min.
- d) É possível que você experimente algum desconforto, relacionado ao constrangimento em responder as questões propostas.
- e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser relacionados a seu constrangimento em responder as questões propostas por motivos pessoais ou podem considerar de sigilo. Neste caso você poderá recusar-se a responder tais questões.
- f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são: Apontar as ações desenvolvidas e também possíveis do atendimento pedagógico que podem promover a permanência discente na universidade e propagar o conhecimento sobre a importância do mesmo para a minimização das necessidades estudantis.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal: [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

g) Os pesquisadores Milton Carlos Mariotti e Kauana de Fatima Zbuinovicz responsáveis por este estudo poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Rua Rockefeller, nº 57 – 2º andar – Sala 242 Campus Rebouças. Emails: kuanaz.pedaogia@gmail.com ou miltoncarlosmariotti@gmail.com no telefone (41) 3535-6255 de Segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Em caso de emergência você também pode me contatar neste número, em qualquer horário: (42) 99810-9330 Kauana de Fatima Zbuinovicz.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) O material obtido será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado (deletado) ao término do estudo, dentro de 5 anos.

j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. Orientador e pesquisadora sob forma codificada, para que a sua **identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade, a menos que seja seu desejo ter identidade revelada.**

k) Não haverá despesas para você na realização desta pesquisa uma vez que será realizada em ambiente virtual.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo e-mail cometica.saude@ufpr.br e/ou telefone 41 -3360-7259, das 08:30h às 11:00h e das 14:00h.às 16:00h. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal: [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual concordei em participar.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | 1º andar | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259

A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.
Eu concordo, voluntariamente, em participar deste estudo.

[Local, ___ de _____ de ____]

(Assinatura do Participante de Pesquisa)

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS PARTICIPANTES

Formulário de Pesquisa de Mestrado - "Caracterização do apoio pedagógico na assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná"

Link de acesso:

<<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfJnihVbDpC44tsapwIh2WNeOmKXnKqWIW-2cpgoVxJEYHXZw/viewform>>

Identificação

1. Instituição:

- Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
- Universidade Estadual de Londrina (UEL)
- Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
- Universidade Estadual de Maringá (UEM)
- Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

2. Possui graduação?

3. Se sim, em quê?

4. Tem pós-graduação?

5. Se sim, em quê?

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Outro:

Estado do conhecimento

6. Existe setor responsável pela assistência estudantil na universidade?

- Existe 1 setor
- Existe mais de 1 setor
- A assistência estudantil é subdividida

Se sim, como se chamam, ou como estão subdivididos?

7. Você faz parte de qual unidade ou serviço e qual o objetivo dele dentro da instituição?

8. Quais profissionais compõem a equipe de assistência estudantil?

9. Existe setor específico de apoio pedagógico ao discente na instituição?

- Sim
- Não

10. Se sim, qual?

11. Existe setor específico de apoio pedagógico ao docente na instituição?

- Sim
- Não

Legislação e regimentos

12. Há algum regimento nacional e/ou estadual para a realização das atividades da assistência estudantil?

13. Há algum regimento interno da universidade que regulamente o apoio pedagógico na instituição?

- Sim
- Não

14. Se sim, qual a identificação do regimento?

15. Existe algum documento/ edital/plano de desenvolvimento institucional/portaria que fale sobre o apoio pedagógico na instituição?

- Sim
- Não

Anterior à pandemia: caracterização dos serviços

Considerando as ações realizadas na sua universidade que aconteciam anteriormente à pandemia, que tenham o objetivo de incentivar a permanência do estudante e podem ser caracterizados como apoio pedagógico mesmo não sendo realizado por uma equipe específica do apoio pedagógico na instituição, por exemplo: divulgação do acesso à universidade, acolhimento estudantil, integração a universidade, orientação educacional, acompanhamento estudantil, monitorias, direcionamento, apoio estudantil, projetos de extensão, divulgação de serviços entre outros que achar pertinente.

16. Existe alguma ação de atendimentos pedagógicos de apoio aos alunos?

- Sim
- Não

17. Se sim, quais são os atendimentos?

18. Qual a característica (objetivo, fundamento, justificativa) de cada atendimento?

20. Qual o tempo de acompanhamento de cada aluno?

21. Em que ano iniciou esses atendimentos?

22. Como são divulgadas as ações?

23. Qual a forma de acesso dos estudantes às ações do apoio pedagógico?

- Encaminhamento
- Processo de seleção
- Análise do perfil socioeconômico

- Outro:

24. Existem critérios de seleção para participação do estudante nas ações?

- Sim
- Não

25. Se sim, qual(is)?

26. Há projetos futuros de execução de ações de apoio pedagógico na universidade?

Abrangência dos atendimentos

27. Para quem é ofertado os atendimentos?

- Para todos os estudantes da universidade
- Para alunos cotistas
- Para alunos em vulnerabilidade social
- Outro:

Desafios para o apoio pedagógico na instituição

28. Em sua opinião, qual a maior dificuldade para a realização do apoio pedagógico na instituição?

29. Há um local adequado na universidade para realização dos atendimentos do apoio pedagógico?

- Sim
- Não

30. Há contratação de profissional específico para a área do apoio pedagógicos?

- Sim
- Não

31. Se sim, quais e quantos profissionais atuam?

Considerando o contexto da pandemia:

Pode considerar a questão de apoio tecnológico durante a pandemia.

32. A sua instituição está desenvolvendo aulas e outras atividades de ensino remotamente?

- Sim
- Não

33. Existem atividades de apoio pedagógico desenvolvidas remotamente?

- Sim
- Não

34. Se sim, indique as atividades de apoio pedagógico desenvolvidas remotamente, durante a suspensão das atividades presenciais

Em sua opinião:

35. Quais são os principais fatores que justificam o mau desempenho acadêmico dos estudantes na universidade?

36. Você percebeu benefícios a curto ou longo prazo para os alunos atendidos?

- Sim
- Não

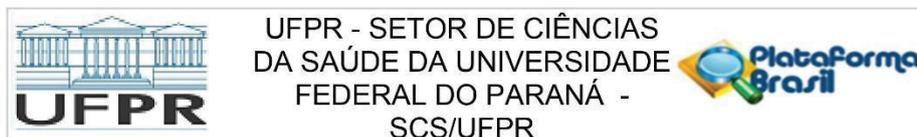
37. Se sim, comente sobre os benefícios.

38. Quais atendimentos seriam necessários para facilitar o desempenho e permanência acadêmica durante a graduação?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE BUSCA DE DADOS DOCUMENTAIS

- Quais tipos de atendimentos ocorreram/ocorrem visando o apoio pedagógico para os estudantes de graduação desta respectiva instituição?
- Para quem é o atendimento? Qual o público alvo?
- Qual o número do público atendido?
- Quais os critérios de seleção para participação do atendimento?
- Quanto tempo de duração e acompanhamento para cada estudante?
- Quem é o profissional que está a frente do atendimento?
- Qual a característica (objetivo, fundamento, justificativa) de cada atendimento?

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Caracterização do apoio pedagógico na Assistência Estudantil das Universidades Estaduais do Paraná

Pesquisador: Milton Carlos Mariotti

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 42760821.2.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.678.964

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa intitulado “CARACTERIZAÇÃO DO APOIO PEDAGÓGICO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ” sob a responsabilidade do Prof. Dr. Milton Carlos Mariotti, professor orientador e, a mestranda da UFPR, Kauana de Fatima Zbunovicz, e com previsão de início a partir de maio 2021 e março 2022. Segundo os pesquisadores, a pesquisa tem o intuito de “caracterizar o atendimento pedagógico ofertado pela assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná.”.

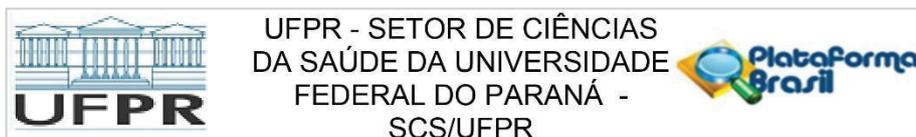
Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores, o presente projeto tem como objetivo geral “conhecer os programas de assistência estudantil das Universidades Estaduais do Paraná, em especial na área dos atendimentos pedagógicos.

Objetivos Específicos

- Analisar os Regimentos, Leis e Decretos Nacionais e/ou Estaduais que determinam a efetivação da assistência estudantil nas universidades;
- Realizar revisão sistemática sobre assistência estudantil aos Universitários em situação de Vulnerabilidade;
- Caracterizar o atendimento pedagógico demandado pelos universitários;
- Conhecer o atendimento pedagógico ofertado pelas universidades Estaduais do Paraná a partir da

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar		CEP: 80.060-240
Bairro: Alto da Glória	Município: CURITIBA	
UF: PR		E-mail: cometica.saude@ufpr.br
Telefone: (41)3360-7259		



Continuação do Parecer: 4.678.964

percepção dos responsáveis pelos programas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores, os benefícios indiretos para os participantes de pesquisa “demonstrar que o atendimento pedagógico é eficiente para a permanência do estudante na universidade.” Os benefícios diretos dos participantes da pesquisa seria a determinação da eficácia de intervenção. Os pesquisadores também descrevem os seguintes riscos da pesquisa, embora estimem ter baixa probabilidade destes fatores de risco ocorrerem, da seguinte forma: “os participantes podem se sentir constrangidos em responder as questões propostas por motivos pessoais ou podem considerar de sigilo profissional.” Medidas para minimizar este risco foram descritas adequadamente.

Os pesquisadores relatam ainda que enquanto perdurar o distanciamento social recomendado devido à pandemia por Covid 19, a pesquisa será realizada na modalidade remota. Não há previsão de ressarcimento ou pagamento aos participantes pois os participantes da pesquisa não necessitarão se deslocar para participar da pesquisa uma vez que os procedimentos serão realizados virtualmente devido a pandemia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores, a pesquisa pretende “conhecer os Programas de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais do Paraná, em especial na área dos atendimentos pedagógicos. A partir do estudo de caso proposto, espera-se contribuições para estudos futuros e o despertar de ações com relação à assistência estudantil na área de apoio pedagógico das universidades estaduais paranaenses que se faz tão necessário para a permanência, desempenho e desenvolvimento humano do acadêmico durante a graduação.”

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE foram apresentados adequadamente.

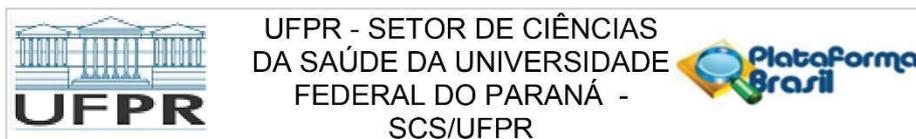
Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de pesquisa de caráter exploratório com abordagem quanti-qualitativa que, segundo os pesquisadores, foi delineada como estudo de caso e será realizada em ambiente virtual dentro da realidade do estado do Paraná/Brasil. O presente projeto apresenta

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar	CEP: 80.060-240
Bairro: Alto da Glória	
UF: PR	Município: CURITIBA
Telefone: (41)3360-7259	E-mail: cometica.saude@ufpr.br



Continuação do Parecer: 4.678.964

fundamentação adequada e todos os aspectos éticos foram contemplados. Os participantes que são o público-alvo da pesquisa são os profissionais dos setores de assistência estudantil de cada universidade estadual paranaense, com o intuito de conhecer os trabalhos disponibilizados aos acadêmicos com fins de apoio pedagógico. Um formulário eletrônico será disponibilizado e investigações serão realizadas através informações institucionais disponíveis nos sites eletrônicos por meio de relatórios, editais, registros acadêmicos, planos de desenvolvimento institucional. O recrutamento será realizado através de um primeiro contato com as Pró-Reitorias ou departamentos responsáveis pela Assistência Estudantil / Apoio ao Estudante / Apoio ao Discente de cada Universidade obtendo contato do profissional representante para apresentação da pesquisa, bem como os objetivos e relevância da mesma. Posteriormente, os profissionais serão convidados a participar. Considerando as informações acima ressaltadas, sou de parecer favorável a aprovação do projeto.

Favor inserir em seu TCLE e TALE o número do CAAE e o número do Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa, conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020.

Após o isolamento, retornaremos à obrigatoriedade do carimbo e assinatura nos termos dos novos projetos. Qualquer dúvida, retornar e-mail ou pelo WhatsApp 41-3360-7259.

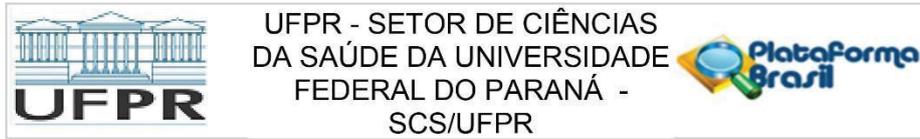
Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar	CEP: 80.060-240
Bairro: Alto da Glória	
UF: PR	Município: CURITIBA
Telefone: (41)3360-7259	E-mail: cometica.saude@ufpr.br



Continuação do Parecer: 4.678.964

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1662491.pdf	15/03/2021 17:48:43		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Comite_de_etica_Kauana_Versao_Corrigida.docx	15/03/2021 17:48:16	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_RESPONSÁVEIS_PELA_ASSISTENCIA_VERSAO_CORRIGIDA.docx	15/03/2021 17:47:52	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Outros	Pendencias_corrigidas_Kauana_PB.docx	15/03/2021 17:47:32	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_COMPROMISSO_DE EQUIPE DE PESQUISA.pdf	02/02/2021 16:06:43	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Outros	CHECK_LIST_DOCUMENTAL_.pdf	02/02/2021 15:55:44	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Outros	ANALISE_DO_MERITO_CIENTIFICO_A_SER_CERTIFICADA_PELO_PESQUISADOR_PRINCIPAL.pdf	02/02/2021 15:50:47	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO_DO_PESQUISADOR_AO_CEP_SD.pdf	02/02/2021 15:49:33	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_KAUANA.pdf	02/02/2021 15:48:41	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Comite_de_etica_Kauana_.docx	02/02/2021 14:39:23	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	01/02/2021 23:24:36	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_RESPONSÁVEIS_PELA_ASSISTENCIA.docx	01/02/2021 23:23:30	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito
Outros	SEI_UFPR_3200337_Extrato_Atta_Comite.pdf	17/12/2020 10:16:05	Kauana de Fatima Zbuinovicz	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar
 Bairro: Alto da Glória CEP: 80.060-240
 UF: PR Município: CURITIBA
 Telefone: (41)3360-7259 E-mail: cometica.saude@ufpr.br